

PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR
BARRAGENS NA IMPRENSA ESCRITA: O CASO DA
HIDRELÉTRICA CANDONGA/MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR
BARRAGENS NA IMPRENSA ESCRITA: O CASO DA
HIDRELÉTRICA CANDONGA/MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão Rural,
para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

APROVADO: 29 de fevereiro de 2008

Prof^a. Andréa Zhouri

Prof. Marcelo Miná Dias

Prof^a Maria Carmen Aires Gomes
(Co-orientadora)

Prof^a Maria Izabel Vieira Botelho
(Co-orientadora)

Prof. Franklin Daniel Rothman
(Orientador)

A todos os atingidos de maneira perversa pelo capital.

AGRADECIMENTOS

A Deus, nosso Pai maior.

Aos meus pais João e Wanda, pela dedicação incondicional; à minha doce filha Paula, e aos meus queridos irmãos: Geraldo (meu maior incentivador), Elisabeth, Wagner (e minha cunhada Valéria) e Aparecida, pelo carinho, atenção, apoio e incentivo durante toda essa caminhada. Sem vocês, não seria possível a concretização deste trabalho.

Ao meu orientador Franklin, pela disposição e pelo importante auxílio na condução desta pesquisa, e as minhas conselheiras Maria Carmen, pela paciência e dedicação em me ensinar análise de discurso, e Maria Izabel, pelas valiosas sugestões.

A Andréa Zhouri e Marcelo Miná, que muito enriquecem este trabalho.

Aos professores do DER, Alberto Jones, France Gontijo e Sheila Doula, sempre dispostos a contribuir.

A todos os funcionários do DER, pelo apoio e suporte.

Aos meus colegas e amigos de Mestrado: Álvaro, Zênio, Luciana, Vivian, Maria Luíza, Ana Paula, Jaime, Fabiana, Flávia, Éderson, Lidiane, Cristiane, Patrícia, Mateus, Márcia e a toda turma de 2006; e a Narayana Nogueira e Raquel Uchôa (turma 2005), pelos incentivos, contribuições, trocas e debates.

Agradeço ainda a Aparecida Amorim e Marcos Mendes, da Univale, e Fabiane Bortone, UFV, pela preciosa ajuda. E as minhas amigas Joseli Lira e

Jussara Delgado, grandes incentivadoras e colaboradoras durante todos os momentos.

Meus agradecimentos também ao MAB Alto Rio Doce, em especial à Flávia, pelo auxílio no material de Candonga.

E também a todos do Arroba Cyber Café, de Juiz de Fora, em especial ao Aurélio, pela paciência e ajuda nos escaneamentos e impressões que pareciam infundáveis. E a Graça Freitas, pela dedicação e capricho no acabamento final.

BIOGRAFIA

PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA nasceu em Juiz de Fora (MG), no dia 20 de novembro de 1966. cursou o ensino básico no Colégio Cristo Redentor. Concluiu a graduação em Comunicação Social – Jornalismo, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1988, ano em que participou do Projeto Rondon em Tefé (AM), e trabalhou com Jornalismo Comunitário junto às comunidades ribeirinhas do Solimões. Durante 12 anos, atuou como editora e repórter em redações de rádio, TV e jornal impresso e trabalhou em assessoria de imprensa.

De 1989 a 1990, foi repórter da Rádio Solar AM em Juiz de Fora, MG.

Em 1990, mudou-se para Governador Valadares, MG, onde atuou como editora e repórter na TV Leste, afiliada da Rede Globo, até o final de 1991.

Em 1992, trabalhou como editora no jornal local Diário do Rio Doce, e neste mesmo ano, cobriu férias na Sucursal do Jornal Hoje em Dia, e entrou para o Jornal Estado de Minas (Sucursal Leste), onde permaneceu até fevereiro de 2001.

Em 2001, tornou-se professora do curso de Jornalismo da Universidade Vale do Rio Doce (Univale) em Governador Valadares, onde fez especialização em Metodologia do Ensino (2002) e foi assessora de Imprensa (de 2001 a 2003). Ingressou no programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2006, concluindo a pesquisa em janeiro de 2008.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
1. INTRODUÇÃO	1
2. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	7
2.1. Referencial conceitual	7
2.1.1. Conflitos socioambientais: a lógica da exclusão/inclusão e da criminalização.....	18
2.2. Aspectos metodológicos	26
2.2.1. Corpus	28
2.2.2. Categorias analíticas: a análise de discurso crítica	29
2.2.3. A representação dos atores sociais	33
2.2.4. A análise sócio-histórica	37

	Página
3. MÍDIA: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA	42
3.1. O “projeto desenvolvimentista”	43
3.1.1. Histórico do setor elétrico brasileiro	44
3.1.2. A política energética brasileira a partir da década de 1970	46
3.1.3. O papel da mídia na construção do imaginário: a representação dos atingidos e das barragens	48
3.2. O discurso dos jornais Estado de Minas, Folha de Ponte Nova e Hoje em Dia	54
3.2.1. Estado de Minas	54
3.2.2. Folha de Ponte Nova	57
3.2.3. Hoje em Dia	57
3.3. O modelo energético dos últimos 20 anos	58
3.3.1. O apagão e os beneficiados pelo atual modelo	60
4. A EMERGÊNCIA E A CONSTITUIÇÃO DO MAB	63
4.1. A emergência e a consolidação do MAB Alto Rio Doce	65
4.2. O caso Candonga	70
5. A ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NOS JORNAIS ESTADO DE MINAS, FOLHA DE PONTE NOVA E HOJE EM DIA	77
5.1. Representação do Movimento dos Atingidos por Barragens pelo <i>frame</i> de exclusão.....	79
5.2. Representação do Movimento dos Atingidos por Barragens pelo <i>frame</i> de inclusão com criminalização.....	93
5.3. Representação do Movimento dos Atingidos por Barragens pelo <i>frame</i> inclusão com visibilidade	101
5.4. Conclusão	111
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113

REFERÊNCIAS	117
APÊNDICES	127
APÊNDICE A – Entrevistas	128
APÊNDICE B – Quadros	134
APÊNDICE C – Bacia do Rio Doce.....	136
APÊNDICE D –Reportagens Candonga	137

LISTA DE QUADROS

	Página
1B Publicações em jornal impresso	134
2B <i>Releases</i> enviados pelo MAB Ponte Nova	135

LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Representação dos atores sociais no discurso: rede de sistema	34
2	Formas de investigação hermenêutica	38
3	Mapa da Bacia do Rio Doce	136
4	Texto 1: “Comunidades na contramão das barragens”	138
5	Texto 2: “Avaliada a barragem de Candonga”	139
6	Texto 3: “Projeto de usina muda vida”	140
7	Texto 4: “Protesto contra barragens”	141
8	Texto 5: “Protesto”	142
9	Texto 6: “Licitação para a barragem de Candonga”	143
10	Texto 7: “Com a obra de Candonga, reforçado o debate sobre hidrelétricas na região”	144
11	Texto 8: “Movimento faz manifestação contra barragem”	145
12	Texto 9: “Após a invasão de Candonga, mais protestos contra as hidrelétricas”	146

	Página
13	Texto 10: “Atingidos por obra de barragem invadem escritório da Vale em BH”..... 147
14	Texto 11: “Caminhada dos atingidos por barragens faz apelo por ‘justiça e paz’” 148
15	Texto 12: “Polêmica dos impactos sociais da UHE de Candonga vai para audiência em BH” 149
16	Texto 13: “Comissão quer paralisar obras” 150
17	Texto 14: “Copam/Feam pode definir em 26/3 a Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Candonga” 151
18	Texto 15: “Famílias abandonam terra a ser inundada” 152
19	Texto 16: “Candonga vive nova fase de confronto” 153
20	Texto 17: “Prefeituras obtiveram suspensão da liminar que impedia formação do lago de Candonga” 154
21	Texto 18: “De PN a Congonhas, 120 km com protesto dos atingidos por barragens” 155
22	Texto 19: “Vale reavalia hidrelétricas” 156
23	Texto 20: “Hidrelétrica Risoleta Neves é inaugurada” 157

RESUMO

SILVA, Patrícia Pereira da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2008. **A representação do Movimento dos Atingidos por Barragens na imprensa escrita: o caso da Hidrelétrica Candonga/MG.** Orientador: Franklin Daniel Rothman. Co-orientadores: Maria Izabel Vieira Botelho e Maria Carmen Aires Gomes.

Baseada em um contexto mais amplo das relações entre a imprensa e os movimentos sociais, esta dissertação analisa como a imprensa representou os atingidos pela Hidrelétrica Candonga e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) durante todo o processo de construção da hidrelétrica no Alto Rio Doce, em Minas Gerais. Esta pesquisa analisa as notícias e reportagens dos jornais estaduais Estado de Minas e Hoje em Dia, e um jornal semanal do município próximo à hidrelétrica, a Folha de Ponte Nova. O estudo revela que o discurso da mídia utiliza recursos lingüístico-discursivos que enfocam as ações do movimento de acordo com momentos sócio-históricos específicos, contextos e circunstâncias. Essas representações excluem, ou relatam as ações, dando visibilidade ao movimento; no entanto, frequentemente, o enfoque criminaliza e as propostas do MAB são ofuscadas.

ABSTRACT

SILVA, Patrícia Pereira da. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2008. **A representation of the Movement of Dam-Affected People in the printed media: the case of the Candonga hydroelectric dam in Minas Gerais.** Adviser: Franklin Daniel Rothman. Co-advisers: Maria Izabel Vieira Botelho and Maria Carmen Aires Gomes.

Within a broader context of relations between mass media and social movements, this dissertation analyzes media representation of people affected by the Candonga hydroelectric dam and the Movement of Dam-Affected People (MAB) during the process of dam construction in the Alto Rio Doce region of Minas Gerais State. The study analyzed the news and reports of two newspapers of statewide circulation, *Estado de Minas* and *Hoje em Dia*, as well as a weekly newspaper of a municipality located near the dam, *Folha de Ponte Nova*. The study revealed that media discourse used linguistic discursive resources to frame the actions and proposals of the movement in accord with specific socio-historical moments, contexts and circumstances. These representations either excluded or provided visibility to the movement. However this visibility frequently took the form of criminalizing the movement's actions, without presenting its proposals.

1. INTRODUÇÃO

No dia 03 de maio de 2004, 192 homens das polícias civil, militar, federal, e agentes da segurança privada participaram da operação de despejo de 14 famílias de moradores atingidos por barragens da comunidade velha São Sebastião do Soberbo. Cenas de terror e humilhação foram freqüentes. Na estrada, muitas pessoas estavam chorando e gritando desesperadamente. Todas as casas foram destruídas, algumas antes mesmo de serem completamente esvaziadas. A última construção a ser demolida foi a Igreja Católica. Quase que a demoliram com todos os santos dentro se não fossem os padres correndo para retirá-los. Morel Queiroz da Costa Ribeiro, diretor da divisão de Infra-estrutura da FEAM e responsável pelos relatórios técnicos realizados por essa fundação, disse que nunca tinha visto uma operação policial como aquela nos seus 16 anos de trabalho com construção de barragens. De acordo com representantes da comunidade, somente um jornalista de Belo Horizonte, conhecido pelo consórcio, teve sua entrada permitida no campo. Todos os outros foram impedidos de entrar (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 45-47).

A descrição dessa cena de despejo está no livro *Atingidos e barrados – a violação de direitos humanos na hidrelétrica Candonga* (BARROS; SYLVESTRE, 2004)¹. Cenas como essas, envolvendo os atingidos por barragens, na maioria das vezes em que aconteceram, não foram publicadas pela imprensa. Assim sendo, a sociedade não tem conhecimento ou sabe muito pouco sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB),

¹ A publicação, elaborada pela Organização Não Governamental (ONG) Centro de Justiça Global (Justiça Global ou JG), com co-autoria do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT-MG) e do Núcleo dos Atingidos por Barragens (NACAB), descreve os acontecimentos relativos ao processo de construção da Hidrelétrica do Candonga. Foi escrito a partir das reações locais, que alcançaram nível transnacional. Um assessor do MAB Alto Rio Doce (MAB-ARD) foi convidado para depor numa audiência da ONU, em Genebra, na Suíça, sobre a violação dos direitos humanos no “Caso Candonga”.

principalmente aqueles cidadãos que se informam pelos meios de comunicação de massa, já que os movimentos de resistência à construção de barragens não são notícia freqüente na imprensa, que, muitas vezes, desconsidera-os em suas reportagens.

O tema desta pesquisa foi escolhido a partir da observação de como os atingidos e o MAB vêm sendo representados no discurso midiático. Na década de 1990 – que coincide com o período em que se intensificaram os empreendimentos hidrelétricos no país –, quando trabalhava como repórter de jornal impresso, passei a produzir algumas reportagens sobre os atingidos por barragens nos Vales do Rio Doce e do Jequitinhonha (MG), incentivada pelos meus editores que diziam que o “drama humano” despertava o interesse do leitor. Surgiu então a inquietação em investigar como os atingidos e o MAB são representados no discurso da mídia.

Diferentes abordagens teóricas, como Gitlin (2003), Berger (2003), Rodriguez (2003), Guareschi et al. (2000), Marçolla (2000) e Bacaltchuk (1991) explicam alguns aspectos da exclusão ou distorção das ações relacionadas aos movimentos sociais pela imprensa. Contudo, a análise desvia-se do nosso foco. Assim, uma pergunta central deve orientar a investigação aqui proposta: como o Movimento dos Atingidos por Barragens, no nosso caso o MAB Alto Rio Doce, é representado no discurso da imprensa, situando o movimento em distintos momentos, contextos e circunstâncias. Desta questão principal emergem outras que balizarão a realização deste estudo: Como e em que momento² as representações mudam e a imprensa exclui, criminaliza e dá visibilidade ao MAB nessa região? Que recursos lingüístico-discursivos direcionam o enfoque da imprensa no processo de produção e construção das notícias, que podem levar à exclusão, criminalização e visibilidade (da pauta à veiculação) de um fato relevante como o “caso Candonga”?

A partir de uma leitura sistemática de jornais e revistas, já se observava que o MAB e os atingidos não eram notícias freqüentes na imprensa. No Brasil,

² O período analisado nesta pesquisa começa em 1996, com o início dos primeiros estudos sobre a viabilidade de implantação da Hidrelétrica Candonga nesta região do Alto Rio Doce, e vai até 2005, ano da inauguração da Hidrelétrica Candonga. O período compreende as três fases do processo de construção de uma hidrelétrica: a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para obtenção da Licença Prévia; o Plano de Controle Ambiental (PCA), para obtenção da Licença de Instalação (LI), quando se iniciam as obras, e por último, a Licença de Operação (LO).

emissoras de rádio e TV necessitam de licença, por isso, estão sujeitas ao controle ou restrição por parte do governo. Os jornais impressos são parcialmente independentes, uma vez que necessitam de publicidade para se manterem. Pode-se verificar que o Estado³ e as grandes empresas exercem notável influência na grande mídia, o que leva a crer que as pautas relacionadas aos assuntos que vão contra os interesses do capital, como as lutas do MAB, ficam em segundo plano, quando não são tiradas delas. Além disso, a mídia tem o governo como uma poderosa fonte oficial de notícia, e por isso talvez a versão do governo seja a mais explorada pela mídia.

O propósito desta pesquisa é analisar como as mídias estadual e regional (jornais Estado de Minas, Hoje em Dia e Folha de Ponte Nova) representam o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), relacionando essa representação com o contexto sócio-histórico e com as teorias que possam explicar a relação entre os movimentos populares e o jornalismo. Para isso, será analisada a forma como o MAB é tratado em termos da sua inserção na imprensa durante o processo de construção da Hidrelétrica Candonga, no Alto Rio Doce (Minas Gerais). A escolha do objeto se faz relevante pela forma emblemática como o “caso Candonga” ficou conhecido e pela repercussão internacional que acabou por alcançar.

A Hidrelétrica Candonga tornou-se uma barragem de grandes impactos negativos. O destino das comunidades atingidas começou a ser traçado entre 1996 e 1999, com a realização dos primeiros estudos sobre impactos ambientais e sócio-econômicos nesta região do rio Doce. De acordo com Barros e Sylvestre (2004), muitos dos compromissos assumidos pelo empreendedor nunca foram respeitados e as negociações com os moradores foram marcadas por injustiças que repercutem até hoje.

Durante as etapas de construção da Hidrelétrica Candonga – de 1996 (estudos preliminares) a 2005 (inauguração), a imprensa acompanhou os fatos; porém, deixou de publicar as reportagens, mesmo quando as equipes de

³ Um dos maiores exemplos da ligação da imprensa escrita com o Estado, ocorreu na década de 1950. Samuel Wainer, fundador do jornal Última Hora, que desempenhou papel importante na renovação da imprensa brasileira, relata em suas memórias que o jornal Última Hora “seria um jornal marcadamente político e favorável a Getúlio Vargas”, presidente na época. Juscelino Kubitschek, que seria presidente anos depois, era prefeito de Belo Horizonte e “determinou a três bancos ligados ao governo para os empréstimos” na fundação do jornal (...) “qualquer ajuda deveria permanecer sob completo sigilo” e o “pagamento seria feito em publicidade. Acabei demorando 20 anos para saldar a dívida” (WAINER, 1988, p. 131-135).

jornalismo foram à região e trabalhavam na produção das veiculações. Dois fatos marcantes, lembrados por um assessor do MAB Alto Rio Doce, chamam a atenção. O primeiro foi o que o MAB considera um “massacre”: no dia 03 de maio de 2004, quase 200 policiais participaram de uma operação de derrubada das casas e retirada das famílias resistentes em São Sebastião do Soberbo. *“Aquilo era uma coisa inédita na nossa região. Jornalisticamente, poderia ser interessante. No entanto, nenhum jornal apareceu. Por questões menores, a grande imprensa já tinha vindo à nossa região”*⁴. Conforme Barros e Sylvestre (2004), os jornalistas foram impedidos de entrar. O segundo fato ocorreu com a matéria produzida pelo Globo Repórter, programa jornalístico da Rede Globo de Televisão.

*Companheiros de outros estados falaram. Aqui, eles pegaram imagens de uma ocupação no pátio da Alcan (hoje Novelis), de Candonga e de uma audiência pública em Ponte Nova. Chegaram a dizer o dia em que a matéria ia ao ar. Até hoje nada. Podemos deduzir que parece haver um boicote da mídia, através de entendimento e negociação entre imprensa e donos de barragens*⁵.

Um advogado⁶, que atua como voluntário na Assessoria Jurídica via NACAB⁷, fez diversos contatos com os editores do Globo Repórter, até mesmo para reforçar os dados sobre o Caso Candonga que já tinham sido passados para a equipe do programa. No entanto, o advogado nunca obteve resposta do motivo pelo qual o programa não foi ao ar. Somente na região do Alto Rio Doce, o advogado acompanhava em 2006, mais de 100 processos envolvendo os atingidos. No Caso Candonga⁸, existem duas ações públicas em tramitação.

A hipótese desta pesquisa é a de que a imprensa representa o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de diferentes maneiras em momentos e contextos distintos: exclui, dá visibilidade e criminaliza. Objetivou-se então, nesta pesquisa, analisar como a imprensa representou o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no caso do projeto hidrelétrico Candonga, situando o movimento em distintos momentos, contextos e circunstâncias; além de analisar como e em que momento ocorre a exclusão, criminalização e visibilidade do MAB na imprensa; identificar como os recursos lingüístico-

⁴ Entrevista para esta pesquisa com um assessor do MAB Alto Rio Doce, por e-mail, em 19/08/2005.

⁵ Entrevista para esta pesquisa com um assessor do MAB Alto Rio Doce, por e-mail, em 19/08/2005.

⁶ Entrevista para esta pesquisa com um advogado do MAB Alto Rio Doce, por e-mail, em 25/07/2006. Ele atua há 8 anos como voluntário na Assessoria Jurídica via NACAB.

⁷ Organização Não-governamental (ONG), Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB).

discursivos direcionam o enfoque da imprensa no processo de produção e construção das notícias no caso Candonga, e analisar como esses recursos levaram à exclusão, criminalização e visibilidade da pauta à veiculação no caso em questão.

Para que se possa analisar como a imprensa representou o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Caso Candonga, foi construído um referencial teórico que se apresenta da seguinte maneira: a partir do conceito de *frame*, utilizado por Gitlin (2003) para tratar a relação entre os meios de comunicação de massa e os movimentos sociais, empregamos conceitos de Bourdieu (1996, 2001), como “*campo*”, “*habitus*”, “*capital*” e “*poder simbólico*” e suas implicações.

Ainda nesse capítulo, estão incluídas as abordagens sobre os conflitos socioambientais no processo de construção de empreendimentos hidrelétricos, com destaque para a lógica da criminalização do protesto social, apresentada a partir das teorias de Baratta (2002) e Rodriguez (2003); fatores no processo da exclusão e inclusão, debatida por Scherer-Warren (1990), Vainer (2004), Zhouri (2005) e Carneiro (2005). Ainda no Capítulo 2, são apresentados os aspectos metodológicos: os estudos discursivos críticos de Fairclough (2001), os modos de representação dos atores sociais, discutidas por Van Leeuwen (1997) e os estudos da análise sócio-histórica de Thompson (2002), pois os textos (notícias) são produzidos e recebidos por pessoas situadas em locais específicos, que agem e reagem a fenômenos em tempos particulares e locais especiais. Essa abordagem metodológica nos permite descrever, interpretar e explicar o Caso Candonga nos jornais selecionados.

No Capítulo 3 é apresentado o “projeto desenvolvimentista”, a partir da década de 1950, dando destaque aos anos 1970, quando foi implantada no Brasil uma política energética focada em grandes projetos hidrelétricos. Naquela ocasião, a mídia teve papel fundamental em construir no imaginário do brasileiro de que barragem era símbolo de desenvolvimento. Com isso, os atingidos passaram a ser representados como “problema”, “entrave” ao desenvolvimento. O modelo energético dos últimos 20 anos, além do “apagão” de 2001 e os beneficiados pelo modelo também são apresentados nesse

⁸ Ver Rothman (2005), Zucarelli (2006) e Bortone (2007).

capítulo, além de um histórico dos três jornais analisados. No Capítulo 4, apresentamos a emergência do MAB Nacional e do MAB Alto Rio Doce, juntamente com o caso Candonga. À luz da teoria, buscamos entender como o MAB foi representado nas notícias dos três jornais, analisadas no Capítulo 5.

2. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1. Referencial conceitual

Para uma análise da cultura popular, diversos autores utilizam a noção de *hegemonia*⁹ de Gramsci. Gitlin (2003), um crítico de mídia, utiliza-se dessa teoria aplicada ao jornalismo, para ajudar a explicar a relação entre a mídia¹⁰ e os movimentos sociais, pois os movimentos de oposição passaram a vivenciar uma nova situação a partir da década de 1960.

Os princípios de seleção, enfoques e apresentação da notícia é o que Gitlin (2003, p. 7) define como *media frames*, que são “*regras de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase (enfoque) e exclusão*”. Os *frames* são organizados pelas *rotinas de produção da notícia*, que são o conhecimento de formas rotineiras de processar diferentes tipos de “estórias” noticiosas, o que permitem ao repórter trabalhar com maior eficácia (TRAQUINA, 2001). Na rotina de produção, o profissionalismo consiste em dominar as técnicas da escrita, mas também o domínio de saber quem contatar e que perguntas fazer, ou seja, possuir o saber do procedimento e a técnica. A notícia é controlada

⁹ O conceito de hegemonia, de Gramsci, é descrito por Gitlin (2003, p. 253) como “*dominação de uma classe (ou aliança de classes) ou grupos sobre grupos subordinados, através da elaboração e penetração de uma ideologia (idéias e suposições) em sentido comum e através de práticas diárias em mecanismos sistemáticos com o consentimento das massas*” (tradução do autor).

¹⁰ “*As mídias têm efeitos sobre comportamentos e idéias, não tanto porque cada exposição isolada seja poderosa, mas porque se repetem. E se repetem. E se repetem*” (GITLIN, 2003a). Essa repetição é o que esse autor chama de *mídia saturada*.

pelas rotinas. Essas rotinas estão *sujeitas “às pressões políticas, do grupo de interesse, da publicidade e da ideologia expressa de forma consciente e inconsciente”* e que são expressões subjetivas do próprio jornalista (TRAQUINA, 2001, p. 107).

De acordo com Gitlin (2003), os *frames* dominantes são reproduzidos pela mídia, mas seus produtores não imaginam, muitas vezes, que esses *frames* são hegemônicos. Para o autor, a hegemonia opera efetivamente nas notícias e é exercitada pelos jornalistas, que acreditam ter grande autonomia e liberdade nas decisões do enfoque que darão às notícias. A notícia, para Gitlin, passa por três estágios: o editor decide se um fato é noticiável, o repórter decide o que é digno de ser noticiado durante a apuração do fato, e por último, os editores decidem como tratar a notícia e colocá-la no jornal. Por trás desse processo está a estrutura e a ideologia da empresa, direcionada por interesses políticos e econômicos.

Assim sendo, para o autor, as edições se aproximam dos interesses das elites políticas nacionais e do Estado, e excluem as notícias que desafiam esses interesses, pois as *rotinas de produção da notícia* estabelecem o *media frame*, mas com grandes pressões políticas e econômicas. Assim, segundo Gitlin, os jornalistas criam uma relação com as fontes oficiais e atendem suas queixas quando a notícia não os agrada¹¹.

Na análise de Gitlin (2003), que estuda a relação da mídia com os movimentos sociais na década de 1960, os movimentos de oposição não se encaixavam nos *frames* da mídia, e quando foram chamados para participar dos noticiários, para dizer quem eram e quais suas intenções, tiveram que se submeter às regras dos produtores de notícias. Segundo o autor, quando esses movimentos então, fazem oposição ao Estado e às elites dirigentes, a mídia, quando não os exclui, rotula-os, e nem sempre o que é mostrado são as verdadeiras propostas e objetivos do movimento, o que leva à distorção.

Nesta dinâmica, no entanto, existem contradições, e é por meio da mídia, segundo o autor, que existe a possibilidade de um movimento social fazer ouvir suas reivindicações. Em determinados momentos, é permitida a divulgação de fatos envolvendo os movimentos sociais num “*espaço*

¹¹ O caso Watergate foi lembrado pelo autor como um grande exemplo de exceção.

ideológico” (GITLIN, 2003, p. 259). É quando ocorre o que Gitlin (2003, p. 269) denomina de “*limites da rotina hegemônica*”: Quando os grupos de oposição e os movimentos sociais clamam por cobertura da mídia, determinados jornalistas promovem mudanças sobre o que é “*noticiável, interessante e importante*”.

Para o autor, essas mudanças podem ser mais ou menos sutis, ou mais ou menos conscientes, pois os jornalistas são influenciados a dar o enfoque hegemônico à notícia, mesmo quando resistem às pressões para fazê-lo. Com isso, a direção de alguns jornais tem a prática de promover a rotatividade de repórteres, para que não seja estabelecida uma relação simbiótica com a fonte, “*pois quando há mobilização de movimentos sociais e estas são noticiáveis, os repórteres são atraídos para noticiar esses fatos de oposição*” (GITLIN, 2003, p. 270). Isso demonstra, segundo o autor, que o padrão de noticiabilidade é frouxo e a cobertura hegemônica pode ser vulnerável diante das demandas da oposição.

Assim sendo, conforme o autor, os valores dos jornalistas são ancorados nas rotinas de produção, que são fixas o bastante para sustentar o princípio hegemônico, e flexível o bastante para absorver novos fatos. Para Gitlin (2003), o sistema hegemônico contribui para uma estabilidade política e social em momentos de crise, mas as reivindicações dos movimentos de oposição também podem deslocar os *frames* hegemônicos. Quando isso ocorre, os editores dos jornais passam a ter simpatia pelos movimentos sociais e invertem os *frames*. Do contrário, quando a rotina é hegemônica, os movimentos de oposição são distorcidos ou excluídos.

Para compreendermos as relações existentes entre os agentes envolvidos na produção dos textos noticiosos, nossa construção conceitual tomará os conceitos de **campo** e **habitus** de Bourdieu (1996, 2001). Os dois apresentam-se adequados para fundamentar a análise dos atores sociais na imprensa no caso analisado, em função do alcance explicativo que esses conceitos permitem. Ao mesmo tempo, utilizaremos outras abordagens de Bourdieu, autor que compreende as relações sociais como estruturadas e estruturantes do mundo social, ou seja, os interesses e estratégias dos agentes sociais se situam na disputa do **poder simbólico**, outro conceito do autor que será utilizado.

Para Bourdieu (2001), pode-se representar o mundo social sob a forma de um espaço social, com diversas dimensões, em que os agentes e os grupos de agentes se distribuem neles, na primeira dimensão, segundo o volume global de capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu **capital**. Capital, para Bourdieu (2001, p. 134), não é limitado apenas à área econômica, distinguindo quatro tipos de capital: “o econômico”, o “capital cultural”, o “capital social” e o “capital simbólico”.

Segundo Bourdieu (2001), o capital econômico é aquele constituído pelos diferentes fatores de produção, como trabalho, terra e empresa, e pelo conjunto dos bens, como patrimônio, renda e bens materiais. Já o capital simbólico corresponde ao conjunto dos rituais, como protocolos e boas maneiras, ligados ao reconhecimento, pois crédito e autoridade conferem a um agente o reconhecimento. O capital social se define como o conjunto de relações sociais de um indivíduo ou grupo, implicando um trabalho de instauração e manutenção dessas relações. E por fim, o capital cultural, que corresponde ao conjunto de qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitido pela família.

Para esta pesquisa, entendemos como mais pertinentes os conceitos de capital econômico e o de capital simbólico. A noção de capital econômico se explica por entendermos que os jornais dispõem desse capital por sua intenção de lucro. Alguns jornais têm uma postura mais intelectualizada, mas no transcorrer do capitalismo, acentuou-se a função mercadológica dos veículos. Há ainda um vínculo com o mercado, tanto através dos patrocinadores como dos consumidores (leitores), que fixam os enfoques jornalísticos.

Já o capital simbólico pode ser aplicado para a compreensão do jornalismo pela posição que os agentes sociais ocupam nos textos noticiosos. Essa ocupação segue uma hierarquia de acordo com a posição desses agentes no espaço social. Os agentes fortemente dotados de capital econômico e cultural se situam no topo da hierarquia, enquanto os agentes desprovidos de capital econômico e cultural se localizam no ponto mais baixo da escala social. Sob este ângulo, pode-se dizer que o jornalismo define suas fontes a partir do capital de seus agentes.

Capital, então, é o conceito-chave deste modelo, que só é definido a partir do campo e *“representa um poder sobre e/ou dentro um campo”*

(BOURDIEU, 2001, p. 134). Ainda segundo este autor, as espécies de capital são os poderes que definem as probabilidades de ganho num determinado campo. Assim,

a posição de um determinado agente no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja sobretudo o capital econômico, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama etc., que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 2001, p. 134-135).

Seguiremos a construção conceitual com o conceito de **campo**, que se define como o *locus* em que se trava uma luta concorrencial entre agentes em torno de interesses específicos e onde esses agentes encontram legitimidade para efetivar suas práticas. A materialização da história de um campo está presente numa determinada instituição e nas atitudes dos agentes que fazem funcionar ou combatem essa instituição. Assim, um campo pode ser definido como

um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que a ocupam (BOURDIEU, 2001, p. 133-134).

O conceito de campo de Bourdieu é de grande valor diante da necessidade de se relacionar, no caso desta pesquisa, o campo do jornalismo com o campo político, em que atuam os movimentos sociais. A abordagem do conceito de campo nos permite não apenas analisar a posição dos grupos e suas relações, mas também compreender a tendência à reprodução da ordem social nas sociedades. Nas sociedades modernas, segundo Berger (2003), a vida social se reproduz em campos, funcionando com relativa independência, mas, ao mesmo tempo, atuam fundidos; o importante, então, é estudar a dinâmica interna de cada campo e suas interdependências. Então, o campo jornalístico tem interdependência com o campo político, já que os dois campos estão em atividade num processo de “ver” (jornalismo) e de “ser visto” (o movimento social).

Segundo Bourdieu (2001), a representação do mundo social pode ser construída com base nos princípios de diferenciação ou de distribuição. Esses princípios são constituídos pelo conjunto das diferentes espécies de poder e capital que ocorre nos diferentes campos e que conferem força e poder ao

detentor desse capital. O campo pode ser descrito também como um campo de forças ou de relações impostas a todos os que entrem no campo. Os agentes desse campo então são definidos pelas posições ocupadas no espaço no qual as mudanças de lugar ocorrem em função de trabalho, esforço e tempo despendido. Os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas que se encontram no interior de cada um dos subespaços estão sempre envolvidos em lutas de diferentes formas.

As relações de força entre agentes são definidas pela forma de que se reveste

o conjunto de distribuições das diferentes espécies de capital, incorporado ou materializado, como instrumentos de apropriação do produto objetivado do trabalho social acumulado. Esta posição determina os poderes atuais ou potenciais nos diferentes campos e as probabilidades de acesso aos ganhos específicos que eles ocasionam (BOURDIEU, 2001, p. 135).

O campo é lugar de uma luta travada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. Desta forma, a força simbólica das partes envolvidas nesta luta é independente da sua posição no jogo, mesmo que o poder propriamente simbólico da nomeação constitua uma força relativamente autônoma perante as outras formas de força social. *“Um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz, ou seja, o limite de um campo é o limite dos seus efeitos”* (BOURDIEU, 2001, p. 31).

Segundo Bourdieu (2001), não é na *“vontade”* de uma pessoa ou grupo que se encontra a razão de ser de uma instituição e dos seus efeitos sociais, mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares, no qual, em função de interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus agentes, se geram *“as vontades”* e *“no qual se define na e por meio da luta, a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos”* (BOURDIEU, 2001, p. 81).

De acordo com Bourdieu (1992), os agentes integrantes de um campo são orientados pelo **habitus**. O conceito de *habitus* permite compreender a forma como o homem se torna um ser social, pois a socialização corresponde ao conjunto dos mecanismos pelos quais os indivíduos efetuam a aprendizagem das relações sociais entre os homens e assimilam as normas, os valores e as crenças de uma sociedade ou de uma coletividade.

Assim, Bourdieu (1996) define *habitus* como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor uma visão consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, e sem ser o produto da obediência a regras.

Para Bourdieu (1996), o *habitus* é o produto da posição e da trajetória social dos indivíduos, fazendo com que as representações dos agentes variem de acordo com sua posição, e por sua vez com os interesses associados a ela, e com o seu *habitus* adquirido através da experiência duradoura de uma posição no mundo social. Entretanto, o *habitus* é uma estrutura interna sempre em via de reestruturação, o que mostra que ele não é totalmente rígido. Isto significa que nossas práticas e representações não são nem totalmente determinadas, pois os agentes fazem escolhas, entretanto nem totalmente livres, já que estas escolhas são orientadas pelo *habitus*.

O *habitus* é ao mesmo tempo o que percebemos e julgamos da realidade e o produtor de nossas práticas, dois aspectos indissociáveis e que definem a personalidade de um indivíduo. O *habitus* também implica que o determinante da ação não é simplesmente a busca do interesse econômico. Esta consideração leva Bourdieu (1996) a definir o indivíduo como um *agente social*, e não um ator social. O agente social é influenciado (do interior) tanto quanto age (para o exterior), ou seja, o *habitus* produz uma *exteriorização* da *interiorização*.

O *habitus*, conforme Bourdieu (1996) se coloca ainda como princípios geradores de práticas distintas e distintivas, mas são também princípios de classificação, de visão e divisão, e de gostos diferentes. Diferenciam o que é bem e o que é mal, por exemplo. Assim, o mesmo comportamento pode parecer distinto aos diferentes agentes.

De um lado, o *habitus* também é sensível à mudança social, quando surge um desajuste entre as condições de produção do *habitus* e as condições nas quais é levado a funcionar. Por outro lado, o *habitus* se reestrutura segundo a trajetória social percorrida pelo agente, ou seja, pela experiência vivida e interiorizada da ascensão, da estagnação ou do declínio social. Por isso, é preciso estudar não só a posição dos agentes, mas também a trajetória que os levou a ocupar essa posição.

Assim sendo, o conceito de *habitus* de Bourdieu (1996) nos mostra que o homem é um ser social e que os comportamentos são apenas produtos de múltiplas aquisições sociais. Além disso, o conceito nos permite compreender a lógica das práticas individuais e coletivas, que nos permite agir em diferentes campos. Explica também os mecanismos da reprodução social: por “interiorização da exterioridade e pela exteriorização da interioridade”, ele dá aos indivíduos a impressão de “estarem no seu lugar”.

Partindo do olhar da comunicação, a notícia¹² é a matéria-prima do discurso jornalístico e está situada no interior de uma complexa rede produtiva, pois as notícias são produzidas por jornalistas assalariados, nem sempre bem pagos, que trabalham num mercado cada vez mais competitivo, e, muitas vezes, saturado, em redações constituídas por relações hierárquicas. Estas condições determinam “*as relações entre os jornalistas e suas fontes, e o jornal e seus leitores*” (BERGER, 2003, p. 20)

A luta travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois nele se encontra o poder de incluir e de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra nas mãos de quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. “*É esta a luta que os jornalistas travam no interior do campo do jornalismo em suas concretas e históricas relações de trabalho*” (BERGER, 2003, p. 22).

Quem constitui o dado pela enunciação, legitimando-o publicamente, na contemporaneidade, é o jornalista. A definição social do jornalismo está na passagem do acontecido para seu relato que, para Bourdieu (2001), pertence ao poder simbólico (poder de consagrar pessoas e instituições) e faz parte da função mediadora da imprensa, não se encontrando em nenhuma outra instituição, social ou cultural, a mesma competência. Basta ver que o discurso político hoje é realizado pela imprensa, que não só enuncia os fatos e apresenta os políticos, como antecipa causas e anuncia conseqüências, moldando o campo político a partir de seus interesses.

¹² Sobre a notícia, Mário Erbolato (2001, p. 61) explica que a produção jornalística segue critérios de noticiabilidade, definem a importância do fato. Entre esses critérios, destaca a proximidade, interesse humano, utilidade pública, impacto, conflito, aventura, rivalidade, humor, política e economia, culto a heróis e repercussão. A notícia é de leitura rápida, é o factual, narra os acontecimentos. É o chamado Jornalismo Informativo.

Os meios de comunicação constituem-se de um tipo específico de poder definido na concepção de Bourdieu (2001) como **poder simbólico** e que se manifesta como o

poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2001, p. 14).

E ainda:

o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2001, p. 7-8).

Uma das matérias-primas do campo do jornalismo encontra-se no campo político, o que é entendido por Bourdieu (2001), como campo de força e de luta, onde os agentes estão em constantes disputas, já que o capital que está em jogo é o poder. Os agentes do campo político produzem acontecimentos e sensibilizam seus “consumidores” nesse mercado. Com isso,

a luta desses agentes, individual ou coletiva, gira em torno do capital simbólico acumulado no transcorrer das lutas e no acúmulo de trabalho e de estratégias investidas, que se consubstanciam no reconhecimento e na consagração (BERGER, 2003, p. 27).

O reconhecimento e a consagração dos agentes políticos passam, no entanto, pela legitimação dos jornalistas. Esta relação – de convivência, nem sempre agradável – é o que será analisado a seguir.

É possível verificar a luta em torno do capital econômico e do capital simbólico no confronto entre os campos, o do jornalismo e dos movimentos sociais, no nosso caso, o Movimento dos Atingidos por Barragens. De um lado, o MAB luta em defesa dos atingidos e de um modelo energético sustentável; desejam esse reconhecimento pelos agentes do poder do campo político (governo e empresas estatais e privadas do setor elétrico). Do outro lado, está a imprensa, que detém o poder de nomear, consagrar e legitimar os agentes que merecem se tornar notícia aos olhos do anunciante e do leitor. A luta do MAB será reconhecida através da relação com a imprensa, pois segundo Bourdieu (2001), um campo para se efetivar tem que se abrir e relacionar-se com outros campos. Assim, cada um trava sua luta dentro do seu próprio campo, e essa relação de conflito também acontece fora do próprio campo, um

campo lutando contra o outro, cada qual com sua verdade. E a imprensa, na busca da credibilidade, constrói a sua “verdade” (BERGER, 2003, p. 28).

Na busca dessa construção, outro aspecto do campo do jornalismo a ser considerado é a necessidade de o acontecimento ser transformado em notícia, ser compatível com a linha editorial do jornal, ou seja, a necessidade de se encaixar na ideologia do jornal. Tal ideologia, muitas vezes, favorece o desconhecimento do jornalista sobre determinados assuntos, pois nunca seriam incorporados nesse veículo. Acrescenta-se ainda a aprovação do anunciante e a apreciação do leitor, que ajudam a definir os critérios de noticiabilidade estabelecidos. A notícia pode, então, diariamente, ser definida da seguinte maneira: O que há de novo hoje, que se adeque à linha editorial do jornal, que conquiste o leitor e que não se confronte com os que o sustentam economicamente?

Assim, os agentes do campo do jornalismo assumem suas posições conforme quatro aspectos coercitivos: o habitus (o modo de agir), o capital simbólico (a posição ocupada no campo), o capital econômico (renda e patrimônio) e o campo, de acordo com suas possibilidades e impossibilidades.

No processo de construção da notícia, é importante mencionar a estrutura econômica da empresa de comunicação. Traquina (2001), numa abordagem sobre as teorias do jornalismo, recorre às teorias da ação política, que conferem aos jornalistas uma visão de que eles servem objetivamente a certos interesses políticos. Assim, o papel dos jornalistas é pouco relevante e os reduz à função de executantes a serviço do capitalismo, portanto, coniventes com as elites.

Tal proposta também é defendida por Herman e Chomsky (2003). Os autores argumentam que o conteúdo das notícias não é determinado em nível interior (valores e preconceitos dos jornalistas), mas no nível externo, ou seja, no processo noticioso; há uma relação direta com a estrutura econômica da empresa jornalística. Os autores afirmam ainda que a opção dos anunciantes influencia na prosperidade e na sobrevivência da mídia, o que implica em conseqüência para os movimentos sociais, uma vez que *“um movimento de massa sem qualquer apoio importante da mídia, e sujeito a uma grande hostilidade da imprensa viva, fica seriamente incapacitado”* (HERMAN; CHOMSKY, 2003, p. 74).

Herman e Chomsky (2003), numa análise da mídia norte-americana, denominam de “modelo de propaganda” a utilização de dinheiro e poder como recursos capazes de filtrar as notícias, marginalizar as opções contrárias e permitir que o governo e os interesses privados dominantes transmitam suas mensagens ao público. Segundo os autores, as notícias passam por uma filtragem antes mesmo da produção, ou antes da publicação. Os autores relacionam cinco filtros integrantes desse “modelo de propaganda”: 1) a estrutura de propriedade das empresas de mídia e a orientação para os lucros, 2) a natureza capitalista da empresa, visando o lucro com a publicidade, 3) a dependência que os jornalistas têm das fontes oficiais (governo e grandes empresas), 4) a reação dos poderosos com ações punitivas¹³, e 5) a ideologia do anti-comunismo.

Dos filtros de Herman e Chomsky (2003), quatro deles têm relações com os movimentos sociais do Brasil, de acordo com os estudos de Bacaltchuk (1991) numa pesquisa sobre o Movimento dos Sem Terra (MST) e a relação com o Jornal Estado de São Paulo. De acordo com o Bacaltchuk, a cobertura da mídia aos grupos de oposição reflete o fato de a mídia não tratar esses grupos como legítimos contestadores políticos. Eles consideram o seu comportamento como contestador porque quebra normas e regras estabelecidas pela sociedade. Além disso, conclui ainda que as elites brasileiras são quem determinam o que e quem é de oposição. Assim, “*um grupo é [considerado] de oposição se alguns o rotulam de oposição*” (SHOEMAKER, 1984, citado por BACALTCHUK, 1991, p. 24-25). Portanto, é possível que os jornalistas generalizem os grupos de oposição pela forma como eles tratam o grupo. Os rótulos dos jornalistas, segundo o autor, aplicados aos grupos políticos e estendidos aos grupos de cobertura da mídia de massa, afetarão a percepção dos leitores sobre esses.

Conforme abordado anteriormente, é no campo político o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos,

¹³ O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG) exibiu no dia 5 de setembro de 2006, na abertura do 1ª Terça-Forum de Debates, com o tema *Experiências de Ombudsman no Brasil e no Mundo*, o vídeo-documentário ***Liberdade, Essa Palavra***, de Marcelo Baeta. O vídeo exhibe denúncias de jornalistas de veículos de comunicação de Minas Gerais, que teriam sido demitidos após publicação de notícias que contrariaram o governador Aécio Neves. O Jornal Pauta, veículo do SJPMG, publicou edição extra, de junho de 2006, com a seguinte manchete de capa: “Jornalistas mineiros denunciam cerceamento à liberdade de imprensa”.

produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, dentre os quais *“os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção”* (BOURDIEU, 2001, p. 164).

Assim, segundo Bourdieu (2001), os problemas oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social, ou seja, a opinião que se forma numa determinada população depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. Neste sentido, os acontecimentos do campo político passam pela legitimidade do campo do jornalismo, ocorrendo assim, uma disputa entre os campos: entre o poder político e a imprensa.

Para que se possa relacionar o campo dos Movimentos Sociais com o campo do Jornalismo será mostrada a lógica da exclusão, da inclusão e da criminalização dos movimentos sociais, a partir dos conflitos produzidos nos dois campos. Será focado o Movimento dos Atingidos por Barragens, e para que se possa promover um diálogo entre os dois campos, será feito um debate sobre os conflitos socioambientais que permeiam as discussões sobre a temática das barragens.

2.1.1. Conflitos socioambientais: a lógica da exclusão/inclusão e da criminalização

A fim de discutir a maneira como ocorre a criminalização do protesto social¹⁴, esta pesquisa utilizará primeiramente a teoria criminológica moderna, apresentada por Baratta (2002), criminólogo contemporâneo. O autor apresenta uma teoria do conflito que pretende mostrar a relação do direito penal com interesses de grupos de poder. Para ele, o crime seria fenômeno político, e o criminoso, um membro de grupos minoritários. No processo de conflito, grupos sociais procuram a cooperação do Estado, através de leis incriminadoras, para proteger valores ameaçados por outros grupos, cujas

¹⁴ “Protestar”: “queixar-se em voz alta”; “insurgir-se contra uma injustiça ou ilegalidade”. Dicionário Aurélio Eletrônico. Século XXI, versão 3.0, novembro de 1999.

sanções seriam uma espécie de ampliação e continuação do conflito, para Baratta,

o crime seria fenômeno político, e o criminoso, um membro de grupos minoritários induzidos a agir contra a lei, porque grupos majoritários instrumentalizariam o Direito e o Estado para criminalizar comportamentos contrários (BARATTA, 2002, p. 13).

O processo de criminalização, segundo Baratta (2002), representaria então, um conflito entre os detentores do poder e os submetidos ao poder, pelo qual as instâncias oficiais atribuem estatuto de criminoso a esses últimos.

De acordo com Rodriguez (2003), é constante a utilização do jornalismo para contribuir com a criminalização, no sentido de atuar na despolitização da população, pois o noticiário, principalmente o da televisão, é uma maneira de despolitizar o drama da atualidade e convertê-lo em uma crônica policial. É o folhetim, que *“patologiza e escracha o revoltoso intolerante”* (RODRIGUEZ, 2003, p. 34).

O autor faz uma análise do *jornalismo consensual*, o que para Rodriguez (2003), é aquele predisposto a fazer o diálogo institucional que pretende corroborar todo o tempo na sociedade. O maior ou menor protagonista não está ligado a nenhum conflito histórico senão a problemas contingentes. Se *“não trata da história da atualidade, tão pouco dos conflitos sociais e seus diferentes pontos de vista sobre essas situações problemáticas, as que merecem sua maior e única atenção”* (RODRIGUEZ, 2003, p. 35).

Em nenhum momento esse jornalismo consensual exporá as bases que o sustenta. Quando a sociedade torna-se massificada, alguma forma de identidade vai se formando. O jornalismo que *“espetaculariza a notícia modela esse novo sujeito social despolitizado, dessubstancializado, que conhecemos com o nome de opinião pública”* (RODRIGUEZ, 2003, p. 36). Essa opinião pública se reúne sem necessidade de juntar-se e ganha alguma identidade, porém construída de uma maneira errante e difusa e, para atender aos interesses desse tipo de jornalismo deve permanecer dessa maneira. A opinião pública é o interlocutor favorito do jornalismo comprometido com as instituições, que, a partir da credibilidade que goza, se converte num paladino da transparência.

A criminalização não é um fenômeno isolado e muito menos um problema contemporâneo que devemos identificar ou apontar só para o jornalismo. Se o jornalismo pode funcionar criminalizando e até “judicializando” o protesto social é porque, de alguma maneira, as instituições clássicas, as mediações sociais que funcionam sobre a base da lógica da representação, se alicerçam na criminalização da realidade (RODRIGUEZ, 2003, p. 40).

A emergência de diversos movimentos sociais em todo o mundo, nas últimas duas décadas, acaba por trazer problemas adicionais para a classe dirigente. Se irrupção é a forma que assume o conflito social nas sociedades contemporâneas, a disrupção é uma maneira de controle social, conforme Rodriguez (2003). Para o autor, as práticas disruptivas não são novas, elas apenas se reorganizaram: são as políticas de cooptação, o assistencialismo, manifestas na repressão e na judicialização do protesto. Com isso, a criminalização passa a ser também uma forma de exclusão social.

Na atualidade, temos a sensação de que a criminalidade tomou conta do cotidiano das cidades. E a imprensa aproveita as páginas dos noticiários para advertir que uma onda de crimes assola determinado bairro e certas ruas, banalizando a criminalidade e tornando-a rotineira na vida das pessoas. Para Rodriguez (2003), o inimigo está dentro de casa e se aloja dentro das pessoas: é o medo. A criminalização é apresentada pelos meios de comunicação como terrível.

*Quanto mais crimes houver, mais medo haverá na população, e quanto mais medo na população, mais aceitável e desejável se torna o sistema de controle policial. A existência desse pequeno perigo interno permanente é uma condição de aceitabilidade do sistema de controle, o que explica porque os jornais, rádios e tevês (...) concedem tanto espaço a criminalidade como se tratasse de uma novidade a cada novo dia...*¹⁵

Baseado nesta lógica, os movimentos sociais e o protesto social são apresentados como algo horrível e temível para a sociedade e segurança do cidadão. Ao mesmo tempo em que o cidadão se sente motivado a solicitar e aceitar o controle policial, outro fenômeno impacta seu olhar: o cidadão sente medo e cada um cuida da sua segurança privada. Desse modo, o Estado se vale da violência noticiada pela mídia para difundir o medo entre a população,

¹⁵ FOUCAULT, Michel. Las redes del poder. In: FERRER, Christian. **Lenguaje libertário**. Montevideo: Nordan Comunidad, 1991. p. 22, citado em Rodriguez (2003, p. 42) – tradução do autor.

de forma a “afiançar a manutenção da cisão que por sua vez garante a representação e a perpetuação da governança” (RODRIGUEZ, 2003, p. 42-43).

Como se pode ver, a criminalização dos movimentos sociais e dos protestos “é uma forma de se evitar a politização, ou seja, de se evitar pensar o social a partir do conflito” (RODRIGUEZ et al., 2003, p. 48).

Outros aspectos que também se configuraram como hipótese desta pesquisa são a exclusão e a inclusão do MAB no discurso da imprensa. Esse debate será iniciado com o conceito de “atingido” no contexto de projetos de construção de barragens. Ele é necessário para que se possa entender como acontece esse processo de inclusão e de exclusão. Para Scherer-Warren et al. (1990, p. 30), “atingido” não é outra coisa senão “aquele que luta para não perder sua condição social de camponês”. Perder sua condição de camponês significa “perder a terra e seu modo de vida”. E não é perda de qualquer terra, mas “terra fértil ribeirinha”. “A perda da terra significa a perda de seu principal meio de produção e, portanto, da garantia de sua sobrevivência” (SCHERER-WARREN et al., 1990, p. 30). A ameaça de perda da terra ameaça ainda sua condição de produtor rural.

Deixar aquela terra significa também perder o trabalho nela investido. Um investimento que muitas vezes durou toda uma vida, que traz embutido um projeto de vida realizado ou em realização. São construções (moradias e benfeitorias), são pomares e hortas, são lavouras e campos de pecuária e assim por diante. São justamente os mais velhos que lamentam mais estas perdas, visualizando a impossibilidade de recomeçar a vida em outro local. Neste caso, a memória sobre a participação no processo de colonização atua como um fator a mais na rejeição à migração (SCHERER-WARREN et al., 1990, p. 31).

A exclusão, mas também a visibilidade do camponês¹⁶ (o atingido) na história do Brasil, vêm de períodos bem anteriores ao da intensificação dos empreendimentos hidrelétricos. É secular. A palavra “camponês” é também sinônimo de: “caipira”, “caiçara”, “tabaréu”, “caboclo”, refere-se aos que vivem no campo, e que, por isso, são também considerados como “rústicos”, “atrasados”, “ingênuos”, “inacessíveis”. Tem ainda o sentido de “tolo”, “tonto”, às vezes, “preguiçoso”, “que não gosta do trabalho”. São sentidos

¹⁶ O conceito de camponês é polêmico nas Ciências Sociais. Por isso, nesta pesquisa, usaremos *camponês* apenas para designar as categorias dos atingidos no Caso Candonga: moradores, garimpeiros, meeiros e pescadores, que representaram a população mais vulnerável durante o empreendimento hidrelétrico. É importante para essas populações reafirmarem sua identidade camponesa quando se tornam atingidos por barragens.

“depreciativos e ofensivos que foram desaparecendo e entrando para o folclore, na medida em que as lutas camponesas entraram no debate político” (MARTINS, 1986, p. 21-22). As diferentes palavras, em diferentes lugares, exercem duplo sentido:

Definiam-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um excluído. É assim, excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político (MARTINS, 1986, p. 25).

Para Martins (1986), é necessário entender os mecanismos econômicos, sociais e políticos que definem o lugar do camponês no processo histórico. Sua participação nesse processo é a de alguém que participa como se não estivesse incluído, pois para Martins (1986), a história brasileira é *“uma história urbana, uma história dos que mandam, das classes dominantes, de senhores e gerais, não uma história de trabalhadores e de rebeldes”* (MARTINS, 1986, p. 26-27).

Essa representação de ocultamento ou visibilidade do atingido pode ser observada atualmente nos estudos sobre impactos ambientais de barragens, segundo Vainer (2004), que dispõem de um capítulo para discutir os impactos sociais como consequência da construção de barragens. Porém, mesmo sendo *“os empreendimentos construídos em locais de diferentes realidades, os estudos nem sempre são diferentes”* (VAINER, 2004, p. 186). O autor mostra a “cegueira” na elaboração dos relatórios, pois nenhum deles foi capaz de prever a existência de movimentos de resistência, colocando um “ponto cego” no instrumento teórico, o qual coloca os atingidos como “incapazes” de se constituírem e lutarem por direitos e interesses. Desta maneira, pode-se afirmar que essa representação dos atingidos como visíveis, porém “incapazes” talvez se inicie nesses relatórios, pois as populações atingidas passaram a fazer parte do ambiente no projeto de engenharia, o que foi incorporado pelo Setor Elétrico.

Assim, a população atingida não aparece referida nos relatórios. *“O que parece interessar são os usos que essa população faz dos recursos – solos, água e demais recursos ambientais”* (VAINER, s.d., p. 189). O autor conclui que a naturalização do âmbito social pelos empreendimentos

hidrelétricos pode ter ainda outro significado. Ele observa que quanto mais as populações atingidas se conformarem a um comportamento ecológico-natural, mais certos serão os prognósticos de impactos ambientais.

Ali onde a população atingida, ou melhor, grupos sociais prejudicados não conseguem constituir-se enquanto sujeito diante do grande projeto, os prognósticos terão maior índice de acerto. Inversamente, a história do meio ambiente e do projeto poderá ser muito diferente daquilo que foi previsto caso surja uma resistência social – que é muito distinta de processos ecológicos de adaptação homeostática, de reconstituição de equilíbrios ecológicos (VAINER, s.d., p. 191).

Essa naturalização das questões sociais pode ser interpretada como uma recusa à existência do atingido por parte do empreendimento. Num campo de lutas em que diferentes posições (os atingidos e os empreendedores), se confrontam sustentando forças desiguais, as populações afetadas perdem visibilidade *“como sujeitos sociais e como atores políticos dotados de desejos e direitos”* (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 50).

As autoras debatem sobre a desterritorialização das comunidades do Vale do Jequitinhonha atingidas pelas hidrelétricas. São comunidades historicamente marcadas pela marginalidade econômica e social.

Como uma prática de natureza simbólica inaugurada pelo Estado e repetida em suas diferentes políticas que se soldam ao imaginário nacional, a projeção da imagem de pobreza e miséria para o Vale tornou-se, sem exagero, uma ‘tradição inventada’ (HOBSBAWN, 1984, citado por ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 55).

Assim, as imagens historicamente apresentadas pelos governos, pelos segmentos empresariais e representadas pela imprensa¹⁷ sobre o Vale do Jequitinhonha, de acordo com Zhouri e Oliveira (2005, p. 52), *“ajudam a compor um quadro de pobreza, miséria e estagnação”*, o que justificaria assim, a implantação de projetos *“desenvolvimentistas”*, que agiriam na redenção da região, estigmatizada como *“Vale da Miséria”*.

Uma outra discussão considerada pertinente para esse debate sobre a exclusão e a visibilidade do MAB é a que Carneiro (2005, p. 21) faz sobre a *“oligarquização da política ambiental mineira”*. O autor revela que ao longo dos anos, foi se instalando no Conselho de Política Ambiental (COPAM) um processo de *“oligarquização”* do poder, materializado pela estabilização na

¹⁷ *Acréscimo nosso.* A mídia contribui historicamente na caracterização do Vale do Jequitinhonha, estigmatizando-o como *“Vale da Miséria”* e *“uma das regiões mais pobres do país”*.

quantidade e diversidade de agentes, além de um consenso nas resoluções em torno da ideologia do desenvolvimento sustentável¹⁸. A “oligarquização” resulta também na exclusão de agentes com concepções adversárias a dos agentes do campo ambiental.

Segundo o autor, essa prática *“impede o ingresso e o sucesso de agentes, concepções, valores e interesses externos ao campo, que não podem ser enquadrados nos termos do jogo”*. Quando são inseridas, as populações atingidas por barragens *“verão suas demandas transfiguradas e anuladas”* (CARNEIRO, 2005, p. 82).

Tendo em vista essa *“configuração viciosa”*, caracterizada pela *“oligarquização do campo ambiental”*, *“a luta travada no licenciamento revela-se injusta e desigual, e se torna um mero jogo político previamente definido pelas relações pessoais e estruturais da política ambiental”* (CARNEIRO, 2005, p. 99). De acordo com o autor, leis e normas são freqüentemente reinterpretadas ou “adequadas” principalmente quando apresentadas como obstáculo ou contrárias ao modelo desenvolvimentista. Esse funcionamento produz efeitos sobre os procedimentos do licenciamento, levando à marginalização das comunidades atingidas.

Zhoury et al. (2005) acreditam que o acesso prévio às informações e aos documentos relacionados ao empreendimento, seria um dos pressupostos de participação das populações afetadas no processo de decisões. Entretanto, o que se vê são as comunidades sendo comunicadas sobre a possibilidade de instalação de uma hidrelétrica quando o processo de licenciamento já se encontra numa etapa adiantada, inclusive com acordos já feitos com o poder público local. Para os autores, sem o conhecimento e as informações necessárias sobre o projeto e seus impactos socioambientais, as comunidades atingidas têm dificuldades de tomar um posicionamento diante da proposta apresentada. A partir daí, Zhoury et al. (2005) demonstram que o modo de proceder torna-se ainda menos transparente.

De acordo com Zhoury et al. (2005), os programas nacionais e estaduais definem o planejamento dos projetos, antes mesmo do processo de licenciamento. No plano federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica

¹⁸ Carneiro (2005) é um dos autores que apresentam uma reflexão teórica e crítica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, institucionalizado nas duas últimas décadas.

(ANEEL) toma decisões baseadas em levantamentos do potencial energético oriundo dos recursos hídricos, realizados nos estudos dos anos de 1950.

Os autores observam que

o destino dos atingidos pelos projetos hidrelétricos é então, predeterminado por alguns poucos planejadores que ocupam posição-chave na política, na administração e no setor privado, inviabilizando uma discussão ampla dos projetos com a população que vive na região de sua instalação (ZHOURI et al., 2005, p. 103).

Os autores argumentam que a participação da população atingida também é dificultada por razões práticas, pois geralmente essas comunidades estão localizadas em regiões distantes geograficamente das instâncias técnica e deliberativa dos órgãos ambientais. Nesses órgãos, os documentos têm que ser solicitados formalmente e com certa antecedência. Outro entrave destacado pelos autores é que os documentos têm que ser fotocopiados na instituição, onde chegam a ser muito mais caros, dificultando o acesso às informações, que são de interesse público, mas inacessíveis. Quando conseguem ter acesso aos documentos, a comunidade tem como impedimento a linguagem técnica utilizada. Assim, *“as comunidades atingidas acabam se transformando em legitimadoras de um processo previamente definido”* (ZHOURI et al., 2005, p. 105).

Outra prática destacada pelos autores é a ausência dessas populações na elaboração do EIA/RIMA e a aprovação de projetos que, mesmo com recomendação de indeferimento pelo parecer técnico da FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente), têm a licença concedida pelo COPAM (Conselho de Política Ambiental) sem qualquer justificativa sobre a decisão¹⁹.

Assim sendo, os autores consideram que a política ambiental vem perdendo sua maior característica, que é a de considerar os diversos aspectos do desenvolvimento humano, em função de uma política desenvolvimentista que privilegia a dimensão econômica. *“Temos então, uma política ditada pelo paradigma da adequação sob a chancela de uma estrutura institucional democrática”* (ZHOURI et al., 2005, p. 112). Mas mesmo considerando todas as lacunas apontadas pelos autores, eles destacam que o licenciamento ambiental ainda é combatido, pois a ele tem sido atribuído o caráter de “entrave” ao desenvolvimento econômico do país.

Os autores exemplificam isso através da campanha negativa do licenciamento ambiental, que ganhou espaço na imprensa nos últimos anos, listando as publicações recentes: “MME²⁰ prepara leilão de 17 usinas hidrelétricas até o fim do ano”, “Ministérios buscam resolver conflitos sobre licenciamento ambiental”, “MMA²¹ promoverá encontro latino-americano sobre licenciamento”, “Licença ambiental emperra construção de novas usinas”, “Atraso na construção de hidrelétricas causa preocupação” e “Questão Ambiental deixa os investidores irritados”²². Assim como a imprensa faz campanha negativa do licenciamento, faz também do MAB, ou seja, procura denegrir qualquer proposta que represente entrave a construção de hidrelétricas.

Diante do exposto, buscamos enfatizar que a imprensa se incumbe de produzir, reproduzir e legitimar as representações das comunidades rurais e dos ribeirinhos, e, no caso desta pesquisa, dos atingidos por barragens. Essas representações acontecem em momentos distintos, que apresentam o Movimento dos Atingidos por Barragens como excluído, criminalizado e com visibilidade através de suas ações de protesto, conforme será investigado nas notícias do Caso Candonga. Seguiremos com os aspectos metodológicos que nos conduzem ao analisarmos um fato comunicacional.

2.2. Aspectos metodológicos

Serão apresentados, a partir de agora, alguns dos pressupostos metodológicos que fundamentaram a investigação que se seguirá. Os pressupostos teóricos apresentados exigem uma determinada metodologia que consiga respondê-los de forma clara, uma vez que a análise prática tem influência na discussão e no debate teóricos.

Para se estudar o caso Candonga e sua representação sócio-histórica no discurso midiático será adotado o Método do Caso Estendido (*Extended Case Method*) proposto por Burawoy (1992). Nesse método, o pesquisador

¹⁹ Ver Zhouri e Rothman (2008).

²⁰ Ministério de Minas e Energia.

²¹ Ministério do Meio Ambiente.

²² Nota de rodapé citada em Zhouri et al. (2005), fontes das reportagens: Gazeta Mercantil, 12/05/2004; Agência Brasil, 25/07/2004; Ascom/MMA, 01/08/2004; DCI, Seção: Indústria 26/07/2004; Valor Econômico, 22/12/2004; idem.

procura identificar forças externas num contexto mais amplo para reconstrução da teoria existente para explicar a situação.

Em seguida, virão os estudos discursivos críticos, tais como desenvolvidos por Fairclough (2001); as categorias e modos de representação dos atores sociais no discurso, discutida por Van Leeuwen (1997), utilizando ainda o referencial metodológico baseado no estudo de Thompson (2002), a Hermenêutica de Profundidade (2002), em que uma das fases consiste na análise sócio-histórica, para a análise do *frames* (Gitlin, 2003) do Caso Candonga nos três jornais escolhidos.

2.2.1. Corpus

Como estratégias de pesquisa foram realizadas as seguintes atividades e técnicas de investigação: a descrição dos atores sociais, a interpretação dos dados e a explicação desses dados. Estas análises terão como objeto 20 notícias (APÊNDICE D) selecionadas dentre as 80 encontradas: reportagens, notas e pequenas matérias jornalísticas. Foram escolhidas as notícias dos jornais estaduais Estado de Minas e Hoje em Dia, e do regional Folha de Ponte Nova, publicadas no período de março de 1996 a agosto de 2005, que consiste do período de licenciamento ambiental e construção da hidrelétrica até a sua inauguração. É importante considerar que a escolha destes jornais ocorreu em função de os dois primeiros serem mídias estaduais, cuja circulação abrange também em outros estados do país, e o outro, por ser local. Além disso, foram esses três veículos os que publicaram maior número de notícias referentes ao caso Candonga, conforme Quadro 1B (Apêndice B), possibilitando que a análise seja feita durante todo o período de construção da hidrelétrica. Serão então, utilizadas 5 das 7 notícias publicadas pelo Jornal Estado de Minas; 5, das 12 veiculadas pelo Hoje em Dia; e 10, das 37 publicadas pela Folha de Ponte Nova. Foram escolhidas principalmente as notícias cujo material se apresenta com boa impressão e sem cortes, já que uma parte do material foi extraída do *clipping*²³ do MAB, e outra parte do material foi recortada dos jornais no período da publicação. Os textos relatam distintos momentos entre o período de 1996 a 2005. Foram escolhidas também notícias publicadas num mesmo dia, por diferentes veículos, para verificar como eles representam os fatos.

No entanto, durante esse período, também foram veiculadas notícias nos jornais estaduais Diário da Tarde e O Tempo, além dos jornais regionais e locais, como o Listão. Outras publicações de fora do estado ou que enfocam os movimentos sociais, também foram relacionadas para contribuir na análise. São eles: Pastoral, Jornal Cidade, Brasil de Fato e O Município. A escolha da mídia impressa foi feita em função da existência de arquivos desse material selecionado. Por causa das limitações de tempo e recursos para o trabalho de

²³ Recortes de matérias em jornais e revistas sobre determinado assunto.

campo da pesquisa, em vez de solicitar o acesso aos arquivos dos jornais *in loco*, foram usados *clippings* e recortes de jornais. O jornal impresso pode ser um local de visibilidade para o movimento conseguir espaço e expor suas denúncias, reivindicações, necessidades e demonstração de força.

As notícias foram selecionadas a partir do *clipping* do MAB Alto Rio Doce. Também foram selecionados os *releases*²⁴ enviados pelo MAB, a partir do início de 2004, quando o MAB Alto Rio Doce se estruturou para envio de material à imprensa (Quadro 2B – Apêndice B). No período anterior, em 2003, os *releases* foram enviados por outras entidades e movimentos envolvidos no caso. Em 2005, os *releases* relacionados são somente de janeiro, já que os dois meses posteriores ainda não constavam do arquivo. A seleção dos *releases* foi necessária para que se observasse se houve envio de informações nas ocasiões em que o MAB e as comunidades poderiam se tornar notícia na mídia.

Tem-se, como fonte de informação, as lideranças, um assessor e uma jornalista do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Alto Rio Doce e MAB Nacional. Foram realizadas também entrevistas com os editores e chefias de reportagens dos jornais analisados. Para tanto, foi elaborado um delineamento ou roteiro de investigação, permitindo a obtenção de respostas às perguntas formuladas neste projeto. Às informações levantadas com os entrevistados e ao referencial teórico da pesquisa associa-se a análise discursiva dos jornais selecionados, recurso que consiste em descrever, interpretar e explicar os dados.

2.2.2. Categorias analíticas: a análise de discurso crítica

Embora existam diferentes abordagens de análises críticas da linguagem, neste estudo será adotada a abordagem teórico-metodológica de Fairclough (2001). A proposta discursiva britânica de Fairclough (2001) tem em comum com a Escola Francesa de análise do discurso a dimensão crítica do

²⁴ Notícia distribuída à imprensa para ser divulgada gratuitamente.

olhar sobre a linguagem como *prática social*²⁵. Já a diferença principal entre a escola francesa de análise do discurso e a escola britânica está na

introdução de novos modos de dizer, novas relações entre os gêneros e as convenções discursivas, as transformações no interior de cada gênero são igualmente aspectos determinantes da fala e de sua historicidade (MAGALHÃES, 2000, p. 81).

A escolha da concepção de discurso defendida por Fairclough para esta pesquisa se deu por considerar que ela é mais adequada ao debate contemporâneo, uma vez que sociedades e instituições do mundo inteiro, e em particular a brasileira, passam por uma fase de transformações neste início de século. A teoria de Fairclough é inovadora quando propõe examinar em profundidade o papel da linguagem na transformação social. A linguagem é prática social: constituinte e constitutiva da cultura e da sociedade.

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é um projeto político, uma diferente maneira de confrontar teoria e análise. É uma pesquisa intervencionista, comprometida com os problemas conflitantes da sociedade.

A teoria é utilizada como uma caixa de ferramentas que permite urdir e abrir novas visões e novos enfoques e onde o analista se converte em artífice graças ao seu envolvimento com aquilo que estuda (IÑIGUEZ, 2004, p. 118).

A ADC surgiu no início da década de 1990, quando diversos teóricos se reuniram, em um simpósio realizado em janeiro de 1991, em Amsterdã. Entre esses teóricos surgia, como expoente, Fairclough. Para esse autor, a abordagem “crítica” implica mostrar conexões e causas que estão ocultas e implica também intervir socialmente para produzir mudanças que favoreçam aqueles que possam se encontrar em desvantagem. A abordagem de Fairclough (2001) reúne a análise de discurso orientada lingüisticamente e o pensamento social e político relevante, ou seja, a Teoria Social do Discurso²⁶. Como Foucault, Fairclough admite o discurso na tridimensionalidade. Discurso é *“texto, prática discursiva e prática social, o que é adequado para uso na*

²⁵ “Os discursos e a análise que deles fazemos são consideradas práticas sociais” (IÑIGUEZ, 2004, p. 206).

²⁶ O conceito de Teoria Social do Discurso provém dos estudos de Thompson (2002). Na teoria crítica de Thompson, o conceito de ideologia é inerentemente negativo. Ao contrário das concepções neutras, que tentam caracterizar fenômenos ideológicos sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligadas com os interesses de algum grupo em particular, a concepção crítica postula que a ideologia é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes.

pesquisa científica social, e especificamente, no estudo da mudança social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89).

Ao usar o termo *discurso*, Fairclough propõe utilizar o uso de linguagem como: 1) “*uma prática social e um modo de representação do mundo e de ação sobre o mundo e sobre os outros*”, 2) implica “*relação dialética entre o discurso e a estrutura social, em que o discurso constitui o social, mas também é constituído por ele*” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89-90). A *prática social*, de acordo com o autor, possui várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica – mas é o discurso como modo de prática política e ideológica que está mais ligado às preocupações do autor. O discurso como *prática política* “*estabelece, mantém e transforma*” as relações de poder e as identidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos). Já como *prática ideológica*, “*constitui, naturaliza, mantém e transforma*” os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Além disso, o discurso como prática política não é apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre às convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares, além disso, as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. O conceito de *hegemonia*, proposto por Gramsci, fornece um quadro frutífero para a conceituação e a investigação das dimensões políticas e ideológicas da prática discursiva. Segundo Fairclough, a seleção de textos, os tipos de textos que são articulados em um evento discursivo particular e a maneira como são articulados dependem de como o evento se situa em relação às hegemonias e às lutas hegemônicas. O autor entende a reportagem como um evento discursivo.

Para Fairclough, a prática discursiva manifesta-se em forma lingüística, na forma de “textos” (linguagem falada e escrita). Com isso, a prática social (política, ideológica etc.) é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto.

Fairclough (2001) propõe uma abordagem teórico-metodológica tridimensional: 1) a *tradição interpretativa ou microssociológica*, que considera a prática social como aquilo que as pessoas produzem ativamente e entendem

com base em sentidos comuns partilhados (discurso como prática social²⁷); 2) a *tradição macrosociológica* de análise da prática social em relação a estruturas sociais (discurso como prática discursiva²⁸); e 3) a *tradição das análises textual e lingüística detalhadas* (discurso como texto) (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100-101).

A *análise textual* - texto, prática discursiva e prática social – da ADC, em que os três itens são analisados simultaneamente, pode ser organizada, conforme Fairclough (2001, p. 103), em quatro itens: *vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual*. O vocabulário, que será analisado nesta pesquisa, trata principalmente das palavras, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos. Além disso, Fairclough enumera três outros itens da análise da prática discursiva que envolve aspectos formais dos textos: a *força* dos enunciados, isto é, os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças etc.) por eles constituídos; a *coerência* dos textos, e a *intertextualidade* dos textos. Reunidos, estes sete itens constituem um quadro para a análise textual que abrange aspectos de sua produção e interpretação como também as propriedades formais dos textos (FAIRCLOUGH, 2002, p. 103-104).

No seu modelo de análise do discurso, Fairclough recontextualiza a Linguística Sistêmica Funcional (LSF), alterando alguns pontos da teoria de acordo com seus propósitos analíticos. O autor amplia o diálogo teórico entre a ADC e a LSF, propondo uma articulação entre as macrofunções de Halliday (1991), sugerindo assim, três principais tipos de significados: o *significado acional*, o *significado representacional* e o *significado identificacional* (RESENDE, 2006). A abordagem que nos interessa nesse projeto é o *significado representacional*, relacionando-o nos textos a serem analisados, ao conceito de discurso como modo de representação de aspectos do mundo.

²⁷ Relaciona-se ao conceito de hegemonia, e trata de questões de interesse na análise social, tais como as características institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a prática discursiva (RAMALHO, 2005, p. 24).

²⁸ A prática discursiva é a dimensão do uso da linguagem que envolve os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo de textos (RAMALHO, 2005, p. 24). O conceito de intertextualidade, “a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114), viabiliza a compreensão das práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas (RAMALHO, 2005, p. 224).

A representação do discurso é uma parte importante a ser analisada nas notícias: a representação do que os entrevistados disseram e o que merece ser notícia. Para Fairclough, é importante a representação do discurso não só como um elemento da linguagem de textos, mas também como prática social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 140). Segundo o autor, há uma distinção básica entre representação do discurso ‘direto’ e ‘indireto’. Há um limite explícito entre a ‘voz’ da pessoa que é relatada e a ‘voz’ de quem relata.

As manchetes dos jornais podem não ter nenhuma marca de representação, mas, para Fairclough, podem ser tomadas como, por exemplo, uma reivindicação, que pode ser atribuída a alguém, ao mesmo tempo em que pode ser a voz do próprio jornal. Ou mesclar a voz de alguém com a do próprio jornal, constituindo uma ambivalência de vozes. Conforme o autor, *“a mídia de notícias atualmente tornou-se um negócio competitivo, em que a venda ou os índices de audiência tornaram-se de grande importância”* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 143). No entanto, para o autor, o processo é mais complexo do que isso.

Os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia (FAIRCLOUGH, 2001, p. 143).

Então as identidades, as relações e as distâncias sociais entram em colapso. *“Pode-se afirmar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta”* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 144).

2.2.3. A representação dos atores sociais

A questão principal a ser respondida nesta pesquisa pode ser formulada da seguinte maneira: Como os atores sociais foram representados no discurso midiático no caso Candonga, relacionando essa representação com o contexto sócio-histórico? Como e em que momento a mídia exclui, distorce ou não as notícias relacionadas ao MAB e aos atingidos?

Em primeiro lugar, procurou-se fazer um esboço de um inventário sócio-semântico dos modos pelos quais os atores sociais podem ser

representados, para posteriormente estabelecer a relevância sociológica e crítica das categorias, e só assim, partir para a análise de como é que essas categorias se realizam lingüisticamente. Uma categoria analítica bastante relevante para este estudo do significado representacional em textos é a representação de atores sociais discutida em Van Leeuwen (1997, p. 219). Com base no postulado desse analista crítico, foi formulada a Figura 1.

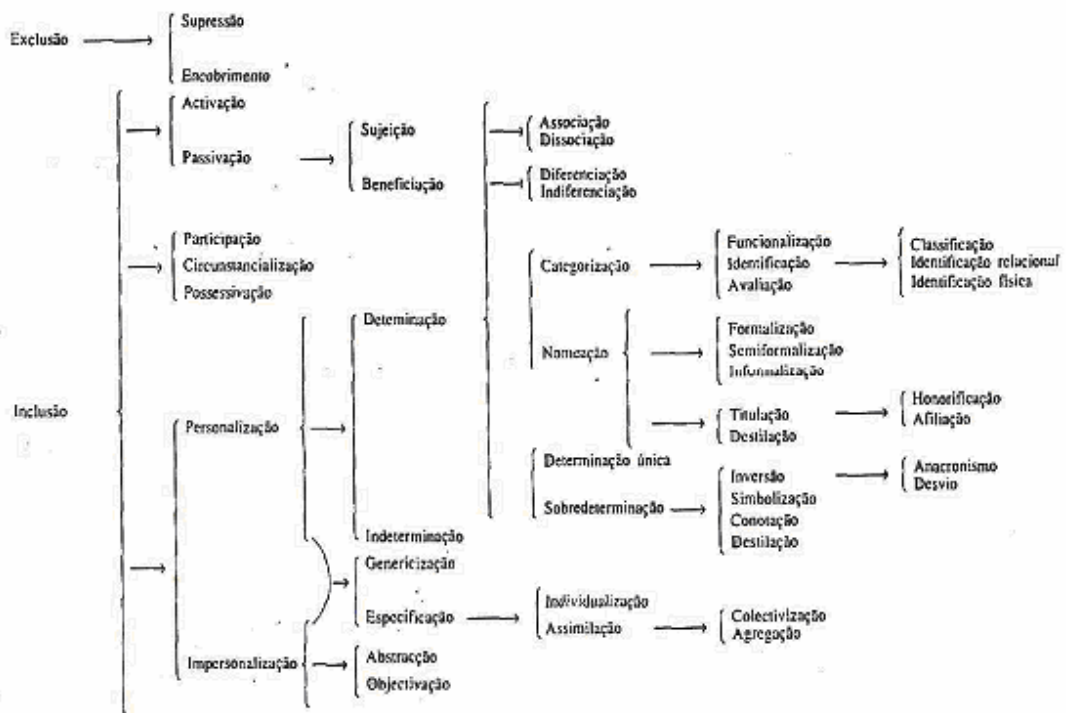


Figura 1 – Representação dos atores sociais no discurso: rede de sistema.

Uma descrição minuciosa dos modos pelos quais os atores podem ser representados é apresentada por Van Leeuwen, conforme visto nas categorias mencionadas na Figura 1. Com isso, serão detalhadas a seguir, somente categorias que se enquadram nos textos analisados. Outros modos de representação serão explicados nesta pesquisa, conforme forem surgindo ao longo da análise dos textos noticiosos.

De acordo com a figura de Van Leeuwen (1997, p. 180), as representações **incluem** ou **excluem** os atores sociais para “servir aos interesses e propósitos de quem produz os textos”. As exclusões podem ser caracterizadas: **encobrimento**, quando os atores sociais não são citados, mas sabemos quem os são; **supressão**, quando são radicalmente excluídos. Não há marcas de ações, atividades, nem categorias (pessoa).

As escolhas representacionais que incluem e **personalizam** os atores sociais nos textos, representando-os como seres humanos, são realizadas através de pronomes pessoais ou possessivos, nomes próprios ou substantivos (algumas vezes por adjetivos). No entanto, os atores sociais também podem ser **impersonalizados**, representados por outros meios, através de substantivos abstratos ou concretos, cujo significado não inclui a característica semântica “humana” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 208).

Uma realização lingüística que pode também encobrir efeitos de sentido ideológicos é a **impersonalização por objetivação**. Os atores são representados por meio de uma referência aos seus enunciados, tal como “o manifesto afirmou”, em vez de “os atingidos reivindicam em manifesto”. Como observa Van Leeuwen, não se atribuindo facilmente o enunciado a alguém, ele ganha estatuto de “objetividade”.

Os atores sociais são categorizados por **indeterminação** quando são representados como indivíduos ou grupos não-especificados e “anônimos”; e por **determinação** quando a sua identidade é especificada, de uma ou de outra forma. A indeterminação realiza-se através de pronomes indefinidos (alguém, alguns, algumas pessoas) usados numa função nominal.

Os atores sociais podem ser representados em termos da sua identidade única, sendo **nomeados**, ou em termos de identidades e funções que partilham com outros (**categorização**). Nos textos, às personagens sem nome cabem apenas papéis passageiros e funcionais e não se tornam pontos

de identificação para o leitor ou ouvinte. De acordo com Van Leeuwen, observa-se que os jornais dirigidos à classe média só nomeiam uma pessoa com status político econômico elevado, enquanto os jornais dirigidos à classe trabalhadora nomeiam pessoas comuns.

Podemos distinguir dois tipos de categorização: **funcionalização** e **identificação**. A funcionalização ocorre quando os atores sociais são referidos em termos de uma atividade, de alguma coisa que fazem, ou seja, uma ocupação ou função. Costumam ser associados a uma atividade e **categorização** (identidade que partilham com outros) altamente generalizada, como morador e pessoas. Já a identificação ocorre quando *“os atores sociais são definidos, não em termos daquilo que fazem, mas daquilo que, mais ou menos permanente, ou inevitavelmente, são”* (VAN LEEUWEN, 1997, p. 202).

Outro fator importante na representação dos atores sociais são as categorias **genericização** e **especificação**, que podem surgir como classes ou como indivíduos específicos e identificáveis. Novamente, Van Leeuwen exemplifica com os jornais dirigidos à classe média, em que os agentes e especialistas governamentais tendem a ser referidos especificamente, e *“as pessoas comuns”* genericamente: *“o ponto de identificação, o mundo no qual existem as especificidades de cada um, é aqui, não o mundo dos governados, mas o mundo dos governadores, os ‘gerais’”* (VAN LEEUWEN, 1997, p. 191).

Os atores sociais também podem ser referidos como indivíduos (**individualização**) ou como grupos (**assimilação**). Conforme Van Leeuwen (1997) já demonstrou, os jornais dirigidos à classe média tendem a individualizar as pessoas pertencentes às elites e a assimilar *“pessoas comuns”*. O autor distingue dois tipos principais de assimilação: **agregação** e **coletivização**. A agregação quantifica grupos de participantes, tratando-os como “dados estatísticos”: “comunidades”, “população”, “pessoas” e “milhares de pessoas”; o mesmo não acontece com a coletivização, que obviamente coletiviza, tratando os atores não só na primeira pessoa do plural, mas também através de termos, como “o povo do Brasil”, “a nação brasileira” e “a comunidade de Soberbo”. Para Van Leeuwen (1997, p. 195), a agregação desempenha um papel crucial em muitos contextos.

Na nossa sociedade, a maioria governa, não só em contextos em que os processos democráticos formais são usados para chegar a decisões, mas também e especialmente em outros, através de mecanismos tais como sondagens de opinião, pesquisa de mercado etc. Até a reforma legislativa se baseia, cada vez mais, no que a maioria das pessoas considera legítimo. É por essa razão que a agregação é muitas vezes usada para regulamentar a prática e para produzir uma opinião de consenso, mesmo que se apresente como mero registro de fatos.

As maneiras como os atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades. Determinados atores podem ser ofuscados ou enfatizados em representações e podem ser referidos de modos que presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem. Por isso, a análise de tais representações pode ser útil no desvelamento de ideologias em textos (RESENDE, 2006).

2.2.4. A análise sócio-histórica

O referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade (HP), baseada em Thompson (2002), serve como um enquadramento amplo que pode guiar a análise das formas simbólicas em geral, ou um fato comunicacional qualquer. Ressalta as circunstâncias ou pontos importantes que, de um modo ou outro, deveriam, ou poderiam, influenciar na compreensão de determinados fenômenos. Este referencial coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige interpretação.

A tradição antiga da hermenêutica tem origem nos debates literários da Grécia Clássica e sofreu transformações desde sua emergência, há dois milênios, mas são os filósofos hermeneutas dos séculos XIX e XX, especialmente Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur, os de importância particular para os objetivos dos estudos de Thompson (2002) sobre a hermenêutica. Conforme Thompson (2002, p. 357), estes pensadores enfatizam

que o estudo das formas simbólicas é fundamentalmente e inevitavelmente um problema de compreensão e interpretação. Formas simbólicas são construções significativas que exigem uma interpretação; elas são ações, falas, textos que, por serem construções significativas, podem ser compreendidas (grifo do autor).

Ainda segundo Thompson (2002, p. 355-356),

as formas simbólicas estão também inseridas em contextos sociais e históricos de diferentes tipos; e sendo construções simbólicas significativas, elas estão estruturadas internamente de diversas maneiras.

A HP compreende três fases: a Análise sócio-histórica, a Análise Formal ou Discursiva, e a Interpretação/Re-interpretação. No presente estudo, será utilizada a hermenêutica da investigação sócio-histórica, a primeira fase do enfoque da HP. Segundo Thompson (2002, p. 366), o “*objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas*”. Com base em Thompson (2002, p. 365), a Figura 2 sintetiza as várias fases do enfoque da HP, situando-o em relação à hermenêutica da vida cotidiana.

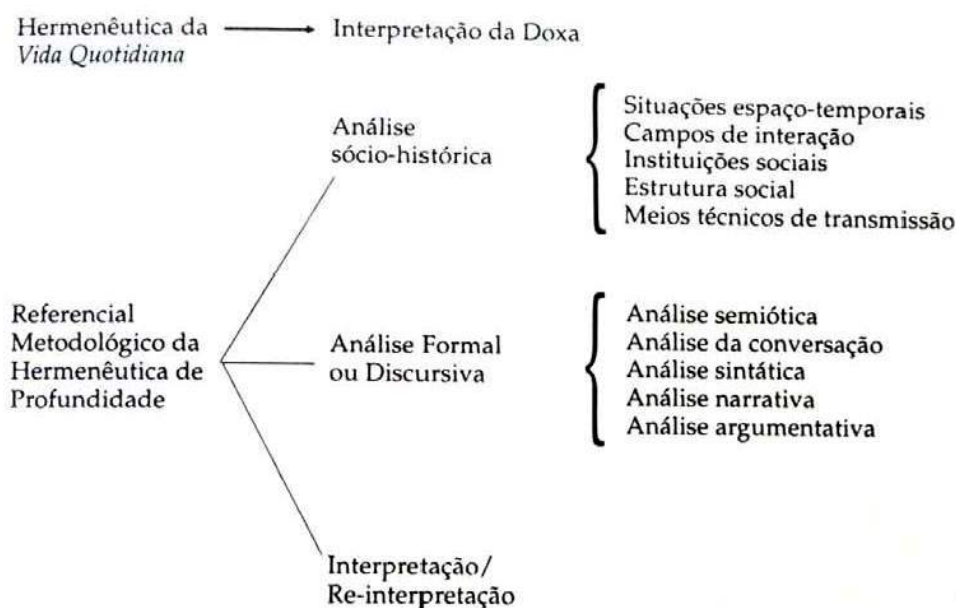


Figura 2 – Formas de investigação hermenêutica.

Em qualquer pesquisa ou estudo, é sempre importante levantar alguns questionamentos sobre os fatos. Deverão ser questionamentos relacionados ao tempo e ao espaço: Onde ele aconteceu? Como ele influencia, ou pode influenciar, de algum modo o fato que será analisado? Em que época aconteceu ou acontece? O fato de acontecer em determinado momento

histórico tem algo a dizer sobre o fenômeno em estudo? Somente a primeira fase da HP, a análise sócio-histórica será utilizada. Para Thompson (2002, p. 366), as formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas situadas em locais específicos, *“agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais, e a reconstrução desse ambiente é uma parte importante da análise sócio-histórica”*.

As formas simbólicas também estão situadas dentro de certos *campos de interação*. Podemos analisar um campo como um espaço de posições e um conjunto de trajetórias, que determinam as relações entre as pessoas e as oportunidades acessíveis a elas. Bourdieu (2001) analisa que as interações entre pessoas e grupos sofrem influência profunda devido ao capital simbólico, que cada pessoa carrega consigo num diálogo e em qualquer processo interativo. Esse capital simbólico possui uma variedade de regras, convenções e esquemas flexíveis. Porém, segundo Thompson (2002, p. 367), esses

esquemas não são regras muito explícitas e claramente formuladas, mas estratégias implícitas e tácitas. Eles existem na forma de conhecimento prático, gradualmente inculcado e continuamente reproduzido nas atividades comuns da vida cotidiana.

Assim sendo, um interlocutor que leva consigo o fato de ser representante de um empreendimento hidrelétrico ou um chefe de governo, dificilmente deixa de trazer influências específicas em qualquer conversa, devido às posições e papéis que desempenham. No entanto, uma pessoa com uma consciência crítica pode se prevenir contra determinadas situações e não se deixar influenciar por questões ligadas a certas posições ou *status*. Por isso, é importante que o pesquisador esteja atento a esse aspecto.

O terceiro nível de análise sócio-histórica se refere às *instituições sociais*. Podem ser vistas como conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com relações sociais que são estabelecidas por eles. Um jornal, por exemplo, pertence ou está ligado a alguma instituição maior, ou ao próprio Estado. Devemos perguntar, então, se há alguma instituição que poderá, de algum modo, intervir, ou influenciar a apresentação do fato, ou o fenômeno que está sendo analisado. Para o autor, analisar instituições sociais *“é reconstruir os conjuntos de regras, recursos e relações que as constituem, traçando seu desenvolvimento através do tempo examinando as práticas e*

atitudes das pessoas que agem a seu favor e dentro dela” (THOMPSON, 2002, p. 367).

Thompson (2002) distingue a análise das instituições sociais da análise do que se poderia chamar de *estrutura social*.

Analisar a estrutura social é identificar as assimetrias, as diferenças e as divisões. É determinar que assimetrias são sistemáticas e relativamente estáveis, isto é, que são manifestações não apenas de diferenças individuais, mas diferenças coletivas e duráveis em termos de distribuição e acesso a recursos, poder, oportunidades e possibilidades de realização (THOMPSON, 2002, p. 367).

O modo de produção capitalista, por exemplo, possui relações sociais estruturadas que definem tais sociedades. Um fenômeno particular sofre influência do sistema. Podemos perguntar então, qual a influência de determinada notícia em determinado veículo de comunicação na nossa sociedade capitalista?

Por último, justamente por se tratar de um fato ligado à comunicação, é importante perguntar sobre *os meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão*.

Esses meios estão sempre inseridos em contextos sócio-históricos particulares; eles sempre supõem certas habilidades, regras e recursos para codificar e decodificar mensagens, atributos esses que estão, eles próprios, desigualmente distribuídos entre pessoas; e eles são, muitas vezes, desenvolvidos dentro de aparatos institucionais específicos, que podem estar relacionados com a regulação, produção e circulação das formas simbólicas (THOMPSON, 2002, p. 368).

Com isso, o meio técnico tem muito a dizer na explicação desse fato, pois diferentemente da notícia de televisão, que é vista somente uma vez, a notícia escrita em jornal pode ser lida e analisada diversas vezes.

A pesquisa sócio-histórica representa assim, diferentes maneiras de tentar compreender a contextualização das formas simbólicas.

A produção, circulação e recepção de formas simbólicas são processos que acontecem dentro de contextos ou campos historicamente específicos e socialmente estruturados. A produção de objetos e expressões significativas é uma produção tornada possível pelas regras e recursos disponíveis ao produtor, e é uma produção orientada em direção à circulação e recepção antecipada dos objetos e expressões dentro do campo social (THOMPSON, 2002, p. 368).

À luz desses esclarecimentos, o autor conclui que, quando um programa ou noticiário é produzido, a produção o faz para um segmento de mercado específico, e conseqüentemente, modifica os conteúdos, adequando-

os ao público alvo. A orientação pode ser também um processo implícito do processo produtivo, desde que a orientação do produtor esteja adaptada às condições de circulação e recepção dos objetos produzidos. Se a produção implica a utilização de regras e recursos, a circulação também requer meios técnicos e pode implicar um conjunto determinado de instituições, com seu conjunto de regras, recursos e relações sociais. A recepção das formas simbólicas também é *“um processo situado dentro de contextos sócio-históricos definidos, onde as pessoas empregam recursos, regras e convenções a fim de compreender e se apropriar das formas simbólicas”* (THOMPSON, 2002, p. 369). Para o autor,

a tarefa da primeira fase do enfoque da HP é reconstruir as condições e contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, examinar as regras e convenções, as relações sociais e instituições, e a distribuição de poder, recurso e oportunidades em virtude das quais esses contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados (THOMPSON, 2002, p. 369).

Assim, utilizando-se da reconstrução das condições sociais e históricas e do recurso da análise discursiva, que investigará como os atores sociais são representados nos textos, faremos um diálogo entre esses aspectos metodológicos e o referencial conceitual, pois a abordagem teórica nos permite explicar os *frames* (Gitlin, 2003) de exclusão, de inclusão e de criminalização das ações do MAB, utilizados pela imprensa no Caso Candonga, o que será demonstrado empiricamente nos próximos capítulos.

3. MÍDIA: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA

A proposta deste capítulo é discutir o papel desempenhado pela mídia na construção do imaginário desenvolvimentista, através da propaganda política, produzida pelo governo militar, no então chamado “milagre econômico”. Nesse período da ditadura militar e, mesmo no período pós-milagre, o discurso desenvolvimentista, iniciado a partir dos anos de 1950, ainda se manteve forte. Essa propaganda teria formado a base para a idéia de um Brasil com destino de grandeza, rumo ao progresso, formando aos poucos um imaginário difícil de ser abalado (FICO, 1997). Foi uma época de implantação dos grandes projetos hidrelétricos no Brasil. A geração de energia passou a ser tão prioritária, em nome do progresso, que os impactos sobre as comunidades atingidas eram silenciados, já que *“o governo não estava disposto a suportar qualquer tipo de resistência à construção de barragens”* (PEREIRA, 1974). Será observado que a mídia teve grande importância na construção desse imaginário e na propagação do modelo desenvolvimentista. Mas, anteriormente, será feito um breve histórico do “projeto desenvolvimentista”²⁹, encabeçado pelos Estados Unidos, a partir dos anos de

²⁹ McMichael (2000) define o “projeto desenvolvimentista” como uma estratégia organizada para superar os legados do colonialismo, enfatizando que as pressuposições e as práticas do projeto de desenvolvimento representavam escolhas históricas em vez de um processo de evolução inevitável do destino humano. Para Esteva (1992), quando a maioria das pessoas utiliza o termo “desenvolvimento” estão dizendo exatamente o contrário daquilo que querem expressar. Todos se confundem e ao utilizarem indiscriminadamente uma palavra tão carregada de conotações, que, além disso, está destinada à extinção, essas pessoas prolongam sua agonia, transformando-a em uma condição crônica” (ESTEVA, 1992, p. 59).

1950 e, segue-se um histórico do setor elétrico brasileiro, para que seja possível entender-se os caminhos que foram traçados pelo setor energético do Brasil.

3.1. O “projeto desenvolvimentista”

O aproveitamento de recursos hídricos na construção de hidrelétricas no Brasil iniciou-se em Minas Gerais, no final do século XIX (PINGUELLI ROSA, 1988). A primeira rede de distribuição de energia elétrica e a primeira Hidrelétrica para serviço de utilidade pública, a Marmelos-Zero, foi construída em Juiz de Fora (MG), em 1889. Mas foi a partir da década de 1950, que se instalou no país um modelo de geração de energia a partir da construção de hidrelétricas. O Brasil passou a ser um dos países que mais investiram em grandes projetos. Questionar o papel dos grandes projetos energéticos implica em questionar a própria estrutura de desenvolvimento adotada (PINGUELLI ROSA, 1988).

A partir do fim da 2.^a Guerra Mundial (1939-1945), a Guerra Fria fracionou o mundo e deu origem ao termo “Terceiro Mundo”, referindo-se aos países sem habitantes europeus e norte-americanos como “países pobres” e, estes, em grande parte colonizados pela Europa. Neste contexto, os Estados Unidos encontraram a oportunidade de lançar o conceito de desenvolvimento e fazer um apelo para que todos os países seguissem o modelo de desenvolvimento que acabou por guiar várias nações durante quase meio século. Dois bilhões de pessoas passaram a ser consideradas como subdesenvolvidas após o discurso de posse do presidente Truman em 1949, nos Estados Unidos. Subdesenvolvidas e “*com uma imagem que [as] diminui e [as] envia para o fim da fila*” (ESTEVA, 1992, p. 60). Nascia a Era do Desenvolvimento, para o infortúnio de muitos camponeses e trabalhadores rurais, pois para eles, o “projeto desenvolvimentista” relacionava-se diretamente à construção de barragens.

Para escapar das condições indignas de subdesenvolvimento, de pobres e atrasados, esses países partiram em busca de um crescimento econômico direcionado pela renda per capita e pelo não desenvolvimento social, uma vez que a esfera social e a esfera econômica eram consideradas

realidades distintas. Em qualquer estudo sobre como ocorreu a era desenvolvimentista na América Latina³⁰, Mantega (1984) afirma que se deve examinar a estratégia de desenvolvimento econômico adotada e praticada pelas elites reformistas. O marco teórico das principais teses sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento passa pelo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), cujas principais idéias consistiam em explicar o atraso da América Latina em relação aos países desenvolvidos e encontrar maneiras de superar esse atraso.

De acordo com a teoria cepalina, a saída para o desenvolvimento estaria na implementação de uma política de desenvolvimento industrial. Foi sendo colocada em prática essa política de desenvolvimento industrial, um modelo de geração de energia a partir de grandes barragens, o qual foi intensificado pelo Brasil na década de 1970.

3.1.1. Histórico do setor elétrico brasileiro

Antes de entrar na década de 1970, fundamental para que se entenda o modelo de geração de energia a partir de grandes hidrelétricas, será feito um breve histórico do setor elétrico, nos períodos anteriores. O setor elétrico brasileiro passou por três fases. A primeira foi a das Grandes Companhias Estrangeiras (1890-1934). A primeira experiência pública com a lâmpada elétrica no Brasil ocorreu em 1879, no Rio de Janeiro. Nesta fase histórica, a geração de energia estava basicamente nas mãos de duas empresas estrangeiras: a Light e a AMFORP. Neste período, o Estado não intervinha na produção e distribuição de energia, apenas conferia autorizações para o funcionamento das companhias. Não havia também qualquer legislação sobre a energia elétrica e sobre recursos hídricos. Era o chamado “paraíso das grandes empresas privadas estrangeiras”³¹.

A segunda fase foi a do Código das Águas e a Tentativa de Regular as Companhias Privadas Estrangeiras (1934-1961): ocorreu a partir de 1934, quando foi aprovado um Código das Águas, que, pela primeira vez, vai

³⁰ Ver CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

³¹ MAB – Caderno n. 6 – A crise do modelo energético. Construir um outro modelo é possível.

estabelecer regras para o uso da água e o fornecimento de energia elétrica. A criação do código foi possível com a subida de Getúlio Vargas ao poder. O presidente conseguiu aprová-lo mesmo contra a vontade das empresas estrangeiras, que desde 1907 pressionavam para que o código ficasse engavetado. Entre as mais importantes modificações introduzidas estavam: 1) a propriedade dos rios, que deixava de ser do proprietário e passava a ser de propriedade do município, Estado ou da União. Estabelecia, ainda, que o uso da água para o abastecimento humano era o mais importante; 2) a propriedade das quedas d'água e do potencial hidrelétrico também deixava de ser do proprietário e passava a ser patrimônio da nação, sendo que o aproveitamento do potencial hidrelétrico passava a depender de autorização ou concessão (por prazo máximo de 30 a 50 anos)³².

A última fase foi a do Modelo Estatal das Grandes Hidrelétricas. A primeira intervenção direta do governo federal na produção de eletricidade aconteceu em 1945, com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), responsável pela construção da Usina de Paulo Afonso, inaugurada em 1955. A crise resultante da falência dos modelos privados de geração de energia do setor, na década de 1950, levou os governos estaduais a intervir no setor. Nesta época, os cortes de energia eram freqüentes nas grandes cidades. Em 1960, foi criado o Ministério de Minas e Energia, e dois anos depois, a Eletrobrás. Estavam criadas as condições para a estatização do setor. Assim sendo, o modelo estatal de grandes hidrelétricas teve como fundamento o levantamento do potencial hidrelétrico, realizado na segunda metade da década de 1960, com apoio do Banco Mundial e do consórcio Canadense Canambra.

Em 1973, a crise do petróleo mudou a situação energética em todo o mundo. Com a alta nos preços, os países centrais transferiram para os países periféricos, dependentes e ricos em potencial energético, como o Brasil, uma série de indústrias que consomem muita energia. O Brasil tornou-se então, juntamente com outros países periféricos, um exportador de produtos eletro-intensivos – produtos que exigem grande quantidade de energia para serem

³² Idem.

produzidos. O Japão foi um dos países que fechou, neste período, sua indústria de alumínio primário e passou a importar de países como o Brasil.

... os países dominantes emprestavam o dinheiro para a construção de hidrelétricas, para produzir alumínio, para exportar e pagar a dívida contraída. Os países centrais ficavam com o alumínio e os juros da dívida. As grandes empreiteiras, com o dinheiro da obra, muitas vezes superfaturadas (MAB – Caderno n. 6).

3.1.2. A política energética brasileira a partir da década de 1970

Usinas Hidrelétricas foram construídas em todo o país a partir de 1970, com o objetivo de gerar energia, principalmente para as indústrias, visando o crescimento da economia nacional, no então chamado “milagre brasileiro”. O aproveitamento do potencial hídrico na geração de energia para impulsionar o desenvolvimento do país passou a ser cada vez maior.

A geração de energia tornou-se “*tão prioritária que chegou a influenciar a política nacional*” (PEREIRA, 1974, p. 7-8), pois sempre que houve racionamento de energia no Brasil, ocorreram modificações importantes no Governo Federal e nos rumos tomados pelo país. Pode-se acrescentar aqui que as crises de energia, além de provocarem mudanças no Governo, promoveram um novo “boom” na construção de hidrelétricas.

A preferência no mundo contemporâneo ainda é pela energia oriunda das cachoeiras, em detrimento de energias produzidas de formas alternativas, também viáveis, como a eólica, solar e de biomassa. Segundo Pereira (1974), o interesse pelas hidrelétricas na década de 1970, ocorria em função da tecnologia predominantemente nacional – resultado de um parque de indústrias adiantadas nesse setor – e da experiência dos engenheiros nas numerosas barragens de grande porte, que vinham sendo implantadas em todo o território nacional. Nesse sentido,

a evolução recente do parque hidrelétrico no Brasil tem mostrado concretamente a integração técnica e econômica dos três principais níveis envolvidos na realização de uma UHE, estabelecendo a hipótese de que em torno da venda do produto UHE, se esteja constituindo um oligopólio (MIELNIK; NEVES, citados por PINGUELLI ROSA, 1988, p. 24).

Os autores se referem às empresas de estudos e projetos, empresas da construção pesada e fabricantes de equipamentos elétricos, que se beneficiam da construção de hidrelétricas. McCully (2004), discutindo a

influência do poder econômico na construção de barragens, argumenta que há outras formas de prover energia, mas a “indústria das barragens” se mantém vigente porque a construção beneficia interesses políticos e econômicos, como planejamento, promoção e construção, que acontecem de forma secreta e sem consentimento democrático.

A pesquisa de McCully (2004) aponta para o fato de que existem grandes somas de dinheiro em jogo na construção das barragens. Esses valores geralmente são multiplicados diversas vezes até o final da obra. O autor faz um levantamento de tempo e dos custos adicionais dos projetos de construção de diversas barragens ao redor do mundo. Entre elas, cita Balbina e Itaipu³³, no Brasil. Essa última teve o valor inicial multiplicado acima de cinco vezes.

Sigaud (1994) destaca que as decisões tomadas a respeito da geração de energia, através da hidreletricidade, implicam na inundação de grandes áreas e deslocamento de milhares de pessoas, principalmente índios e camponeses, e cujos procedimentos parecem ter sido sempre tomados a partir de previsões de demanda, calculadas através de critérios pouco transparentes.

Se tais critérios estritamente técnicos e as possibilidades de recursos têm sido elementos chaves na decisão de levar adiante projetos de hidreletricidade, não se deve subestimar o papel de grupos empresariais que exercem forte pressão sobre o governo no sentido da realização dos empreendimentos. Integram este ‘lobby’ empresas consultoras encarregadas do planejamento do setor, algumas das maiores empresas da construção civil do país, empresas que produzem equipamentos elétricos e empresas que necessitam de muita energia para se implantar, como é o caso, por exemplo, da indústria de alumínio da região norte (SIGAUD, 1994, p. 2).

A autora ressalta que o valor de cada hidrelétrica é de bilhões de dólares, o que representa, portanto, contratos que asseguram às empresas, em especial as da construção civil, um caixa estável durante um bom período de tempo.

Assim, ao contrário do que se poderia pensar, na construção de uma hidrelétrica não estão em jogo apenas os altos interesses nacionais de produção de energia para o desenvolvimento, mas também os interesses particulares de grupos de empresas que se beneficiam enormemente com os investimentos do setor elétrico, assim como os interesses do capital financeiro internacional, que fornece uma parcela importante de recursos (SIGAUD, 1994, p. 2).

³³ Sobre a construção da Hidrelétrica de Itaipu ver Germani (2003) e Pereira (1974).

3.1.3. O papel da mídia na construção do imaginário: a representação dos atingidos e das barragens

Para impor o ideário desenvolvimentista, na década de 1970, o governo brasileiro utilizou fortemente o mito do progresso³⁴ para configurar o imaginário social de que as barragens eram símbolos de desenvolvimento. É importante, neste estudo, o conceito de imaginário social. Segundo Baczko (1985, p. 311),

o imaginário informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita à adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.

O imaginário faz parte de um campo de representação. O termo representações coletivas foi cunhado por Durkheim (1989), mas foi Moscovici quem transformou e redefiniu o termo para *representação social*, o que ampliou o seu significado, pois esse autor acreditava que o termo representações coletivas continha aspectos que o impediam de explicar novos fenômenos detectados. Na visão de Durkheim (1989), as representações eram uma forma estável do pensamento coletivo, onde os receptores eram passivos, sem opinião própria. Assim, o conceito de Durkheim é mais apropriado para as sociedades menos complexas, enquanto o de Moscovici se volta para as sociedades modernas.

Para esse autor, *“a representação social é compreendida como elaboração de um objeto social pela comunidade com o propósito de conduzir-se e comunicar-se”* (MOSCOVICI, 2003, p. 251). De acordo com Moscovici (2003), o universo das representações sociais é o universo consensual, sendo que a linguagem desempenha um importante papel, facilitando associações de idéias, reconstruções de regras e valores, onde o desconhecido passa simbolicamente a conhecido.

Assim sendo, chama-se de “representações” a forma como a realidade é conhecida e como ela é percebida. Para Baczko (1985), a história do *savoir-faire* do domínio do imaginário social confunde-se com a história da

³⁴ Sobre o mito do progresso, ver Carneiro (2005), Almeida e Navarro (1997) e Sachs (1992).

propaganda. Daí então, a necessidade de considerar a mídia como um importante instrumento de construção do imaginário social.

Esse imaginário seria mais difícil de ser abalado, por ter sido modelado durante um governo ditatorial. Além disso, a contribuição da mídia teve um papel fundamental na construção de um imaginário popular que valoriza a construção de hidrelétricas como um sinal de desenvolvimento, colaborando nas formas de representação dos atingidos e das barragens.

Esses ideais desenvolvimentistas estavam presentes não só nas propagandas do governo, mas também nos noticiários da imprensa e nos discursos dos proprietários dos veículos de comunicação. Roberto Marinho, que viria posteriormente ser o dono de uma das emissoras de tevê do país que mais influenciam na construção do imaginário social, após uma visita à Europa, em 1955, afirmava que

lá não se perdeu a fé no Brasil, nem mesmo com a notícia da grande crise financeira que atravessamos (...) o Brasil terá meios de vencer a atual crise para tornar-se, até o fim do século, uma das principais potências econômicas (FICO, 1997, p. 48).

Toda essa expectativa de um grande Brasil era amplificada pela imprensa, com reportagens muitas vezes encomendadas. Luxuosas revistas semanais, com cadernos especiais muitas vezes “comprados” pelo Governo causavam grande impacto. O mito do progresso já existia e vinha sendo formado a partir de “*uma rede de representações ao longo dos séculos de um Brasil de riquezas e de grandeza*” (FICO, 1997, p. 48).

Fotos de canteiros de obras, de construção de estradas e barragens foram divulgadas por todo o país, através de revistas como a *Manchete*³⁵. A propaganda do governo e a notícia nos diversos meios de comunicação tiveram grande importância na formação ideológica e discursiva. No discurso desenvolvimentista, a impressão era a de que o progresso era uma verdade

³⁵ A *Manchete* foi uma revista publicada de 1952 a 2000 pela Bloch Editores. O nome da revista foi dada à emissora de televisão, a também já extinta Rede Manchete. Como outros títulos da Bloch Editores, foi comprada pelo empresário Marcos Dvoskin e relançada em 2002, pela Editora Manchete. No entanto, deixou de ter periodicidade semanal para passar a ser editada apenas em edições especiais sem periodicidade fixa, como os especiais de Carnaval (http://pt.wikipedia.org/wiki/Revista_Manchete). A revista *Manchete* ajudou a criar a fama dos anos JK como “anos dourados” e a tornar o presidente uma figura popular. “Brasília e *Manchete* cresceram juntas”, disse seu criador, Adolfo Bloch. Fundada em abril de 1952, a revista valorizava o aspecto visual, o colorido, a paginação. Nela, JK era apresentado como homem simples, do povo, que transmitia confiança nos destinos do país. Essa confiança se fazia presente de forma concreta, já que JK era mostrado como um homem de ação, empreendedor e inovador (<http://www.cpdoc.fgv.br/>).

incontestável e lucrativa para todos. O discurso temático desenvolvimentista “Pra frente Brasil”, “O Brasil que os brasileiros estão construindo”, “O Brasil é feito por nós” foi usado para demonstrar a “grandeza nacional”, e no imaginário social, a construção de barragens fazia parte do projeto de desenvolvimento. Barragem transformou-se num símbolo de desenvolvimento. Essa idéia tornou-se simbólica e se perpetuaria ao longo dos anos.

Uma característica marcante da propaganda política militar do Brasil foi a coincidência com uma fase de grande modernização dos meios de comunicação de massa. A preocupação com a imagem passou a ser grande, principalmente nos veículos impressos que já obtinham sucesso, como O Cruzeiro (desde 1928). A revista convertia a notícia em fotografia – recurso aprimorado pela Revista Manchete. As fotos, as suas legendas e os títulos e manchetes das notícias de grandes obras do Governo passavam uma idéia de grandeza.

Se a ideologia difundida na época da ditadura era a desenvolvimentista, as formas de representação do desenvolvimento tinham que tratar a construção de barragens como algo que deveria ser valorizado. Com isso, as comunidades atingidas por barragens eram destituídas de voz e de direitos sociais. Em 1977, de acordo com Fico (1997), uma campanha produziu peças para tevê, cinema e rádio, além de fascículos, com ampla divulgação de obras como Itaipu, Tucuruí e a hidrelétrica de Tocantins.

Os investimentos no setor elétrico se intensificaram, pois se projetava um aumento acelerado do consumo em função de uma esperada manutenção do crescimento econômico. Para Monosowski (1994), isto justificaria a preferência pela construção de grandes usinas, a exemplo de Itaipu e Tucuruí, dois projetos iniciados nos anos de 1970 que aumentariam em 50% a capacidade instalada de produção de eletricidade no país.

No caso de Tucuruí, um forte argumento que apoiava a decisão de construção de Projetos de Grande Escala (PGE)³⁶ era o do custo relativamente baixo do quilowatt instalado. Porém,

essas estimativas apenas consideravam os custos referentes à construção da obra e equipamentos da usina. Os estudos de viabilidade não envolveram uma estimativa dos custos socioeconômicos e ambientais da implantação de um megaprojeto na região (MONOSOWSKI, 1994, p. 127).

³⁶ Ver Lins Ribeiro (1988) e Ab’Saber e Muller-Plantenberg (1994).

Exemplos como as barragens de Tucuruí (no Pará), Balbina (no Amazonas) e Sobradinho (em Pernambuco), entre outros, são indicadores de como esses empreendimentos beneficiaram as grandes concentrações econômicas nacionais e internacionais pela expansão de outros PGE, projetados e executados desconsiderando os interesses das comunidades locais³⁷. Conforme Monosowski (1994), essa dinâmica reforça um processo de dependência econômica frente aos países financiadores, estimulando essa dependência³⁸.

A década de 1970 foi marcada por esse processo, em função de uma visão hegemônica de desenvolvimento que tem orientado o processo de modernização do país, em que os empreendimentos hidrelétricos “*simbolizam o progresso da humanidade*” (McCULLY, 2001, p. 284), tornando a energia hidrelétrica como a alternativa mais utilizada, apesar da existência de outras formas de prover energia.

A idéia que a imprensa veiculava era a de que os empreendimentos hidrelétricos de grande porte seriam redentores para as regiões “*escolhidas*”, tirando-as do atraso e da pobreza. Sevá (1990, p. 8) afirma que, nesta perspectiva ideológica do “*progresso*” e da “*razão técnica*”, intensamente difundida pelos governos e pelas empresas interessadas, as populações dessas áreas atingidas passaram a ser vistas como um “*entrave*” e um “*problema*”. E se elas se organizassem para obter melhores ressarcimentos ou “*compensações*”, ou mesmo para resistir ao projeto, essas populações seriam tachadas de serem “*contra o progresso*”.

Desta maneira, Sevá (1990, p. 9) questiona se estas comunidades é que são contra o “*progresso*” ou será o contrário: o “*progresso*” é contra elas? Observa-se então, um conflito de representações sobre uma mesma realidade, formas diferentes de se ver a questão das barragens e dos atingidos.

No projeto desenvolvimentista, estavam em jogo os interesses econômicos, mas eram ignoradas as interfaces entre a lógica da produção de energia e a sociedade. Para os atingidos, uma outra parcela da população, excluída dos discursos do governo e da imprensa, barragens poderiam também

³⁷ Idem.

³⁸ Para uma crítica dos impactos ambientais e socioculturais dos grandes projetos na América Latina, ver Lins Ribeiro (1988); e Maria Rosa Catullo. **Ciudades relocalizadas: una mirada desde la antropología social**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.

ser símbolo de progresso, mas o aspecto central da reação à construção das hidrelétricas era a ameaça ao seu modo de vida e a possibilidade de perda da terra, em função da obrigação de migrar.

É justamente em função da ameaça de migração forçada e para local indefinido e desconhecido que as barragens representavam e representam, ainda hoje, para o camponês, a insegurança e a incerteza quanto a seu futuro. No Sul do Brasil, onde ocorreram as primeiras mobilizações de atingidos a partir do final da década de 1970, conforme Scherer-Warren (1990), muitas comunidades deslocadas pela construção de hidrelétricas eram constituídas de antigos colonizadores ou seus descendentes, que através do processo de expansão da fronteira agrícola tornaram-se os pioneiros e desbravadores desta região.

Ao contrário do que se pensa, estes camponeses não têm uma predisposição para a migração. Primeiro, porque há uma memória social sobre o trabalho pioneiro de colonização realizado por estes camponeses e seus antepassados nas áreas atingidas.

Neste sentido é que migrar não significa apenas mudar de um espaço físico para outro, mas significa a troca de um espaço com sentidos múltiplos: um sentido mais objetivo que permite uma valorização a uma quantidade monetária em relação à terra e suas benfeitorias e, uma valorização baseada em representações simbólicas que atribuem um valor estimativo a um espaço que foi, também, apropriado e construído socialmente (SCHERER-WARREN, 1990, p. 30).

O segundo aspecto refere-se ao entendimento dos camponeses atingidos diante do que se considerava um planejamento governamental inadequado em relação a seu deslocamento. *“A não participação no processo de decisão sobre o seu próprio futuro, também levava o atingido a considerar esta migração forçada e, portanto inaceitável”* (SCHERER-WARREN, 1990, p.30).

Ao valor real, deve ser acrescentado também o valor simbólico da terra, ou seja, o espaço socialmente construído naquela comunidade. Há ainda perdas sociais, que para os camponeses, “não há dinheiro que pague”. São os bens culturais, construídos pela comunidade, como a igreja, a escola, a praça... *“Há uma desintegração de sua vida comunitária, das relações de vizinhanças, de compadrio e de parentesco”* (SCHERER-WARREN et al., 1990, p. 31). É o choque entre o sistema e o mundo vivido, características das sociedades

modernas, descrito por Habermas, autor da Teoria da Ação Comunicativa. Conforme Habermas, a ação instrumental está invadindo os espaços do mundo vivido, ou seja, o mundo vivido está sendo colonizado pelo mundo sistêmico, e como essas duas perspectivas não estão integradas, sistema e mundo vivido entram em choque (FREITAG, 1992).

Essa dimensão simbólica do espaço socialmente construído pela comunidade camponesa nem sempre é bem entendida pela tecnoburocracia urbana, que recomenda a realização de projetos de barragens em áreas povoadas, como as de produtores rurais. A visão tecnocrática avalia a terra e os bens nela existentes *“em termos meramente econômicos, como se espaço e bens fossem sempre e de forma justa passíveis de quantificações monetárias, o que é discrepante em relação à ‘visão camponesa’”* (SCHERER-WARREN, 1990, p. 31).

Tem-se, desta forma, duas visões diferentes de avaliar os impactos da construção de barragens. A lógica dos grandes empreendimentos hidrelétricos, que se impõe como uma exigência do desenvolvimento nacional e se expressa na produção de energia. Nestes termos, segundo Vainer e Araújo (1990), as populações atingidas eram vistas como obstáculo. Para o setor elétrico, o que importava e, ainda importa, *“é a relação custo/benefício de seu projeto. Para a população, a lógica é exatamente inversa, pois o que preocupa é seu próprio destino. Os benefícios são vagos e os efeitos, negativos”* (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 19).

A iniciativa do conflito parte do *“Estado brasileiro, responsável pelo padrão de planejamento praticado, pela política de geração de energia hidrelétrica, pela decisão de implantar cada uma das barragens hidrelétricas”* (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 20). É nessa lógica, ainda praticada pelo setor privado, que se orientou o Setor Elétrico Brasileiro. Para as subsidiárias da Eletrobrás, *“não há população, não há trabalhadores ou moradores, há apenas proprietários”*. Desta maneira, *“o deslocamento de população se resume e se resolve através de uma infinidade de ações individualizadas de compra-venda”* (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 21). Assim, a representação dos atingidos para as subsidiárias construtoras de barragens reduz o *“problema social a uma dimensão patrimonial-legal (compra-venda)”* (VAINER; ARAÚJO, 1990).

“Poderia se contra-argumentar que, afinal, está em jogo a geração de energia, infra-estrutura básica para o desenvolvimento econômico urbano-industrial” (SIGAUD, 1994, p. 6). Para Sigaud (1994), a questão é outra, pois não é aceitável que, sob pretexto de *“produção de energia ‘limpa’, se dê prosseguimento a uma política autoritária e irresponsável social e economicamente”* (SIGAUD, 1994, p. 6). Muitas vezes, as comunidades atingidas, realocadas à beira do lago das barragens, ironicamente, não têm acesso à energia elétrica.

Estas e outras artimanhas em nome do “progresso” são confirmadas por Schwade (1990, p. 43), em seu relato sobre a Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás, responsável pelos investimentos no Norte do País, que utilizava a prática de treinar assistentes sociais e engenheiros para *“manipular as informações, neutralizar as lideranças emergentes com ofertas de empregos, e boicotar qualquer movimento popular de esclarecimento e apoio às comunidades”*.

3.2. O discurso dos jornais Estado de Minas, Folha de Ponte Nova e Hoje em Dia

A história de um jornal se mistura à história de outros jornais, de acordo com a evolução dos meios de comunicação em dada sociedade. Mas cada jornal é único e adquire sua identidade através dos conteúdos de suas páginas, do recorte temático e do tratamento dado à notícia, elementos fundamentais na relação entre o jornal e seu público leitor. A história do jornalismo em Minas Gerais caracterizou-se pela quantidade de jornais que *“surgiram e desapareceram rapidamente e também pela inexistência de grandes jornais e de um jornalismo vigoroso”* (FRANÇA, 1998, p. 101).

3.2.1. Estado de Minas

Criado em 1928, num contexto em que a leitura de jornais era pouco sustentada, o jornal Estado de Minas foi aos poucos ganhando importância. De acordo com França (1998), sobreviveu à concorrência e com um grande índice de preferência com relação aos outros jornais, ganhou o renome de ser “o

grande jornal dos mineiros”. Sua história começa com a fundação do jornal *Diário da Manhã*, em 1927. No ano seguinte, Pedro Aleixo, Álvaro Mendes Pimentel e Juscelino Barbosa compram o patrimônio do Diário da Manhã e fundam a sociedade *O Estado de Minas & Cia. Ltda.* Em 7 de março de 1928 nasceu *O Estado de Minas*. Em 1929, mudou de dono. O comprador, ou sócio-majoritário da sociedade recém-formada, era Assis Chateaubriand (FRANÇA, 1998), que se transformaria num dos maiores nomes da comunicação no país.

Nesse mesmo ano, o jornal promoveu uma assembléia para se transformar em Sociedade Anônima e se integrar aos Diários Associados. A questão da propriedade do Estado de Minas é bastante complexa. Segundo França (1998), em 1959, nove anos antes de sua morte, Chateaubriand transformou seu imenso “império” em um “condomínio” e escolheu 22 jornalistas de seu *staff* para a empreitada: 83% do conjunto de jornais, estações de rádios e emissoras de televisão pertenciam ao condomínio e 17% a sócios anônimos. Após a morte de Chateaubriand e com as mudanças no cenário da imprensa no Brasil, o império diminuiu, mas ainda conta em Minas Gerais, com dois jornais e duas emissoras de rádio e tevê. A permanência do condomínio foi “*questionada pelos herdeiros, mas a ação foi julgada improcedente pelo Supremo Tribunal de Justiça, em 1996, e o condomínio permanece*” (FRANÇA, 1998, p. 102-107).

Conforme França (1998), as críticas difundidas sobre o jornal e sobre a prática política de Chateaubriand na condução de seu império jornalístico vão muito além de manobras estratégicas feitas de alianças e separações, atendendo a seus interesses. Um trabalho de análise das posições adotadas pelo Estado de Minas ao longo dos grandes momentos da vida política nacional e estadual feita por Carrato³⁹ (1998, p. 9), citado por França (1998, p. 109), “*aponta o alinhamento sistemático e ostensivo do jornal ao lado das forças no poder*” (FRANÇA, 1998, p. 109).

A análise traça evidências do tratamento privilegiado dedicado aos candidatos a cargos políticos, apresentados ou apoiados pelo Governo durante campanhas eleitorais. Esses candidatos recebiam maior espaço nas páginas do jornal que os seus rivais. A autora destaca que os comentários políticos

³⁹ CARRATO. **Imprensa e poder político**: o jornalismo no processo de transformação social. p. 9, citado em França (1998, p. 110).

também foram reduzidos ou extintos com o Golpe de 1964. Em 1968, em consequência da doença e do afastamento do presidente Costa e Silva, o vice-presidente, Pedro Aleixo – o mesmo que foi também fundador e presidente do jornal – se viu impedido de assumir a presidência da República.

O Estado de Minas apenas ‘noticia’ o fato, silenciando sobre suas implicações. Em nome dos ‘interesses dos mineiros’, ele passa a defender os seus interesses, selecionando para publicar apenas os fatos que não colidam com esses interesses. Agindo assim, o Estado de Minas, na prática, inaugura a censura e sua redação antes mesmo dela ser implantada no país (CARRATO, 1998, citado por FRANÇA, 1998).

O trabalho desenvolvido por Antunes⁴⁰ sobre jornalismo político em Minas Gerais, ressalta a *“íntima convivência entre os jornalistas políticos e o Governo e a partilha dos cargos de assessor de imprensa nas instituições públicas entre os jornalistas mais influentes”*. De acordo com essa “divisão de influência”, o cargo de assessor de imprensa do governador cabia sempre aos jornalistas do Estado de Minas, com duas exceções: no Governo Tancredo Neves, e no de Newton Cardoso, *“o único momento da história do jornal em que houve ruptura total do jornal com o governo estadual”* (FRANÇA, 1998, p. 110).

Muitas vezes foi atribuída ao jornal a prática de um “jornalismo institucional” e de colaboração com as fontes. Indiferente a essas críticas, o *Estado de Minas* reafirma sua *“independência e compromisso com valores de sua fundação”*, como foi mencionado no editorial comemorativo dos 60 anos do jornal: *“No compromisso que assumiu consigo mesmo há 60 anos, o Estado de Minas faz uma daquelas opções essenciais à existência de um jornal: a da honestidade, a da firme e intransigente defesa dos interesses da coletividade”* (FRANÇA, 1998, p. 111).

⁴⁰ Antunes, Jornalismo político mineiro – os parlamentares da notícia, citado por França (1998, p. 110).

3.2.2. Folha de Ponte Nova

A Folha de Ponte Nova foi fundada em 1988, pelo jornalista José Carlos Itaborahy Filho, pelo professor João Batista Xavier e pelo empresário Francisco da Cruz de Carvalho. O jornal tem atualmente, uma tiragem de 3.000 cópias semanais, que circula às sextas-feiras, e é vendido em bancas e postos de venda nos bairros, além das assinaturas em Ponte Nova e região, em algumas regiões de Minas e do Brasil, e das assinaturas no exterior⁴¹.

A missão do semanário, conforme Itaborahy, é informar com *“dinamismo e credibilidade”*, fomentando o debate para a formação de opinião com *“equilíbrio, qualidade, ética e responsabilidade social, com respeito às demandas da cidadania”*. Ainda segundo o editor, a Folha de Ponte Nova tem como missão destacar-se como *“fonte segura ao investigar e esclarecer fatos que envolvam a consciência cívica e a luta pela preservação dos interesses e direitos coletivos”*, empenhando-se *“na satisfação dos clientes - assinantes, leitores avulsos e anunciantes”*. Para isso, segundo o jornalista, o jornal atua na prestação de serviços, preza pelo *“desenvolvimento de Ponte Nova e do Vale do Rio Piranga, para ser o melhor e mais conceituado semanário da região”*⁴².

O jornal tem assinantes em Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, municípios que foram afetados pela UHE Candonga.

3.2.3. Hoje em Dia

O Hoje em Dia é um jornal diário da Central Record de Comunicação, de propriedade do Bispo Edir Macedo⁴³. Fundado em 1988, com o intuito de contrapor ao *Estado de Minas*, que se apresentava como o principal jornal do estado, foi implantado pelo então governador Newton Cardoso, brigado com a direção do *Estado de Minas*, que não lhe publicava o nome. Para fazer frente ao concorrente, o *Estado de Minas* promoveu uma reforma no jornal e publicou uma série de reportagens sobre as fazendas de Newton Cardoso, conseguindo

⁴¹ Estas informações sobre o semanário Folha de Ponte Nova foram adquiridas através do diretor do jornal, José Carlos Itaborahy, em entrevista via e-mail para esta pesquisa, em 30 de novembro de 2007.

⁴² Idem.

⁴³ Sobre o império de comunicação construído pelo bispo Edir Macedo, ver Tavolaro, Douglas. **O bispo: a história revelada de Edir Macedo**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

desanimar o novo empresário de comunicação. Newton Cardoso vendeu seu diário ao bispo Edir Macedo, pouco depois de deixar o governo.

O bispo Edir Macedo, que no início da década de 1990, iniciava a construção de um império de comunicação, passou a investir também em Minas Gerais. Divulgar suas idéias por meio de veículos de comunicação de massa era estratégia antiga do bispo, efetivado desde a década de 1970, quando tinha um programa na TV Tupi. De lá para os dias atuais, a evolução é notória, o que segundo os estudiosos na área, é uma das razões para seu avanço⁴⁴.

Numa avaliação do jornalista Gabriel Priolli⁴⁵, especialista em televisão no Brasil, as igrejas evangélicas têm *“uma clara percepção do papel da comunicação, sobretudo a eletrônica, na formação das mentalidades e na mobilização social, razão pela qual investem maciçamente nesse segmento”*. Entretanto, para Priolli, na visão do bispo, seus veículos almejam *“a liderança em seus mercados, a influência política, a solidez comercial e a prestação de múltiplos serviços como cabe aos grandes grupos de mídia”*⁴⁶.

3.3. O modelo energético dos últimos 20 anos

Os problemas no modelo estatal originário de décadas anteriores, as privatizações no governo de Fernando Henrique Cardoso e a inércia com relação às mudanças do primeiro Governo de Luiz Inácio Lula da Silva marcam a política energética brasileira nos primeiros anos do século XXI. Segundo o estudo do físico e diretor da COPPE (Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia) da UFRJ, Luiz Pinguelli Rosa, ex-presidente da Eletrobrás no governo Lula, a história começou há alguns anos.

Luiz Pinguelli⁴⁷ recorda que, após 1995, quando entrou em vigor um novo modelo para o setor elétrico e se intensificaram as privatizações, houve um declínio na capacidade de armazenamento, em função da queda de investimentos em geração e também em transmissão. “As chuvas foram

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Entrevista com Gabriel Priolli, citado em Tavoraro (2007, p. 237-238).

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Entrevista de Luiz Pinguelli Rosa ao Jornal Correio da Cidadania, edição 452, 11 a 18 de junho de 2005.

abundantes em 1998, mas a situação piorou mesmo em 2000 e 2001. Não havia usinas em número necessário e passou-se a gastar a água do futuro no presente. O governo foi não só imprevidente, como também irresponsável⁴⁸.

O governo FHC deu contornos finais ao setor. Com a privatização, houve somente transferência de propriedade, subordinando os recursos naturais do Brasil aos interesses externos. A constatação do inadequado modelo vigente resultou em uma série de elaborados estudos para a sua reestruturação⁴⁹. Especialistas do setor, alguns deles, inclusive, integrariam posteriormente o governo Lula, iniciaram detalhadas análises para a proposição de um novo modelo baseado na retomada do planejamento público. Porém, o grupo de trabalho montado pelo Ministério se dividiu e se dispersou, pois havia entre os participantes, pessoas que pensavam em termos dos princípios liberais e que ajudaram a engendrar o modelo anterior.

Embora seja parte do projeto político do governo petista a interrupção das privatizações, o que se vê hoje não é a venda das empresas estatais, mas sim a privatização da energia e do potencial hídrico do país. Grandes empresas como a Vale do Rio Doce estão construindo hidrelétricas – garantidas por vitórias em licitações – para uso próprio⁵⁰.

De acordo com o MAB⁵¹, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) é um dos maiores responsáveis pelo financiamento das empresas. A Companhia Vale do Rio Doce já possui quatro usinas no país.

Observa-se que a maior parte das usinas hidrelétricas é voltada para a auto-produção de energia das maiores empresas do planeta: alumínio, celulose, cimento, material elétrico, empreiteiras, mineração, agropecuárias, florestais, indústrias de transformação, que necessitam de oferta de energia barata e subsidiada, já que em seus países de origem não teriam condições de produzir devido aos altos custos da energia, das matérias primas e da mão-de-obra (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 14).

Diante da atual política energética brasileira⁵², a situação é vista com preocupação pelos especialistas e pelo MAB, pois os impactos sócio-ambientais têm sido cada vez maiores.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Jornal Correio da Cidadania, edição 452.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Disponível em: [www.mabnacional.org.br]. Acesso em: abr. 2006.

⁵² Sobre a política energética brasileira, ver Bermann, C. Os atingidos por barragens e a privatização. **Informativo do MAB**, São Paulo, n. 12, p. 6-7, ago. 1995.

Mais recentemente, podemos assinalar a crise de energia e o racionamento de 2001, o denominado *apagão*, que veremos na seqüência. Como já previam alguns técnicos, o *apagão* era conseqüência da falta de investimentos no setor, na última década do século XX. Essa crise de 2001, levou a novos investimentos no setor, o que redundou na implantação de novos empreendimentos neste início de século, com tendência a um aumento ainda maior, conforme previsão de Vainer (2004).

Diferentemente dos anos de 1970, a previsão de Vainer (2004) é de que haverá uma onda de empreendimentos, que ocorrerá, e já está ocorrendo, sob a égide de empresas privadas. *“As conseqüências para o tratamento das questões ambientais e sociais parecem ser das mais perversas, colocando em risco até mesmo as poucas conquistas alcançadas a partir da segunda metade dos anos 80”* (VAINER, 2004, p. 207). O autor também prevê a multiplicação do que se considera – tendo em vista a potência instalada – pequenos e médios empreendimentos, mas cujos impactos nem sempre são igualmente pequenos e médios⁵³.

3.3.1. O apagão e os beneficiados pelo atual modelo

Se a crise energética que ameaçou o setor fosse planejada por um inimigo, o resultado não poderia ser pior. Com isso, devemos entender a lógica perversa que levou o setor elétrico brasileiro a passar pela pior crise de energia elétrica, que atingiu a população brasileira e foi batizada pela mídia de “apagão” (PINGUELLI ROSA, 2001).

De acordo com o autor, é habitual relacionar o crescimento econômico ao consumo de energia elétrica, além da urbanização e o crescimento demográfico. A taxa de crescimento anual do consumo de energia elétrica esteve perto de 10% ao ano entre 1970 e 1980. Porém, a extrapolação em longo prazo desta tendência conduziu a previsões enormes da potência instalada, de mais do que o dobro no ano 2000. De acordo com Pinguelli Rosa (2001), além da construção de grandes hidrelétricas como Itaipu, o programa

⁵³ Ver Zhouri e Rothman (2008) e CARTA DE GUARACIABA. Declaração dos representantes dos atingidos por barragens em Minas Gerais e seus assessores, reunidos em Guaraciaba, MG, nos dias 16 e 17 de novembro de 2002. 8 p.

previa a construção de reatores nucleares, o que não foi concretizado, exceto o reator Angra II.

Por outro lado, a crise econômica, na primeira parte dos anos de 1980, trouxe dificuldades para o setor elétrico. E em 1993, as empresas elétricas foram financeiramente saneadas, ficaram rentáveis e com recursos para investir, mas não autorizadas a fazê-lo pela política macroeconômica, incluindo o Plano Nacional de Desestatização (PINGUELLI ROSA, 2001, p. 9). Os investimentos estrangeiros foram canalizados para compra de ativos das empresas elétricas, em primeiro lugar as distribuidoras, e não para expandir a oferta. Pinguelli Rosa (2001) destaca que nesse período ocorreu o oposto: a redução de investimentos devido à privatização, com as estatais elétricas impedidas de investir, conduziu a uma falta de energia no Sudeste e Centro-Oeste, que são regiões que estão interconectados na distribuição de energia. No início de 2001, houve uma seca, mas não tão diferente de outras no passado.

O primeiro sinal de crise surgiu em 1999. Uma crise que estava disfarçada, mas que ficou evidente desde o apagão ocorrido nesse ano, o que não foi fruto de um fenômeno natural. Ou seja, a justificativa oficial dada na época foi a de que um raio teria caído sobre uma subestação. Porém, para Pinguelli Rosa (2001, p. 118), a causa do apagão foi à instabilidade do sistema elétrico, por falta de potência instalada, e a falta de capacidade de transmissão de energia elétrica. A falta vem da ausência do investimento não retomado pelo governo porque as empresas de energia elétrica estatais foram incluídas no plano de desestatização.

No ano de 2000, os reservatórios das hidrelétricas se esvaziaram a ponto de chegarem a um nível de apenas 20% de sua capacidade, recuperados para 30% com as chuvas do fim do ano. Os reservatórios foram construídos para acumularem água por até cinco anos, para fazerem face às variações climáticas. Entretanto, gastou-se a água acumulada porque não havia equipamentos de reserva suficientes para atender a demanda. Daí, a razão dos apagões acontecerem (PINGUELLI ROSA, 2001).

A culpa recaiu sobre a falta de chuvas, mas

o que aconteceu foi que as companhias elétricas estatais deixaram de investir, pela política econômica e pelos compromissos com o FMI e credores internacionais, que exigiram sua privatização. A expectativa de que os grupos estrangeiros, que adquiriram boa parte da distribuição de energia elétrica e uma significativa parte da geração, iriam fazer a expansão do sistema, melhorar sua qualidade e diminuir as tarifas ao consumidor revelou-se totalmente falsa (PINGUELLI ROSA, 2001, p. 123).

O Brasil consome 320 bilhões de quilowatts/hora por ano. A metade desta energia vai para as indústrias. Dentro do setor industrial, é importante destacar que grande parte do consumo é feito pelas empresas chamadas eletrointensivas, que têm como características o grande consumo de energia, o emprego de pouca gente e a poluição do ambiente⁵⁴. Além disso, grande parte da produção dessas empresas é destinada à exportação. Quando o governo fala em consumo de energia elétrica faz referência somente ao consumidor residencial, como se a população fosse responsável pela crise do setor. No entanto, a média de consumo das residências não chega ao mínimo necessário para garantir a qualidade de vida que a eletricidade pode proporcionar.

O problema é que a cobrança das tarifas é diferenciada para os diferentes setores. Os consumidores residenciais pagam em média US\$ 0,50 por KWh, enquanto o setor industrial paga entre US\$ 0,01 e US\$ 0,05 o KWh⁵⁵. Cerca de 250 milhões de dólares a cada ano são repassados, sob a forma de subsídio, às indústrias exportadoras de alumínio, o que significa que estamos subsidiando a produção e o consumo de alumínio nos países desenvolvidos. Quem mais ganha com o atual modelo energético são o governo federal, que aplica o modelo; os grupos financeiros; as empreiteiras construtoras de hidrelétricas e as empresas de equipamentos⁵⁶.

⁵⁴ MAB – Caderno n. 6 – A crise do modelo energético. Construir um outro modelo é possível.

⁵⁵ MAB – Cartilha de Estudo – Hidrelétrica do rio Madeira: energia pra quê e para quem? MAB Rondônia, agosto de 2007.

⁵⁶ Idem.

4. A EMERGÊNCIA E A CONSTITUIÇÃO DO MAB

No século XX, cerca de 45 mil barragens foram construídas em todo o mundo. Cerca de 80 milhões de pessoas já foram deslocadas, sendo que a maioria não foi reassentada. Os impactos ambientais e sociais são mais negativos do que positivos. Os impactos ambientais são muitas vezes irreversíveis. Já os impactos sociais recaem sempre sobre pessoas mais vulneráveis (WCD, 2000). No Brasil, as barragens já desalojaram mais de 200 mil famílias, o equivalente a um milhão de pessoas, inundando 3,4 milhões de hectares de terras férteis e florestas, atingindo os segmentos mais vulneráveis da população brasileira: minorias étnicas, como indígenas e quilombolas, e as populações ribeirinhas⁵⁷. O prejuízo é ambiental, histórico, cultural, econômico e social.

A organização de um movimento nacional que pudesse abraçar a luta das comunidades atingidas surgiu com a constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em 1991. A luta do MAB se desdobrou em uma luta nacional e transnacional em busca de um modelo energético sustentável.

No Brasil, a história dos movimentos de resistência contra a implantação de grandes barragens já tem quase 30 anos. Surgiram no final dos anos de 1970 e deram origem, nos anos de 1990, a uma organização nacional

⁵⁷ Dados apresentados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens “*A crise do modelo energético: construir um outro modelo é possível*”, Caderno n. 6.

com crescente ação internacional. Em função das inúmeras trajetórias e das diferentes realidades de cada região, onde foram surgindo os movimentos de resistência, Vainer (2004) fez um levantamento das múltiplas trajetórias dos inúmeros movimentos particulares e a do movimento nacional, chegando a listar mais de 60 movimentos de resistência à construção de hidrelétricas no território brasileiro, oferecendo uma visão geral das lutas e organizações do MAB, a origem e a evolução do movimento nacional (VAINER, 2004).

Existem algumas referências acerca da existência de manifestações de resistência à construção de barragens nos anos 1940 e 1950, segundo Soares, (1998), citado por Vainer (2004), mas é inquestionável que os sinais mais fortes de movimentos coletivos organizados datam do final dos anos de 1970.

Alguns fatores ajudam a entender a emergência dos movimentos de resistência por parte dos atingidos pela construção de barragens na década de 1980. Entre eles, pode-se destacar a crise do modelo econômico e político que fortaleceu as forças contrárias ao modelo político vigente, além da abertura política e do papel da Igreja Católica⁵⁸. Vainer (2004) relata a trajetória dos inúmeros movimentos que emergiram no final da década de 1970, decorrentes da construção da hidrelétrica de Itaipu; de hidrelétricas da Bacia do Uruguai e de Tucuruí, lembrando o descaso com que foram tratados os atingidos de Sobradinho e Moxotó, também na década de 1970.

Nesse momento, é importante destacar o surgimento do movimento de resistência à construção de barragens, para ressaltar que se as construtoras de barragens trabalhavam com a desinformação⁵⁹; isso não ocorria por acaso uma vez que sabemos que a informação é o principal meio de conscientização e mobilização dos atingidos. As lideranças perceberam que a mobilização em defesa de seus direitos dependia das comunidades terem uma idéia precisa das conseqüências da construção de barragens e conhecimento de seus direitos, como proprietários e cidadãos (VAINER; ARAÚJO, 1990).

⁵⁸ Sobre o papel da igreja no fortalecimento de movimentos sociais no campo, ver, por exemplo, Iokoi (1996) e Oliveira (2005).

⁵⁹ A política de comunicação dos empreendimentos hidrelétricos se desenvolve com uma intensa atividade de comunicação social, que propagandeia a obra e seus benefícios. Por outro lado, se funda sobre uma política mais sutil de lançamento de informação desencontradas e contraditórias. Assim, por exemplo, no que concerne aos preços pagos como indenizações ou datas para enchimento do reservatório, cria-se um clima de dúvidas, insegurança e angústia, que facilita a ação da empresa (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 20).

Foi com a emergência de inúmeros movimentos de resistência e a luta pelo reconhecimento do movimento dos atingidos, que alguns resultados foram conquistados. Em 1989, foi instituído o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Com a emergência do movimento, em nível nacional, emergiu também *“um novo significado para o termo ‘atingido’⁶⁰, hoje símbolo de uma vontade de luta, de apego à terra e à região – que se opõe à forma gramaticalmente passiva de expressão”* (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 23).

4.1. A emergência e a consolidação do MAB Alto Rio Doce

Na década de 1990, jornais estaduais e locais noticiavam a construção de vários empreendimentos hidrelétricos na região da microbacia do Alto Rio Doce. As notícias coincidiam com a articulação de um agente da Comissão Pastoral da Terra – MG, com um grupo multidisciplinar de professores da Universidade Federal de Viçosa, que já previa os mesmos tipos de impactos ocorridos anteriormente em outras regiões do país. O agente da CPT-MG coordenava o movimento regional, o MAB-Sudeste, e já tinha assessorado populações atingidas no Vale do Jequitinhonha. Juntamente com um diácono católico ligado à Dimensão Social da região Pastoral Mariana Leste, da Arquidiocese de Mariana, além de alunos da UFV e o presidente da ONG ASPARPI, de Ponte Nova, esse grupo iniciava em 1995, as primeiras articulações que desencadeariam na formação do MAB Alto Rio Doce (ROTHMAN, 2002; ZHOURI; ROTHMAN, 2008).

Nesse mesmo ano de 1995, segundo Rothman (2002), Zhouri e Rothman (2008), foi iniciada então, a mobilização da população atingida, para que esta tivesse acesso ao processo de Avaliação de Impactos Ambientais, tendo como estratégia a influência dessas populações no processo decisório de implementação da hidrelétrica.

Entre 1995 e 1997, um período de organização e mobilização das comunidades atingidas, o agente da CPT acompanhou projetos de barragens na Zona da Mata, época também que alguns padres de paróquias do Alto Rio

⁶⁰ O trabalho de Vainer (2008) traz uma contribuição importante para o debate sobre o conceito de atingido, com potencial para ajudar na obtenção de indenizações mais justas para os atingidos por barragens.

Doce vivenciavam o drama das famílias atingidas por projetos hidrelétricos. Entretanto, nessa época, segundo os autores, o MAB Nacional teve limitada participação no movimento regional no Alto Rio Doce, embora tenha ocorrido repasse de recursos do MAB Nacional para a regional, para financiar a participação de lideranças dos atingidos em encontros regionais e nacionais.

O período de 1998 a 2000, foi marcado pela descentralização da assessoria na região, em função da limitação da disponibilidade dos professores da equipe da UFV, embora crescesse a demanda por assistência em função de novos projetos de barragem na região. Ao mesmo tempo, crescia a participação dos novos agentes de pastoral e dos padres da Regional Pastoral Mariana Leste no atendimento às comunidades atingidas.

Em 1999, foi criado o Conselho Regional de Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce, *“democratizando o processo do planejamento e avaliação das atividades e lutas, à medida que as lideranças de todos os grupos locais de atingidos na região podiam participar das reuniões locais”* (ROTHMAN, 2002, p.10). A secretaria Regional funcionava no prédio da Igreja Católica, com uma secretária e um computador e, inicialmente, uma lista de 10 ou 15 e-mails. A lista foi aumentando e, em março de 2005, era de aproximadamente 60 e-mails⁶¹. Conforme Rothman (2005), a Secretaria tornou o ponto de referência para responder à imprensa e aumentar a divulgação. Assim, quando aconteceu o despejo das famílias em maio de 2004, o MAB Alto Rio Doce tinha capacidade para divulgação ampla do episódio.

No final de 2000 e início de 2001, os agentes de mediação iniciaram o processo de criação de uma ONG, para prestar assessoria às comunidades atingidas da região. Em novembro de 2001, foi criada a ONG Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB). A partir do ano de 2001, a influência do MAB Nacional aumentou significativamente. A relação entre o MAB Nacional e as comunidades atingidas do Alto Rio Doce aconteceu através da participação de duas lideranças, por meio de reuniões, encontros periódicos e repasse de recursos, além de visitas às associações locais e

⁶¹ “Um levantamento da lista de endereços incluídos em mensagens de e-mails enviados pelo MAB-ARD em fevereiro de 2005 revelou as seguintes entidades ou indivíduos receptores e número de cada categoria recebendo os e-mails: Meios de comunicação em massa: seis emissoras de TV (total de oito e-mails); 10 jornais (12 e-mails); duas revistas; uma rádio. Políticos: 10 e-mails. Igreja: seis e-mails” (ROTHMAN, 2005, p. 19).

comunidades rurais da região. Nesse mesmo ano, as lideranças locais e agentes da CPT do Alto Rio Doce participaram de cursos de formação para lideranças de várias partes do país (ROTHMAN, 2002).

Além das mudanças na organização⁶² e na formação, houve mudanças nas táticas e nas estratégias, de acordo com Rothman (2002), Zhouri e Rothman (2008). Na avaliação da igreja e dos agentes mediadores da CPT, a melhor estratégia nas negociações e para aumentar o poder de barganha seria a mobilização dos atingidos em ações coletivas diretas de luta para pressionar o empreendedor e o órgão de regulação (FEAM) para atender a suas reivindicações (ROTHMAN, 2002).

Portanto, no final de outubro de 2001, foi planejada e realizada a ocupação do canteiro de obras da UHE Fumaça, com 250 a 300 atingidos. Essa já era uma tática do movimento no Brasil, conforme Rothman (2002), Zhouri e Rothman (2008), mas no Alto Rio Doce, foi usada pela primeira vez. O resultado foi uma reunião entre os atingidos e o diretor da empresa empreendedora, que prometeu retomar as negociações, principalmente no que dizia respeito ao número de meeiros não-proprietários. Conforme Zhouri e Rothman (2008), houve distinção entre o papel do movimento e os limites do papel da assessoria dada pela universidade. Segundo os autores,

de um lado havia uma ação voltada para organização das bases e o enfrentamento e, de outro, ações voltadas para o debate em torno de questões técnicas, ações percebidas como limitadas diante da luta política que, ao final, caracteriza o campo ambiental representado pelo licenciamento (ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p. 144).

Em março de 2002, nas comemorações do Dia Internacional dos Atingidos por Barragens, foi realizada a ocupação do escritório da FEAM, em Belo Horizonte, sendo a grande maioria pessoas do Alto Rio Doce. Após negociação, *“a FEAM concorda em investigar as reclamações dos atingidos, e o gabinete do governador Itamar Franco concorda em marcar reunião com representantes dos atingidos”* (ROTHMAN, 2002, p. 13).

Para o autor, essas táticas têm sido parte das estratégias do Movimento dos Sem Terra (MST), e embora objeto de polêmica nos meios de

⁶² A “organização do povo” por meio da igreja foi fundamental para o fortalecimento do movimento, conforme o assessor do MAB Alto Rio Doce, Padre Antônio Claret (ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p.142). “O movimento veio nascendo assim aos poucos. Uma coisa que ajudou muito foi a Romaria das Águas ficar perto. A quarta romaria aconteceu em 22 de agosto de 1999. Foi em Ponte Nova (...) e com isso o

comunicação e no governo, têm conseguido chamar atenção da sociedade para a problemática do MST e colocar a luta pela terra na pauta política do governo (ROTHMAN, 1995, 2002). No caso das duas ocupações (canteiro de obras e escritório da FEAM), as lideranças avaliaram que *“a experiência contribuiu para fortalecer o compromisso com a luta, a solidariedade, o poder de barganha e a construção de uma identidade coletiva de atingidos”* (ROTHMAN, 2002, p.13). Segundo Tarrow (1998), essas táticas são as armas mais potentes dos movimentos sociais, mas há um paradoxo: se por um lado, provocam incertezas e fortalecem o poder de barganha de atores coletivos fracos contra adversários fortes, por outro lado, são difíceis de serem sustentadas.

A outra estratégia de mobilização do movimento é a estratégia de constituição de grupos de base. *“(...) são grupos pequenininhos, cada um com dois coordenadores (...) E aí, quando você tem uma notícia pra passar por exemplo (...) aí passa pros coordenadores. E rapidinho ali, todos os grupos tão sabendo”* (Claret, entrevista em ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p. 144). Segundo os autores, outra prática importante no trabalho de organização das bases é a chamada “mística”, um ritual de celebração que guarda relações com conteúdos bíblicos. *“(...) a partir do texto bíblico é que muitas vezes vai trabalhando as outras questões (...). E aí, faz muita caminhada, muita celebração”* (Claret, entrevista em ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p. 145).

Assim, a relação com o empreendedor se estabelece com diálogo ou enfrentamento. Sobre estes aspectos, o assessor do MAB Alto Rio Doce, Antônio Claret, avalia que é *“uma briga de elefante contra gafanhoto. Então, no nosso entendimento, quando a pessoa se organiza, então ela cresce, cresce o poder de barganha. Ou até de resistência, pra barragem não sair”* (Claret, entrevista em ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p. 146). Conforme Zhouri e Rothman (2008), a relação das assessorias regionais de Minas com o MAB Nacional, a partir de 2001, levou à adoção dos modelos indicados pelo MAB Nacional de organização de base e a ênfase no enfrentamento dos adversários, principalmente por meio de ocupações.

peçoal ficou num entusiasmo que precisa ver. Com isso nasceu a Secretaria dos Atingidos” (Padre Claret, entrevista em ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p. 142).

A ação policial de 03 de maio de 2004, quase 10 anos após as primeiras mobilizações, desencadeou o processo de construção de uma ação de âmbito local, nacional e internacional em defesa dos atingidos de Candonga, analisado por Rothman (2005) como resultado de fatores internos e externos.

Conforme Rothman (2005), a crescente indignação com relação às perdas do espaço físico e social favoreceu o estímulo à resistência e mobilizações dos atingidos de Candonga. De acordo com Rothman (2005), a campanha transnacional emergiu quando os atingidos perceberam as perdas resultantes da construção da hidrelétrica e buscaram o apoio do MAB, cuja capacidade crescente para a difusão dos conflitos, disposição para confrontação e análise das relações de poder coincidiram com o interesse da Justiça Global em denunciar as violações dos direitos à moradia.

Segundo Rothman (2005), duas entidades-chave nessa rede tiveram um efeito multiplicador: a CPT regional e nacional e o MAB Nacional. Em 2001, ocorreu o primeiro congresso nacional da CPT. No mesmo ano, o MAB Nacional começou a aumentar seu apoio ao MAB-ARD, de assessoria e táticas de ação direta e, gradativamente, na divulgação maior das lutas da região em mensagens eletrônicas e publicações na Internet.

Além dessa ampliação 'externa' da rede, os assessores da CPT e do MAB enfatizaram que a mobilização nas lutas locais tornava mais visível os conflitos que estavam 'estourando', e a Secretaria era o ponto de referência para responder, aumentando assim a divulgação. Portanto, quando ocorreu o despejo trágico, em maio de 2004, o MAB tinha a capacidade para divulgação ampla do evento (ROTHMAN, 2005, p. 18-19).

Assim, Rothman (2005) conclui que a questão das casas foi fator que estimulou a mobilização e resistência organizada, aliado a capacidade do MAB-ARD para divulgar a luta e o apoio externo da Justiça Global.

4.2. O caso Candonga

Será descrito agora o caso analisado nesta pesquisa, que é o da Hidrelétrica Candonga, no Alto Rio Doce, Sudeste de Minas Gerais, conforme mostra o mapa (Figura 3 do Apêndice C). A escolha do objeto se deu em função de o “Caso Candonga”, como ficou conhecido, ser emblemático e de repercussão internacional. A Hidrelétrica Candonga tornou-se uma das barragens de maiores impactos negativos dos últimos anos, conforme veremos.

Segundo Barros e Sylvestre (2004), o projeto da Hidrelétrica Candonga foi iniciado pela Companhia Energética Elétrica Promoção e Participações Ltda. (EPP), sócia do Consórcio Candonga, que vendeu suas cotas para a canadense Alcan, em 2001. A EPP participou dos diversos estágios do licenciamento junto ao Ministério de Minas e Energia e junto à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais. Foi a EPP que contratou a empresa de engenharia Themag para que esta produzisse o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

Em abril de 1999, a EPP assinou um documento intitulado “*UHE Candonga – consolidação de compromissos*” – com o prefeito de Santa Cruz do Escalvado, cujos compromissos “*nunca foram cumpridos*” (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 29). O documento incluía medidas de respeito aos direitos econômicos, culturais e sociais da comunidade afetada e o estímulo ao desenvolvimento do trabalho.

Em 2000, o Consórcio Candonga realizou a primeira audiência pública com a utilização de recursos audiovisuais, o que é praxe nas audiências públicas dos empreendimentos hidrelétricos. “Os moradores, inibidos, não sabiam como falar, o que dizer ou perguntar”⁶³. “O silêncio foi convenientemente usado pelo consórcio como uma postura de aprovação e acolhimento da construção da barragem” (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 30).

⁶³ Entrevista da moradora Maria das Graças Reis citada em Barros e Sylvestre (2004).

Em outubro de 2001, a empresa Alcan comprou a parte da EPP no consórcio (50%) e em 2003 transferiu essa cota parte para a Alcan Brasil. Barros e Sylvestre (2004) mensuram os mega-interesses financeiros envolvidos no projeto, relatando que a Alcan é a maior produtora de alumínio do mundo⁶⁴. Já a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é uma das líderes mundiais na produção de minério de ferro, além de possuir as maiores reservas de níquel do planeta. A Vale do Rio Doce é produtora global de concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumínio, potássio e manganês. É também uma das maiores investidoras na geração de energia elétrica do país. Aliada às suas controladas, coligadas e *joint ventures*, tornam o maior complexo consumidor de energia do Brasil⁶⁵.

A construtora OAS Ltda., empreiteira encarregada da construção da barragem, é uma das mais importantes empresas brasileiras no setor da construção civil. Possui projetos em todo o país, atuando nos setores públicos, privados e de concessões. O investimento total de ambos os sócios do Consórcio Candonga foi de 110 milhões de dólares.

Para ter-se um entendimento mais abrangente do que significou a construção da Hidrelétrica Candonga para os moradores dessa região, é importante fazer um breve relato da vida dos antigos moradores. O rio Doce atraiu em seu entorno diversas comunidades rurais, que desenvolveram a partir das margens do rio diversos povoados. Alguns deles transformaram-se em municípios, como Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, os quais juntamente com os distritos Zito Soares, Santana do Deserto e São Sebastião do Soberbo, alcançaram um contingente populacional de 5.380 pessoas no ano 2000. As principais atividades econômicas da região estão relacionadas com a prática da agricultura, mineração e criação de pequenos animais⁶⁶.

Dentre os distritos de Santa Cruz do Escalvado, foi o povoado urbano e rural de São Sebastião do Soberbo o mais diretamente afetado pela barragem

⁶⁴ A Alcan mudou o nome para Novelis em 2005. É uma empresa multinacional, líder global em laminados de alumínio por receitas, volume de produção e participação no mercado. Sediada em Atlanta, Estados Unidos, a empresa mantém por meio de suas subsidiárias e associadas localizadas na Ásia, Europa, América do Norte e América do Sul, atividades de mineração de bauxita, refinação de alumina, geração de energia, produção de alumínio primário, laminação de alumínio e reciclagem, além de atividades de pesquisa e tecnologia. Em 2007, a Novelis tornou-se parte da Hindalco Industries Limited, o maior produtor integrado de alumínio e líder na produção de cobre na Ásia. Possui 34 instalações operacionais em 11 países (www.novelis.com.br). Acesso em 26 de novembro de 2007.

⁶⁵ Disponível em: <www.vale.com.br>. Acesso em 26 de novembro de 2007.

⁶⁶ Pereira et al. "Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE".

Candongá, de onde foram expropriados os moradores, os garimpeiros, os meeiros e os pescadores. Podia-se encontrar na velha Soberbo características típicas de um povoado do interior mineiro⁶⁷. Santana do Deserto está localizada abaixo da construção da barragem e teve parte do distrito atingida pelo lago. Com 3.000 habitantes, apesar de viverem a poucos metros da barragem, terem sofrido muitos prejuízos em suas propriedades e ainda estarem ameaçados de maiores violações no seu direito à moradia, as famílias de Santana não foram reconhecidas como atingidas pelo Consórcio e pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

Conforme Barros e Sylvestre (2004), teve início o processo de negociação entre o Consórcio Candonga e os moradores da Velha Soberbo para aquisição de faixas de terra, no percurso das etapas de licenciamento, quando o processo de tomada de decisões já estava avançado. Foi um processo bastante traumático, tenso e marcado por injustiças que repercutem até o momento.

Após visitas a outras comunidades atingidas por barragens e com uma melhor compreensão sobre os impactos do projeto sobre suas vidas, os moradores começaram a se mobilizar. À medida que o tempo avançava, o contexto das negociações ficava cada vez mais tenso. Ameaças, mentiras e desinformação fizeram parte da vida diária dos residentes. Lideranças foram perseguidas e intimidadas.

Em 2003, dentre os episódios que marcaram as violações de direitos humanos sobre os atingidos está o desaparecimento do morador João Caetano dos Santos, que não quis vender seu terreno para o consórcio. Como passou a morar dentro do canteiro de obras da hidrelétrica, teve que usar crachá de identificação para entrar e sair. Ele desapareceu no dia 9 de fevereiro de 2003; o caso não foi solucionado pelas autoridades responsáveis.

O relatório técnico elaborado pela FEAM antes da concessão da Licença de Operação (LO), em março de 2004, concluiu que a forma como as negociações foram conduzidas, desde o início, pelo consórcio seria um impedimento para a concessão da licença. O parecer da FEAM diz:

⁶⁷ Pereira et al. "Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE".

Importa destacar inclusive em reforço ao exposto, que a não rara manifestação queixosa vinda de diferentes membros da comunidade atingida até a FEAM, deixava evidente a reminiscência de um passivo social daquela primeira fase executiva do programa consubstanciada por acordos individuais fechados precipitadamente, sem guardar a maturação e avaliação devidas, decorrentes, entre outros, de utilização de métodos de persuasão pouco ortodoxos por parte de prepostos do empreendedor na desapropriação de terras de predomínio de um baixo nível de informação sobre direitos e benefícios sociais assegurados legalmente no licenciamento ambiental de hidrelétricas em geral e de conhecimento superficial insuficiente dos projetos de mitigação de impacto social e econômico do PCA⁶⁸.

Os órgãos públicos, FEAM e COPAM, foram omissos e os efeitos dessa etapa foram traduzidos em *“não reconhecimento dos meeiros e garimpeiros do rio Doce, deficiências no projeto de reassentamento e despejo violento das famílias e não reconhecimento de Santana do Deserto como área atingida”* (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 38).

A implantação de Nova Soberbo foi resultado de um deslocamento conflituoso e compulsório, conforme as autoras. O projeto apresentado à FEAM seria um novo distrito com área comercial e industrial, mas a FEAM enfatizou que a nova cidade deveria refletir as características sociais e culturais da anterior, preservar a estética da velha cidade e reproduzir as relações sociais e funcionais construídas. De acordo com BARROS e SYLVESTRE (2004), as dúvidas da FEAM eram pertinentes, pois o resultado final foi

um completo desastre econômico, social, cultural e ambiental, não somente para as famílias, mas também para Santa Cruz do Escalvado e para o estado de Minas Gerais. O relatório técnico preparado pela FEAM é esclarecedor nesse aspecto. Ele aponta para várias irregularidades, violações de direitos e situações de desrespeito perpetradas pelo Consórcio durante a construção do reassentamento (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 41).

O consórcio tinha prometido, no relatório técnico, promover um diálogo transparente e aberto com as comunidades, mas a FEAM descobriu que o trabalho estava excluindo as famílias. Depois de um erro de engenharia nas obras de construção de Nova Soberbo, que resultou na destruição de 32 casas que se encontravam *“em condições de absoluta inconformidade com a maioria*

⁶⁸ Relatório técnico da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM/DIENE) 008/2004, processo n. 130/1998/005/2003.

*das normas básicas*⁶⁹, a FEAM insistiu mais enfaticamente na monitoria do canteiro de obras pela comunidade.

A beleza aparente de Nova Soberbo escondia muitos problemas para os moradores de nova cidade. As casas foram construídas de forma muito semelhante uma das outras e de estilo incomum para os moradores: muros altos, frentes cobertas com gramas e cercadas com grades. As ruas são pavimentadas e há garagens ao lado das casas, embora muitos moradores estacionem os veículos do lado de fora das casas. A área que serve de quintal é em declive e o terreno é infértil. Como o espaço é limitado, alguns moradores são obrigados a criar os animais dentro de casa. De acordo com Barros e Sylvestre (2004), muitos moradores estavam depressivos e não se adaptaram ao novo ambiente, além de fazerem muitas reclamações, como defeitos na construção e falta de espaço dentro de casa e do lado de fora, impossibilitando o cultivo de hortas e outras plantações.

Dentre os problemas enfrentados pelos moradores, citados em Barros e Sylvestre (2004), estavam os problemas que passaram a ter com a água, inadequada para o consumo humano, e o aumento do valor das contas de energia elétrica, de três a quatro vezes maior que o das antigas. Os relatos dos moradores revelaram que a “casa ideal” para eles correspondia em todos os aspectos, a “uma construção mais simples como as casas que tinham antes”. Tudo o que queriam era “a mesma condição de vida” que tinham antes da chegada do consórcio (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 44).

No dia 4 de maio de 2004, com a destruição da velha Soberbo, a partir da traumática retirada das últimas famílias, a ausência de projetos voltados para a reativação econômica das famílias ficou evidente. A preocupação passou a ocorrer com questões básicas, como a alimentação e dinheiro para pagar as contas.

Um novo parecer técnico foi realizado pela FEAM. Analisou-se o pedido de licença de operação e apontou-se o completo desrespeito do Consórcio com a questão da reativação econômica das comunidades. Depois de realizar cinco vistorias à área do empreendimento, a FEAM observou que as medidas propostas para reativação econômica ainda permaneciam no plano

⁶⁹ Idem, p. 79.

teórico, sem nenhuma perspectiva de concretização⁷⁰. Mesmo após apresentar o projeto de reativação econômica, a FEAM concluiu que a reativação econômica das comunidades foi um completo fracasso⁷¹.

A FEAM ainda resistiu em apresentar seu parecer sobre o pedido da Licença de Operação, sugerindo que algumas condicionantes fossem cumpridas antes do enchimento do reservatório. A concessão da Licença de Operação também foi marcada por irregularidades. Segundo Barros e Sylvestre (2004), após muitas visitas de campo, a FEAM apresentou seu relatório em março de 2004. Para a FEAM, existiam três problemas técnicos com o projeto Candonga, resumidos da seguinte maneira:

1) sérias omissões e problema com o uso de ameaças e violência, ou seja, os chamados métodos “pouco ortodoxos”, durante as negociações com as famílias, especialmente antes da assessoria prestada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens; 2) existência de uma grande discordância entre o número de garimpeiros e meeiros reconhecidos e os números apresentados pela comunidade, e 3) sérias falhas na execução de medidas para desenvolvimento e reativação econômica das famílias, compulsoriamente deslocadas das áreas urbanas e rural de Soberbo⁷².

Sem contar os impactos ambientais apontados no relatório, que agravaram a situação do direito à moradia adequada e o direito ao meio ambiente sadio para a população local.

Apesar de todos os problemas que foram exaustivamente apontados no relatório, o parecer final da FEAM surpreendentemente não conclui nem pela concessão nem pela recusa da licença de operação. De fato, pela primeira vez na história, a FEAM se refutou a uma tomada de posição e repassou para a Copam decidir sobre a outorga da licença (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 55).

Apesar das irregularidades, o COPAM decidiu emitir a licença de operação no dia 30 de março de 2004, diante de algumas condicionantes. Dois dias após a emissão da Licença de Operação pelo COPAM, o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) ingressou com uma ação judicial contra o Estado de Minas Gerais, a Alcan, a Companhia Vale do Rio Doce e o Consórcio Candonga, suscitando “a ilegalidade do processo de licenciamento e a não recomposição dos direitos da população atingida pela barragem”, requerendo também concessão de “medida liminar para sustar

⁷⁰ Relatório técnico Feam/Diene 008/2004, processo n. 130/1998/005/2003, p. 69.

⁷¹ Idem, p. 75.

⁷² Relatório técnico da Feam/Diene 008/2004, processo n. 130/1998/005/2003, p. 6.

imediatamente os efeitos da licença de operação” emitida no dia 30 de março (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 60).

No dia 15 de abril, a juíza da comarca de Ponte Nova concedeu liminar contra o início da operação da barragem e do enchimento do reservatório. O Consórcio recorreu da decisão judicial. Posteriormente, solicitou à juíza de Ponte Nova a revogação da liminar, oferecendo como caução 10% do investimento total do Consórcio (cerca de R\$ 14 milhões), o que segundo o Consórcio garantiria a cobertura de todas as pendências com as comunidades. Os prefeitos de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado apresentaram no processo judicial um pedido de revogação da liminar, reiterando que o interesse público estava sendo prejudicado com perda de receita para os municípios. A juíza de Ponte Nova manteve a liminar, mas em atendimento ao pedido apresentado pelos prefeitos, no dia 22 de junho de 2004, foi divulgada a revogação da liminar pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. O argumento, segundo Barros e Sylvestre (2004), era de que o interesse público estaria sendo prejudicado com a perda de repasse aos cofres públicos. Com a decisão, o Consórcio começou a encher o lago no dia seguinte.

Dias depois, representantes da FEAM estiveram nas comunidades afetadas para certificarem se o enchimento do reservatório estava ocorrendo *“em condições seguras e em conformidade com as normas e regulamentos. Porém, no relatório final, foram observados inúmeros problemas”* (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 64). A Hidrelétrica Candonga foi inaugurada em agosto de 2005, com o nome de Hidrelétrica Risoleta Neves, em homenagem a avó do governador Aécio Neves.

5. A ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NOS JORNAIS ESTADO DE MINAS, FOLHA DE PONTE NOVA E HOJE EM DIA

Após este relato sobre o Caso Candonga, iniciaremos agora com as notícias e reportagens que compõem a nossa análise. Serão analisadas as 20 notícias (APÊNDICE D) extraídas dos jornais Estado de Minas, Folha de Ponte Nova e Hoje em Dia. O discurso jornalístico do Movimento dos Atingidos por Barragens será analisado fundamentado no conceito de *frame*, de GITLIN (2003). Para esta pesquisa, iremos nomeá-los a partir da constatação de três *frames* (categorias) distintos durante o período de 10 anos analisado (Quadro 1B - APÊNDICE B). Os *frames* foram nomeados da seguinte maneira: 1º) o *frame* de exclusão, que oculta o MAB; 2º) o *frame* de inclusão com criminalização, quando o movimento é incluído nas notícias, porém criminalizado, e 3º) o *frame* de visibilidade, que torna o MAB visível na imprensa, através de algum ato do movimento, como manifestações, ocupação de barragens e interdição de estradas, embora a imprensa descreva essas ações como negativas em alguns textos.

Esses textos estão localizados basicamente em três editorias: Cidades, em maior número (9 notícias), situadas no Caderno Gerais, do Jornal Estado de Minas, e no Caderno Minas, do Hoje em Dia; Política (1 notícia); Economia (2 notícias), e Caderno Especial (2 notícias). Nas outras notícias selecionadas, não constava a editoria.

As editorias são seções dos jornais, implantadas, na imprensa brasileira, a partir da década de 1970. O modelo dessa reforma foi inspirado nas redações de grandes jornais norte-americanos, onde a figura do editor é bem anterior (MEDINA, 1988, p. 79). Mas o que interessa para esta pesquisa é o fato de que cada editoria produz uma quantidade considerável de pautas possíveis que terão de ser examinadas, ampliadas, resumidas ou descartadas e receberão um lugar certo na página do jornal. As editorias tinham uma divisão clássica: internacional, nacional, política, interior, economia, esportes, local e geral. Atualmente, as editorias mudaram para uma especialização crescente dos assuntos: comportamento, cultura, arte, justiça e segurança, veículos etc. (MEDINA, 1988).

É importante destacar que cada editoria tem sua linguagem e especificidade. A de Política tem como característica descrever ações de atores, principalmente do Executivo e do Legislativo, alinhadas com fatos sócio-históricos. A Editoria de Economia é sustentada por uma argumentação e exposição dos fatos ancorados em dados, estatísticas e gráficos. Números, que, muitas vezes, falam mais que os textos. A Editoria de Cidades busca humanizar o texto, utilizando personagens e procurando sensibilizar o leitor, fazendo-o se ver de histórias de vidas e emoções. Conforme Medina (1988), a mensagem jornalística desenvolveu uma componente verbal específica, que serve para chamar a atenção e conquistar o leitor. O título “*é o primeiro apelo verbal, que articulado com o apelo visual da foto, anuncia o fato e resume a notícia*” (MEDINA, 1988, p. 119). Os títulos também serão analisados, juntamente com a legenda das fotos, também considerada um recurso textual.

A análise será feita em três blocos distintos, levando em conta cada *frame* (de exclusão, de inclusão com criminalização e de inclusão com visibilidade). Antes da análise dos textos, serão destacados os atores sociais encontrados no conjunto de textos classificados em cada *frame*, as categorias propostas por Van Leeuwen (1997), o número dos textos identificados em cada *frame* (de 1 a 20, conforme o APÊNDICE D), e em seguida, a análise.

5.1. Representação do Movimento dos Atingidos por Barragens pelo *frame* de exclusão

Atores sociais

Comunidades; movimento; inúmeras comunidades; população; um grupo; comunidades ribeirinhas; milhares de pessoas; pessoas; outros grupos; atingidos; dos atingidos por barragem; os moradores; 79 famílias; eles; setores da comunidade; 785 pessoas; Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga (ASPARPI); as comunidades atingidas; os moradores de São Sebastião do Soberbo; 167 pessoas; Sônia Maria de Oliveira Loschi, da Comissão Pastoral da Terra (CPT); mais de 100 famílias; os moradores; um morador... e outro; Marta Caetano, presidente da Associação dos Moradores de Miguel Rodrigues; vinte famílias; últimas famílias; mais de 100 famílias; os moradores; os garimpeiros e meeiros; Maria Francisca de Oliveira, assessora do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); alguns moradores; o MAB; muitos moradores; as famílias; Movimento dos Atingidos pela Barragem.

Categorias

Impersonalização, especificação, assimilação, coletivização, indeterminação, agregação, nomeação, funcionalização, inclusão, personalização, determinação, formalização, exclusão, supressão, encobrimento, nominalização, categorização, identificação relacional.

Textos

1, 2, 3, 6, 7, 14, 15, 17, 19, 20.

Análise

Em 1998, quando já havia iniciado os levantamentos para o projeto da Hidrelétrica Candonga, a reportagem do Jornal Hoje em Dia relaciona várias hidrelétricas em construção e projetos de construção de novas barragens no Alto Rio Doce. Embora não seja explicitado, os atingidos são representados, de maneira indeterminada, coletivizada e agregada, como: “inúmeras comunidades, população, um grupo, comunidades ribeirinhas e milhares de pessoas”. O secretário de Redação do Hoje em Dia, Eduardo Murta, em entrevista para esta pesquisa (Apêndice A), afirma que “o segmento dos

atingidos tem um traço de pouca capilaridade na sociedade” e trata os atingidos como “essa gente”. Identifica-se a manifestação da ideologia descrita por Thompson (2002), usada para estabelecer e sustentar relações de dominação, cuja estratégia de construção simbólica é “o *expurgo do outro, ou seja, envolve a construção de um inimigo contra o qual os indivíduos são chamados a expurgá-los*” (THOMPSON, 2002, p.87). Tratar os atingidos como “essa gente” é um exemplo de diferenciação e divisão entre pessoas, ou seja, eles não pertencem a nós.

Conforme Van Leeuwen (1997), os atingidos são representados através da categoria da agregação, ou seja, são constituídos de forma numérica, uma coletividade, apenas dados estatísticos, pois representam uma ameaça ao modelo de geração de energia elétrica do país. Nem o MAB Alto Rio Doce e nem a Hidrelétrica Candonga foram citados. O processo de “*mediação*” dos atingidos por barragens na região já vinha ocorrendo desde 1995, através de agentes da Pastoral da Terra, padres de paróquias regionais, e professores e pesquisadores universitários. A criação do Conselho Regional de Atingidos por Barragens no Alto Rio Doce (ROTHMAN, 2002) ocorreu no ano seguinte ao da publicação do texto, ou seja, em 1998 já havia organização dos atingidos na região.

Pode-se dizer que os atingidos estão discursivamente excluídos do processo de construção de barragens. Os relatórios sobre impactos ambientais não prevêm a existência de movimentos de resistência, considerando os atingidos como incapazes de se constituírem e lutarem por direitos e interesses (VAINER, 2004), o que significa uma recusa à existência do atingido por parte do empreendimento. A exclusão dos atingidos constitui a exclusão de agentes com concepções contrárias a dos agentes do campo ambiental (CARNEIRO, 2005). O que ocorreu no texto foi a nomeação de atores, que não são os atingidos, mas representantes da FEAM e da Associação de Pescadores. Para o assessor do MAB Alto Rio Doce, as empresas donas de barragens procuram sempre “esconder” a barragem durante a fase de construção, e o jornal também escondeu a Hidrelétrica Candonga do texto.

O texto data de 1998, período em que a privatização do setor elétrico incentivou propostas de consórcios de empresas privadas, elevando o número de projetos de barragens, principalmente no Alto Rio Doce. Esses consórcios

são compostos geralmente por grandes empresas privadas, como a Companhia Vale do Rio Doce, que é um dos anunciantes dos dois maiores jornais mineiros: o Estado de Minas e o Hoje em Dia⁷³. No ano da publicação do texto, já havia mobilização dos atingidos em diversos empreendimentos hidrelétricos do Alto Rio Doce.

Da mesma forma, o texto 2, uma reportagem do Jornal Folha de Ponte Nova, data também de 1998, período em que o presidente Fernando Henrique Cardoso já tinha sido reeleito para assumir o segundo mandato no ano seguinte, mantendo o modelo energético em vigor. No texto, ocorre a inclusão da Hidrelétrica Candonga, mas ainda representada como projeto⁷⁴. O próprio artigo utilizado (a, o, o) já define “a barragem”, “o projeto inicial da barragem”, “o projeto” como um objeto. Ou seja, inclui o projeto, mas exclui os impactos socioambientais que o empreendimento trará, e com isso, exclui o Movimento dos Atingidos por Barragens.

O discurso direciona-se para a construção de um discurso técnico. Não é feita nenhuma abordagem sobre a questão humana, uma das características da editoria de Cidades nos jornais. Mesmo fazendo uma abordagem sobre o “assentamento da comunidade”, os atingidos são representados de forma encoberta. A exclusão por encobrimento ocorre justamente quando os atores sociais não são citados, mas sabemos a quem se referem. Embora os municípios sejam citados, os atingidos não são referidos como contraponto ao empreendimento. A Hidrelétrica Candonga foi incluída no texto, mas o MAB Alto Rio Doce não foi citado. Entre os anos de 1998 e 2000, segundo Rothman (2002), houve “*crescente participação*” dos novos agentes de pastoral e dos padres da Regional Pastoral Mariana Leste, culminando na criação do Conselho Regional de Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce em 1999 (ROTHMAN, 2002, p. 9-10; ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p. 138), ou seja, é importante destacar que já havia atuação de apoiadores ao movimento dos atingidos na região.

O jornal Folha de Ponte Nova é um veículo do município de Ponte Nova, cidade localizada a 24 quilômetros da Hidrelétrica Candonga. Mesmo

⁷³ O fato é que a grande mídia é uma empresa, que pretende lucro e audiência, e tem função mercadológica. Os anunciantes acabam exercendo influência na cobertura jornalística.

⁷⁴ Projeto: plano; intento; empreendimento; redação provisória de lei; esboço; plano geral de edificação (Silveira Bueno. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000).

com a proximidade com os atingidos, o jornal não abordou a construção da barragem como um problema sócio-cultural para os atingidos, embora o editor afirme que o “MAB tem espaço cativo” no jornal.

No texto 3, já no título da notícia, a cidade de Santa Cruz é categorizada por assimilação e agregação, porém, com apreciação negativa: a pequena Santa Cruz, ou seja, insignificante e irrelevante, uma vez que o texto retrata Candonga como uma obra importante para a região, pois gerará energia. Podemos verificar que, quando a notícia refere-se aos atingidos, a obra é representada como algo positivo. Quando a notícia é sobre a obra, neste caso, há a utilização de verbos modais – “impactos ambientais que poderão ser causados”-, minimizando o acontecimento: os impactos. Ainda, neste caso, os impactos são os ambientais e não sociais, embora o texto faça uma abordagem sobre as comunidades atingidas pela barragem. Inicialmente, a notícia demonstra certo receio em noticiar sobre os impactos sociais.

Os atingidos, então, são representados pela primeira vez, no corpus selecionado, em abril de 1999, nesta notícia do Jornal Hoje em Dia. São categorizados como agregação em “79 famílias que aceitaram ser transferidas”. “As comunidades” são vistas como um coletivo por agregação. Além de não especificar quem são “eles”, “eles pedem a implantação de uma unidade de preservação ambiental em Rio Doce”. A ação (deles) é um ato de pedir e não de reivindicar. Como pedido, percebe-se que os atingidos são tratados pela empresa de forma resignada. O texto ainda mostra que houve apoio de “uma comunidade participante”, o que leva a crer que há participação deles, mesmo que submetidos ao projeto (a usina, a obra). O enfoque está na obra, embora o texto seja do Caderno Minas, que tem como característica humanizar o texto, utilizando personagens (os atingidos) para sensibilizar o leitor (MEDINA, 1988). Entretanto, o que se observa é o destaque para a obra.

A única ocorrência de ator social, por nomeação, foi a do biólogo Júlio César de Oliveira. Por que o jornal Hoje em Dia atribuiu voz a essa pessoa? O fato de ele ser um biólogo mais uma vez remete à preocupação do jornal com o aspecto ambiental, e não com o social. Entende-se, pela notícia, que, conforme as categorias de Van Leeuwen (1997), os atingidos são identificados como pessoas que se submetem aos interesses externos sem maiores questionamentos, que aceitam todas as imposições, sem contestar. Aparecem

como aqueles que apenas solicitam. Os textos os retratam numa postura subserviente. O MAB Alto Rio Doce aqui ainda não é incluído.

A Hidrelétrica Candonga é vista como uma obra a ser executada, e que, portanto, os atingidos devem aceitá-la. A situação destes não foi problematizada, mas imposta sem mais questionamentos. Ao representá-los dessa forma, o jornal leva os leitores a acreditarem, inclusive, que os atingidos já a aceitaram. A objetividade, característica do texto noticioso, aquele que dá enfoque ao factual, é própria do campo jornalístico. Este texto é da Editoria de Cidades, que é o Caderno Minas do Jornal Hoje em Dia. A característica desta editoria é humanizar o texto, o que não ocorreu. Esta é uma atitude dos agentes do campo do jornalismo, que procuram construir um elo de raciocínio para persuadir o leitor de que algo é digno de apoio. O texto justifica a obra e procura representar a construção da hidrelétrica como legítima e que merece apoio.

A obra da Hidrelétrica Candonga é representada de forma “irrelevante” no texto 6, de outubro de 1999. O próprio texto diz que “mais informações sobre o assunto estão na Internet: www.aneel.com.br”. Ou seja, a comunidade atingida teria que ter acesso à internet para obter mais informações, o que dá uma idéia de pseudo-democratização, pois promove o acesso às informações, mas de forma controlada. Além de os atingidos não terem informações e dificuldade de acesso aos documentos relativos à construção da barragem (ZHOURI et al., 2005), além de serem invisíveis nos relatórios de estudos de impactos ambientais dos empreendimentos hidrelétricos (VAINER, 2004), de serem tratados com desprezo e excluídos do processo histórico brasileiro (MARTINS, 1986), são também impedidos de se informarem sobre o projeto hidrelétrico, sendo assim marginalizados e impedidos de mensurar os impactos acerca do projeto (ZHOURI et al., 2005).

O MAB não é representado no texto. A hidrelétrica, por sua vez, é representada de forma irrelevante. O único entrevistado é o biólogo Júlio César de Oliveira⁷⁵, ou seja, mais uma vez o jornal atribui voz a um representante técnico ambiental. Identificamos a manifestação do poder simbólico

⁷⁵ Desde meados da década de 1990, o biólogo Júlio César de Oliveira, em determinados momentos e contextos, representou prefeituras da região e a Associação Regional dos Municípios da região, e ofereceu seus serviços a essas instituições como consultor autônomo.

(BOURDIEU, 2001), que quer construir a imagem de que o problema acerca da construção de hidrelétricas é somente técnico. Tem-se assim uma questão: o jornal fala para quem? Percebe-se então, que a voz textual constrói as informações sobre a barragem de maneira informativa, técnica, descritiva e quantitativa. Ou seja, o empreendimento já é incontestável, com o agravante da linguagem dos documentos contidos no *site* e também nos relatórios (ZHOURI et al, 2005) serem técnicas, o que dificulta o entendimento das comunidades atingidas, mesmo que elas tivessem acesso às informações.

Conforme Van Leeuwen (1997), as representações incluem ou excluem os atores sociais para servir aos interesses e propósitos de quem produz os textos. Identificamos assim o *habitus* (BOURDIEU, 1996) que é o produtor das práticas coletivas do jornalismo. Isso significa que a representação dos atores sociais não é totalmente determinada, mas também não é livre, variando de acordo com o contexto. O que percebemos, no texto 7, de junho de 2001, publicado num Suplemento Especial do jornal Folha de Ponte Nova, é que a obra da Hidrelétrica Candonga reforça o debate sobre a construção das hidrelétricas, no alto rio Doce, num momento em que o Brasil enfrentava o "apagão". O jornal ecoa a voz da sociedade, movido pelo *habitus* (BOURDIEU, 1996), que é também sensível à mudança social, quando ocorre um desajuste entre as condições de produção e as condições nas quais é levado a funcionar. No campo do jornalismo, os agentes lutam por interesses específicos e nele encontram legitimidade para efetivar suas práticas. Com isso, nesse período da veiculação do texto, havia o clamor da sociedade pela construção de novas hidrelétricas para resolver o problema do apagão, pois quando o governo fala da necessidade de geração de energia, faz referência ao consumidor residencial. Isso justificaria a manutenção do modelo de geração de energia, a partir da construção de hidrelétricas, o qual evitaria o apagão. Verificamos que os acordos institucionais (THOMPSON, 2002), que servem a interesses de alguns (o Estado e as grandes empresas construtoras de barragens) são apresentados como servindo aos interesses de todos.

Em função disso, o texto, que deveria mostrar os problemas que vinham sendo debatidos acerca da construção de Candonga, relata apenas benefícios que a construção da barragem trará para a região, como a geração de 785 empregos, portanto, um enfoque parcial. No "projeto

desenvolvimentista”, a geração de empregos é sempre associada ao desenvolvimento econômico. Mais adiante, relatou que 167 pessoas dos municípios foram treinadas para trabalhar na obra. O texto não deixou claro se esses trabalhadores treinados são moradores das comunidades atingidas. Também não relata que os empregos são temporários. Isso implica na legitimação das ações dos agentes do campo da política ambiental, que apresentam à sociedade uma imagem de um jogo sério e responsável, comprometido com as comunidades locais (CARNEIRO, 2005). Entretanto, essas ações fazem parte de um jogo de mitigação de impactos sociais e econômicos. A aplicação dessas “*políticas de cooptação*”, com a contratação dos atingidos para trabalhar na obra da barragem, na visão de Rodriguez (2003), é também uma maneira de controle social e de despolitização dos movimentos sociais.

O texto especifica o número de empregos, mas não o número de pessoas atingidas. Não ouviu os atingidos e nem o MAB sobre o suposto benefício da criação de empregos. Trata os atingidos, mais uma vez, numericamente e quantitativamente como “mais de 100 famílias”, ou seja, por indeterminação. Fazer uma abordagem dos atingidos naquele momento talvez representasse ir de encontro do objetivo de milhares de brasileiros, que ainda vivenciavam o “apagão” e estavam descontentes com o racionamento de energia. A estratégia é eficaz justamente porque fragmenta a abordagem do problema em questão, apresentando a construção da barragem como uma possível e necessária saída para a crise. Observamos aqui o estudo de caso estendido, proposto por Burawoy (1992), o qual se identifica no contexto econômico, político e histórico do país, a contribuição da Hidrelétrica Candonga para influenciar esse contexto.

No entanto, o texto data de 2001, exatamente no período em que, segundo Rothman (2002, p. 11), “*a influência do MAB, na região, aumentou significativamente*”, por meio da realização de diversas atividades, e do aumento da relação entre o MAB Nacional e o do Alto Rio Doce. Além das mudanças na organização e na formação de lideranças, houve mudanças nas táticas e nas estratégias do movimento, e na divulgação maior das lutas da região em mensagens eletrônicas e publicações na internet. Nesse período, a Secretaria Regional, que deu origem ao MAB, em Ponte Nova, já tinha sido

criada no prédio da Igreja Católica, com uma secretária e um computador. Inicialmente, a Secretaria contabilizava uma lista de 10 ou 15 e-mails, aumentando gradativamente, e em março de 2005, a lista era de aproximadamente 60 e-mails: seis emissoras de TV, 10 jornais, duas revistas, uma rádio, além de políticos e igreja (ROTHMAN, 2005, p.19), tornando a Secretaria o ponto de referência para responder à imprensa e aumentar a divulgação. Assim, quando aconteceu o despejo das famílias em maio de 2004, o MAB Alto Rio Doce tinha capacidade para divulgação ampla do episódio.

Mesmo assim, os atingidos foram excluídos, mais uma vez, por encobrimento. O assessor do MAB Alto Rio Doce considera essa exclusão como uma tática da imprensa, que é desconhecer as ações do movimento. Segundo ele, “eles (a imprensa) até aparecem, filmam, mas não divulgam. Além de esconder o movimento, a imprensa pode funcionar como informante dos interessados na barragem”.

Daremos um avanço no tempo e passaremos para o texto 14, de março de 2004, quando a Hidrelétrica Candonga já estava prestes a entrar em funcionamento. Percebemos que neste período, o MAB volta a ser excluído. O texto nomeia autoridades, como o presidente do Consórcio e até mesmo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sem citar os prefeitos dos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, o texto trata os dois prefeitos como uma das “partes envolvidas nos impactos do projeto”, que, junto ao consórcio, “negociam e resolvem pendências”. Nos primeiros três parágrafos, o texto representa os atingidos por exclusão/supressão, ou seja, são radicalmente excluídos, não aparecendo como atores sociais que participam das negociações sobre o próprio destino.

O mesmo acontece no parágrafo seguinte: o texto não nomeia e nem dá voz aos atingidos. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é representado por impersonalização, conforme Van Leeuwen (1997), ganhando estatuto de “objetividade”. Os atingidos são encobertos, pois é atribuída voz ao atingido, mas através do documento: “o diagnóstico sobre o assentamento dos moradores de Candonga, feito pela empresa Ambiente Brasil”. Porém, o texto cita o movimento quando diz que o MAB apresentou a “versão original” do diagnóstico produzido pela empresa Ambiente Brasil.

Embora o texto não dê voz ao representante do Consórcio, afirma que “o Consórcio garante que houve divulgação da minuta que gerou documento sobre as potencialidades para orientar o Plano de Reativação Econômica”. O texto quer mostrar ao leitor que qualquer ação do consórcio é “debatida em Nova Soberbo”, ou seja, que há uma negociação com os atingidos. Porém, o que existe é uma pseudo-negociação. O texto finaliza nomeando o presidente Lula, a quem o MAB enviou uma carta para marcar uma audiência, a partir das discussões num encontro realizado na Tailândia. O texto não cita o que foi discutido no encontro internacional e nem coloca a resposta do MAB com relação ao documento anteriormente citado: o diagnóstico feito pela empresa Ambiente Brasil.

Conclui-se que o texto faz registros de fatos, mas não aprofunda e nem traz detalhes sobre eles. No último parágrafo, os representantes do MAB deixam de ser nomeados, mas o presidente Lula é citado, uma manifestação do capital simbólico do campo político, conforme Bourdieu (2001).

O texto 15 é outro que exclui o MAB. Este relata a retirada das famílias do distrito de São Sebastião do Soberbo, um dos momentos mais tensos da construção da usina Candonga. No entanto, o jornal registra que as famílias “abandonam terra a ser inundada” e deixaram suas casas de forma pacífica, distorcendo completamente os fatos, pois houve uma ação policial para retirada das últimas famílias. Dizer que as famílias abandonam é uma ação negativa, uma ação que leva a crer que eles quiseram sair do local, saíram por vontade própria e não porque foram submetidos a isso. Assim sendo, entendemos que o texto omite o conflito, embora nomeie a assessora do Movimento dos Atingidos por Barragens, Maria Francisca de Oliveira, relatando os problemas e reivindicações dos moradores, na voz de Maria Francisca; além de nomear também o gerente de comunicação do consórcio, Maurício Martins, que responde às reivindicações do MAB.

O jornal não foi ao local para fazer a cobertura da saída das famílias; apenas ouviu os dois lados, representando-os através da voz de cada um. No final, ainda faz um resumo sobre a Hidrelétrica Candonga.

O texto 17 destaca, através do título, que as prefeituras obtiveram a suspensão da liminar que impedia a formação do lago da Hidrelétrica Candonga. O esclarecimento de que tinha sido impetrada pelo Movimento dos

Atingidos por Barragens, que acabou sendo suspensa, só é citado no meio do texto, embora o título e o *lead* da notícia sejam sobre a liminar. O texto relata, inicialmente, uma ação positiva do consórcio, pois o “Consórcio retomou o trabalho” com “as ações de resgate da fauna”, dando destaque aos animais capturados, que inclusive foram fotografados e constituíram-se legendas das duas fotos utilizadas na reportagem. Já o MAB protesta, uma ação negativa, significando que os atingidos estão indignados e continuam protestando. Assim como a mídia faz campanha negativa do licenciamento (ZHOURI et al, 2005), faz também do MAB. Na visão das elites, o protesto e a resistência são formas de ação social que representam obstáculos à aprovação das licenças dos projetos, e portanto, entrave ao “desenvolvimento” e ao progresso.

A suspensão da liminar, mesmo tendo sido uma perda por parte do movimento dos atingidos, não é desenvolvida ao longo do texto. Não há desdobramentos dos possíveis prejuízos para o movimento e para os atingidos. Ninguém do movimento é incluído no texto para dar um depoimento sobre o assunto. Somente o conteúdo de uma nota do MAB de 27 de junho, seis dias antes, integra a notícia, relatando que os atingidos estão indignados e continuam protestando.

Aos assessores dos prefeitos, por sua vez, foi dada voz a fim de fazer repercutir a suspensão da liminar, o que eles consideram uma vitória, já que os municípios se viam prejudicados com o adiamento do enchimento do lago. O texto representa os atingidos por impersonalização, através de uma nota (um documento no papel) do MAB. Não se atribuindo facilmente o enunciado a alguém, ele ganha estatuto de "objetividade". Os assessores das prefeituras também mencionam os atingidos, lamentando o adiamento do projeto da hidrelétrica, uma vez que prejudica os municípios de “economia muito modesta”, mas citam as "populações", que aguardam as melhorias resultantes do projeto da hidrelétrica.

Mais uma vez, os atingidos são categorizados por impersonalização ("as populações"), e ainda são considerados, como entrave e problemas, já que a liminar impetrada pelo MAB, se fosse mantida pelo Tribunal de Justiça, estaria prejudicando os municípios. É assim que os atingidos sempre foram vistos pelo “projeto desenvolvimentista”: como um “entrave”, um “problema” e como se fossem contrários ao “progresso”. Isso demonstra que, assim como na

década de 1970, a mídia hoje continua atrelada aos discursos das elites dominantes, excluindo qualquer proposta contrária ao modelo energético imposto por uma ditadura.

O texto ainda nomeia o assessor do Consórcio, o biólogo e o desembargador presidente do Tribunal de Justiça, destacando as justificativas do Ministério Público, de que o enchimento do lago não tem relação com as pendências apontadas pelo MAB que levaram o movimento a recorrer à justiça. Ao final do texto, ao invés de dar voz ao MAB, utiliza dados da ONG Justiça Global, na internet, solidarizando-se com os atingidos e alegando que o enchimento do lago "é ato de irresponsabilidade".

Embora as informações publicadas estejam diretamente vinculadas aos atingidos, percebemos que, em nenhum momento, o texto atribui voz a eles, representando-os também por encobrimento, servindo "*aos interesses e propósitos de quem produz os textos*" (VAN LEEUWEN, 1997, p. 180), ou seja, de acordo com Bourdieu (1996), os jornalistas, movidos pelo *habitus* do campo do jornalismo, agem e representam os atores sociais de maneira variada de acordo com sua posição, com os interesses associados a ela, e com o seu *habitus* adquirido através da experiência de uma posição no mundo social. Entretanto, o *habitus* é uma estrutura interna sempre em via de reestruturação, o que mostra que ele não é totalmente rígido. Isto significa que nossas práticas e representações não são nem totalmente determinadas nem totalmente livres, sendo estas escolhas orientadas pelo *habitus*. Ao falar pelo outro, o texto impetra uma violência objetiva e subjetiva, que conseqüentemente constrói uma opinião pública favorável aos interesses daqueles que detém o poder econômico, político e social.

As marcas do *frame* de exclusão são encontradas também nos dois últimos textos da nossa análise (textos 19 e 20). O texto 19, publicado na editoria de Economia, revela no título que a Vale do Rio Doce reavalia a construção de hidrelétricas em função dos altos custos que impedem a expansão da empresa. O fato de "reavaliar" é uma ação cognitiva: pensar, raciocinar. Diferente do atingido, que parte para ações concretas: protesta, caminha, marcha e manifesta. Neste texto, somente a hidrelétrica é representada. Conclui-se que é grande a influência de uma notícia da inauguração de mais uma hidrelétrica em Minas Gerais, em sociedades que

priorizam a geração de energia em projetos desenvolvimentistas. Conforme Thompson (2002, p. 367), *"as instituições sociais podem ser vistas como conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com relações sociais que são estabelecidas por eles"*. O jornal estudado vincula-se a uma instituição maior ou ao próprio estado, que pode intervir ou influenciar no texto.

Observa-se que a Hidrelétrica Candonga muda de nome no período da inauguração, passando a se chamar Hidrelétrica Risoleta Neves, nome da avó do governador Aécio Neves. Assim como a hidrelétrica trocou de nome, a empresa Alcan, parceira do consórcio com a Vale do Rio Doce, também mudou. Passou a chamar-se Novelis. Para o leitor, o fato de a hidrelétrica ter recebido o nome da avó do governador é uma maneira de demonstrar o interesse dele e do Estado em construir obras que garantam o desenvolvimento desta região. Aqui, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por serem representadas como legítimas, justas e dignas de apoio (THOMPSON, 2002).

Além disso, outro detalhe destacado no final do texto é que a repórter que cobriu a inauguração da hidrelétrica viajou a convite da Vale do Rio Doce. É claro que a repórter é coagida, então, a dar voz aos atores sociais vinculados aos empreendedores do Consórcio, ignorando qualquer referência aos atingidos. A foto utilizada na reportagem é material de divulgação da empresa. Nesses casos, o jornal não envia fotógrafo para a cobertura, apenas o repórter que é ciceroneado a todo instante pela empresa anfitriã. O repórter é levado a lançar seu olhar somente sobre o empreendimento hidrelétrico. Assim sendo, os atingidos são categorizados por supressão, ou seja, radicalmente excluídos. Naturalmente, a exclusão serve aos interesses e propósitos de quem produz os textos. E, quando suprimidos, não há marcas de ações, atividades, nem atores sociais (atingidos).

O texto 20, do Hoje em Dia, foi veiculado no mesmo dia que o texto do Jornal Estado de Minas, mas foi publicado na Editoria de Economia. Mais uma vez, vê-se a luta no interior do campo do jornalismo. Os dois jornais, que são concorrentes, constroem a notícia de maneira diferente, destacando o que favorece mais a cada um. Representa a Hidrelétrica Candonga, mas com o novo nome, Hidrelétrica Risoleta Neves, logo no título, o que levanta a questão:

quem a inaugurou?, ofuscando o agente. Conforme Thompson (2002), através da estratégia da passivização, que se dá quando os verbos são colocados na voz passiva, os atores sociais são “apagados”.

O texto nomeia o presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, enfatizando a advertência que ele faz sobre o risco de novo racionamento e que "o investimento em energia é fundamental para assegurar o crescimento". Segundo Fairclough (2001), os eventos dignos de se tornarem notícia se originam de limitado grupo de pessoas que *“têm acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia”* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 143). Neste texto, observa-se que, dar voz ao presidente da Vale, principalmente alertando sobre o risco de racionamento e a necessidade de geração de energia, legitima a importância da construção da Hidrelétrica Candonga, colocando uma espécie de ponto final em todos os impasses e polêmicas envolvendo a construção da hidrelétrica.

A comprovação da afirmação que fazemos é apresentada no último parágrafo do texto, que nomeia o Movimento dos Atingidos pela Barragem. No entanto, representa o MAB por assimilação e agregação. Um dos tipos de assimilação é a representação por agregação, quando se quantifica os grupos de participantes, tratando-os como dados estatísticos: "pessoas", "população" e "milhares de pessoas". Neste caso, os atingidos são colocados numa espécie de invólucro e retirados deles a identidade. Ou se existem, estão tão distantes que não é possível nos identificarmos com suas lutas, seus anseios e direitos. Sujeitos sem voz não são sujeitos, mas objetos. Assim é que o jornal os tratou, como um mero detalhe numa circunstância que envolve uma questão maior, de interesse público: a geração de energia. Mas sem se importar com os efeitos perversos deste tipo de empreendimento.

Além de representar o MAB como um movimento único ("Movimento dos Atingidos pela Barragem") e organizado somente para protestar contra aquela barragem, o texto minimiza o MAB, representando-o também por indeterminação, quando o texto trata a identidade do ator como irrelevante para o leitor.

A maneira como o último parágrafo deste texto foi construído resume o desfecho do caso Candonga para a imprensa. "A inauguração foi

acompanhada de longe, do alto de um morro, fora da área de segurança, por um grupo de moradores da região, que portava bandeiras se intitulando como Movimento dos Atingidos pela Barragem". Mas eles eram de fato o MAB, o que demonstra um menosprezo do jornal ao movimento. O fato de estarem de longe, fora da área de segurança, faz com que o texto represente o MAB e os atingidos de maneira ofuscada. Essa representação foi também resultado de uma proibição da Polícia Militar, que os impediu de acompanhar a inauguração de perto e realizar protestos. Com isso, o movimento ficou também longe do olhar da imprensa, sendo assim excluído das fotos e imagens e sem voz na mídia.

O texto termina dizendo que "com a implantação da usina, o distrito de São Sebastião do Soberbo foi submerso pelo reservatório", o que leva à conclusão de que, nesse momento final da inauguração da hidrelétrica, em nome da geração de energia, qualquer manifestação contrária deveria ser "acompanhada de longe" e "fora da área de segurança". Esse discurso é reforçado com a frase final: "com a construção da usina", tudo estaria terminado, já que o distrito foi "submerso pelo reservatório", transmitindo a idéia de que a população atingida deveria se resignar de que não havia mais como lutar contra a opressão das grandes empresas, que atuam em causa própria, expropriando o povo, e explorando o patrimônio nacional e enriquecendo cada vez mais. Ou seja, não caberia mais nenhum tipo de resistência e manifestação nesse último momento.

No discurso hegemônico, o progresso é incontestável. Para legitimar essa ideologia, a imprensa reforça a exclusão dos atingidos por barragens. Os movimentos, como o MAB, que fazem oposição ao discurso dominante, não se encaixam assim nos *frames* da mídia. São ocultados, expurgados e excluídos da imprensa.

5.2. Representação do Movimento dos Atingidos por Barragens pelo *frame* de inclusão com criminalização

Atores sociais

Atingidos; Integrantes do movimento dos atingidos por barragens hidrelétricas; os manifestantes; Antônio Claret Fernandes, um dos coordenadores da manifestação; 105 famílias; todas as famílias; 45 famílias; a comunidade; Representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); os atingidos; integrantes do Conselho Regional do MAB; o padre Antônio Claret Fernandes e Paulo Viana, presidente da Associação dos Atingidos de Providência; o representante do MAB Nacional, o catarinense Sadi Baron; entre os manifestantes, Maria Raimunda dos Santos, de 76 anos.

Categorias

Categorização, nomeação, determinação, coletivização, indeterminação, coletivização, agregação, personalização, funcionalização.

Textos

9, 10, 16.

Análise

O texto 9 é do jornal Hoje em Dia e é do mesmo período do texto 8, incluído no *frame* de visibilidade, o terceiro *frame* a ser analisado. Verifica-se aqui uma criminalização dos atingidos, tratando-os como invasores. A utilização da palavra “invasão” remete à ilegalidade (crime), resultado da violação da propriedade privada (ou pública). Quando a imprensa utiliza “invasão”, muitas vezes há uma associação a um protesto de um movimento social. Para Baratta (2002), o crime seria um fenômeno político, e o criminoso, um membro de grupos minoritários, que ameaçam valores das elites dirigentes. Com isso, quando realizam protesto, os movimentos sociais são apresentados como ameaça à ordem vigente. Conforme Rodriguez (2003), o jornalismo contribui com a criminalização dos movimentos sociais principalmente quando estes realizam ações, como manifestações e invasões, apresentando o protesto social como algo horrível e ameaçador à segurança do cidadão.

Da mesma forma que o Jornal Estado de Minas, o secretário de redação do Hoje em Dia, admite que a imprensa tem agido de forma reativa. Segundo ele, os atos do MAB devem ser noticiados sim, e “há um acompanhamento pontual e de peso, quando os protestos resultaram em pancadaria, como a invasão da Cemig⁷⁶. Neste caso, mereceu um tratamento melhor hierarquizado, incluindo foto na capa”, um exemplo claro de criminalização do MAB, pois associa a pancadaria ao crime. Desta maneira, o MAB é notícia de destaque, havendo um “acompanhamento pontual e de peso”, conforme o secretário de redação do jornal.

O assessor do MAB Alto Rio Doce confirma essa postura da imprensa: quando “não consegue mais esconder” os fatos, “divulga de forma deturpada”, caracterizando a luta como “corporativa, radical e mesmo como coisa de baderneiro”, dando ênfase a um fato isolado que acontece durante o ato “em detrimento do conjunto da luta e da pauta do movimento”.

Os atingidos são representados por categorização. De acordo com Van Leeuwen (1997), isso acontece quando as personagens são incluídas, mas sem nome, dando a elas apenas papéis passageiros e funcionais, não se tornando assim pontos de identificação para o leitor.

Embora o texto nomeie o Padre Antônio Claret Fernandes como um dos coordenadores do movimento, o jornal também destaca a potência da hidrelétrica em termos de geração de energia, após relatar que o motivo da ocupação foi o não reassentamento dos moradores atingidos. Ou seja, ao mesmo tempo em que o leitor conhece o motivo da ação, tem como contraponto a geração de 140 megawatts de energia. Como os reflexos do apagão ainda permaneciam na memória do cidadão, o texto mostra, mais adiante, que os atingidos tinham que “reivindicar” e “exigir” para contemplar “105 famílias” e “45 famílias”. Neste caso, os atores sociais são categorizados por indeterminação; isso acontece quando os atores são representados como indivíduos e grupos não-especificados, ou seja, como “anônimos”. Essa representação anonimiza o ator social, tratando o ator por sujeição, ou seja, as informações a seu respeito tornam-se irrelevante para o leitor.

⁷⁶ O fato ocorreu em 2006, em Belo Horizonte.

Mesmo nomeando o representante do MAB, Antônio Claret Fernandes, o texto, além de nomear o representante do Consórcio Candonga, Antônio Brant, explica que "o consórcio sempre esteve disponível" para negociar com os atingidos; ressalta os benefícios que a comunidade obteve, com casas maiores, acima do nível da represa e com rampas de acesso aos portadores de deficiência física. Tal informação confirma Vainer (2004), o qual mostra estudos semelhantes para empreendimentos construídos em locais de diferentes realidades; mostra os relatórios que colocavam os atingidos como incapazes de se constituírem e lutarem por direitos e interesses. Com os benefícios obtidos, os atingidos não teriam então motivo para protestar, mas, ao final do texto, descreve que os manifestantes permaneciam no *hall* do escritório da Vale do Rio Doce, até o final da tarde, na tentativa de estabelecer um acordo. O texto relata somente os argumentos da empresa, não do MAB.

Conclui-se que principalmente os jornais estaduais despolitizam e criminalizam os protestos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), neste período. Observa-se que a supressão do protesto social significa a restauração da ordem. Esse processo é muitas vezes sutil, utilizando, por exemplo, a palavra "invasão", o que na verdade, não era, pois alguém invade algum local ou terra quando quer conquistá-la. Talvez, utilizem tal termo associando ao MST, pois "invasão" é o termo que a imprensa utiliza em referência às ocupações de terra desse movimento. Neste caso, os atingidos não queriam conquistar o escritório da Vale, mas essa mudança de sentido pequena ou mesmo imperceptível altera todo o texto.

De acordo com Rothman (2002), Zhouri e Rothman (2008), os atingidos e o movimento definem, nesse período, que a melhor estratégia para aumentar o poder de barganha coletiva e contribuir para a construção de dignidade e cidadania seria "*a mobilização dos atingidos em ações coletivas diretas de luta*" para pressionar o empreendedor e a FEAM a fim de atender suas reivindicações (ROTHMAN, 2002, p. 12). A partir de outubro de 2001, começam a ser realizadas ocupações de canteiros de obras de barragens ou de escritório do empreendedor. O MAB Alto Rio Doce, mais estruturado e organizado, já envia *releases* para a imprensa, de acordo com Rothman (2002), num período em que os atingidos sentem o aumento dos reflexos da construção da Hidrelétrica Candonga e as desvantagens da criação de Nova

Soberbo. Ou seja, é estratégia do movimento a ocupação do escritório da empresa e a divulgação da ação para a imprensa através de *releases*.

De acordo com o assessor do MAB Alto Rio Doce, através de *e-mails* e contatos telefônicos, os *releases* com todo tipo de conteúdo noticioso são enviados indistintivamente para todos os órgãos da imprensa. Mas o MAB Nacional tem outra tática, conforme a jornalista responsável pelo Setor de Comunicação do movimento. Segundo ela, a divulgação é feita quando “acontecem atos do movimento” e “em situações como as de maior conflito”. Com relação às regionais do MAB, a estratégia é a mesma. De acordo com a jornalista, “todos os esforços são concentrados em situações de conflito”, lembrando o caso da “Marcha que o MAB organizou em 2006 na região do Alto Rio Doce até a capital mineira, quando a polícia atacou violentamente os manifestantes”.

Isso pode então, direcionar a imprensa na construção do *frame*. Os jornais incluem o MAB nas notícias, tendo ainda como complemento para essas notícias as informações passadas pelo próprio movimento através dos *releases* enviados. Entretanto, a imprensa criminaliza o MAB, dando destaque principalmente para aquelas ações que terminam em “pancadaria”, conforme afirmou o secretário de redação do Hoje em Dia. Logo, o MAB é visto como algo que ameaça a segurança do cidadão (RODRIGUEZ, 2003), e que promove, muitas vezes, ações premeditadas que necessitam de controle policial.

Outra situação lembrada pela jornalista foi a destruição de Soberbo em 2004. Segundo ela, na ocasião foi dado muito destaque ao caso, com divulgação de fotos, notas e entrevista com morador, disponibilizados no *site*. Percebe-se novamente que o próprio MAB Nacional só dá destaque às ações de protesto, colaborando com esse enfoque que mídia já tem grande tendência a procurar. Entretanto, essa é uma luta pelo capital econômico (BOURDIEU, 2001) entre os dois campos (jornalismo x MAB). No campo do jornalismo, os jornais têm intenção de lucro e há um vínculo com o mercado, ou seja, o jornal tem as grandes empresas como anunciantes, e com certeza, o Consórcio Candonga foi um dos anunciantes. Esses anunciantes fixam os enfoques da imprensa. Já os jornalistas são movidos pelo *habitus* (BOURDIEU, 1996), um modo de agir que é o produto da posição e da trajetória social dos indivíduos,

fazendo com que as representações dos agentes variem de acordo com sua posição e com os interesses associados a ela. Neste caso, o *habitus* adquirido resulta das práticas de representação dos movimentos sociais impostas no campo do jornalismo ao longo das últimas décadas, que é a de criminalizar o protesto social, que é um mal para a sociedade.

Segundo Bourdieu (2001), os agentes desprovidos de capital econômico se localizam num ponto mais baixo da escala social. Esse é o caso dos agentes do campo dos movimentos sociais. Por isso, o MAB precisa lutar para ser reconhecido pela imprensa. Percebendo que a imprensa dá destaque às manifestações e aos protestos, o movimento concentra as ações de envio de *releases* nesses momentos. As lideranças dos movimentos também são movidas pelo *habitus* de promover as ações de protesto, pois essa é uma tática do movimento entendida pelos agentes como uma possibilidade de terem sua luta reconhecida pelos agentes do campo político (Estado e grandes empresas do setor elétrico), se tiverem sua luta reconhecida pela imprensa, ou seja, o movimento precisa de “ser visto” através da imprensa.

De 2001 até esse período de 2003, as reportagens sobre os atingidos desapareceram dessas mídias, conforme o *clipping* do MAB.

O texto 10, outro que também criminaliza o MAB, é da Folha de Ponte Nova. O texto destaca os novos protestos contra as hidrelétricas, após uma invasão ocorrida três dias antes, no canteiro de obras da Hidrelétrica Candonga. Os protestos aconteceram durante as comemorações do Dia Internacional dos Atingidos por Barragens (MAB), comemorado no dia 14 de março, e que duraram vários dias. O texto nomeia as autoridades e lideranças presentes no protesto, inclusive o representante do MAB Nacional, o catarinense Sadi Baron. No entanto, na legenda da foto, Sadi Baron não é representado como representante do MAB nacional. Já o deputado Padre João e o comandante Figueiredo são representados por meio de categorias e posições funcionais (deputado e comandante). A funcionalização ocorre quando os atores sociais são referidos em termos de uma atividade, de alguma coisa que fazem, ou seja, uma ocupação ou função. Com isso, o texto exclui o movimento dos atingidos na legenda da foto. Somente com a nomeação do representante na legenda, não é possível saber de quem se trata.

O texto nomeia ainda uma moradora atingida, Maria Raimunda dos Santos, mencionando que ela tem 76 anos, seguido de um depoimento sobre a criação de filhos e netos na localidade que, agora, será inundada. Cita ainda o morador João Caetano dos Santos, desaparecido há dois meses. Mas não relata que o morador desapareceu quando morava no canteiro de obra. Segundo Barros e Sylvestre (2004), João Caetano se recusou a deixar sua casa, e o canteiro de obras foi construído no entorno da sua casa. O morador continuou no local, mas teve que utilizar um crachá da empresa para entrar e sair. O desaparecimento do morador não foi explicado, na época, pela polícia. O empreendimento hidrelétrico talvez utilize o desaparecimento do morador para reprimir ações contrárias ao consórcio. A repressão é uma maneira de controle social, visando “despolitizar o protesto social”, conforme Rodriguez (2003). A sensação de medo leva ao afastamento da coletividade e, conseqüentemente, à desmobilização do movimento social.

Como nos textos anteriores da Folha de Ponte Nova, ao final da reportagem, há um representante da Hidrelétrica Candonga afirmando que as negociações vêm acontecendo com normalidade. Uma forma de assegurar aos leitores de que o processo é legítimo e seguro. É uma manifestação do poder simbólico, que faz “ver e crer” (Bourdieu, 2001, p. 134) que o processo é legítimo, nomeando e dando voz aos agentes com maior fama e prestígio, ou seja, ele é uma autoridade, e por isso, é sempre fonte do jornal. São as fontes ditas oficiais, como o representante da hidrelétrica neste caso, que representa o poder de um campo (político) sobre o outro (dos movimentos sociais), já que ambos estão em constante conflito. O reconhecimento e consagração desses agentes do campo político passam pela legitimação dos jornalistas. Assim, dar voz a um representante do empreendimento hidrelétrico ao final do texto noticioso leva o leitor a entender que a construção da hidrelétrica é segura e legítima. Mas o protesto do MAB precisa ser combatido e deve ser acompanhado inclusive pela polícia, pois ameaça a ordem e a segurança.

O texto 16 faz referência ao dia da retirada das famílias do distrito de São Sebastião do Soberbo, mesmo dia da notícia anterior, que omitiu o conflito. O jornal Folha de Ponte Nova foi ao local para fazer a cobertura, diferentemente do texto anterior do jornal Estado de Minas. O título é “Candonga vive nova fase de confronto”, ou seja, “vive” é uma ação no

presente, mas “nova” significa que já viveu antes, e o “confronto”, uma ação negativa que a imprensa, movida pelo *habitus*, representa essas situações em que a polícia acompanha a retirada de famílias de suas residências. Mas o texto começa relatando os próximos acontecimentos e as medidas que vinham sendo tomadas, para depois relatar como aconteceu o confronto do dia 4 de maio, ocorrido três dias antes da publicação do texto. O título com o verbo no presente é uma prática do jornalismo para atualizar a notícia, principalmente pelo fato de a Folha de Ponte Nova ser um jornal semanal.

O texto nomeou as autoridades e também os atingidos e o MAB. No entanto, observa-se que o texto afirma que “houve resistência” na retirada das famílias. Quando os atingidos resistem em deixar o local de onde são obrigados a sair, a imprensa descreve como confronto a resistência daquele que não se resigna diante do sofrimento. Realmente, lideranças do MAB Alto Rio Doce foram consideradas criminosas pelos empreendedores e respondem como réus em ação judicial movida pelo Consórcio Candonga com o objetivo de impedi-los de realizar *“qualquer manifestação no campo de obras sob acusação absurda de que atuam como esbulhadores”* (BARROS; SYLVESTRE, 2004, p. 35), *“quando na verdade apenas exerceram o direito de livre manifestação do pensamento e mesmo o direito de resistência legitimamente reconhecido em situação de opressão”*.

O texto relata com detalhes, que “houve bloqueio da estrada com galhos de árvores e troncos, afastados da estrada por dois tratores”. Por outro lado, o texto mostra também que a Polícia Militar “arrombou as casas”, e nomeia os moradores atingidos, que relatam como aconteceu a retirada das famílias. Esta ação compromete a ideologia da polícia, que deve manter a ordem, e ainda invade as casas, que são propriedades privadas. O uso da força policial demonstra que os atingidos devem ser tratados dessa maneira, pois são resistentes e desafiam a polícia; por isso, resulta em confronto.

Segundo Barros e Sylvestre (2004), filmagens feitas por um morador mostram dois ônibus cheios de policiais fortemente armados chegando ao povoado, seguido de tratores, material de demolição, caminhões de mudança e cachorros. *“Quando a polícia entrou, a população, completamente aterrorizada, deixou as casas intimidada pela extensão do arsenal”* (Barros e Sylvestre, 2004, p. 46). Alguns moradores ficaram *“parados nas estradas, olhando de*

longe, ansiosos, assustados e petrificados” (idem), o que significa que não houve resistência. Ao contrário, o texto da Folha de Ponte Nova relata que “houve resistência com o bloqueio da estrada” pelos atingidos, que também “não assinaram o termo de despejo”.

Como já foi observado em outros textos, o jornal Folha de Ponte Nova, na maioria das vezes, utiliza um intertítulo no final dos textos, intitulado “Fala Maurício”, em que o representante do Consórcio tem sempre uma resposta e uma argumentação favorável, é claro, à hidrelétrica. Segundo Gitlin (2003), os jornalistas criam uma relação com as fontes oficiais e as ouve sempre para que a notícia não os desagrade. Este texto, mesmo o jornal indo ao local apurar os fatos, narrar e fotografar a retirada das famílias, não dá voz aos atingidos e ao MAB, e ainda representa a resistência como crime. Dá voz ao representante do Consórcio Maurício Martins, afirmando que não houve abuso de poder. O jornal não coloca esse enunciado entre aspas, mas atribui esse comentário a Maurício Martins. Manifesta-se aí o que Fairclough (2001) denomina “ambivalência de voz”. A fala pode ser atribuída a alguém, mas, ao mesmo tempo, pode ser a voz do próprio jornal, o que pode levar, intencionalmente, a uma confusão por parte do leitor, fazendo-o atribuir voz ao entrevistado. Assim, o jornal quis dizer que não houve abuso de poder, isentando a polícia e o empreendedor, pois se houve confronto foi por parte dos atingidos que resistiram.

Mesmo tendo apresentado claramente fatos e fotos, e demonstrado que houve “confronto” na retirada das famílias, como informa o título, o jornal transmite as “vozes do poder”. Segundo Fairclough (2001, p. 144), *“pode-se afirmar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta”*. Ou seja, houve confronto, mas o objetivo de retirada das famílias foi cumprido. Cada notícia tem que se encaixar na linha editorial de cada jornal, para que ele construa sua credibilidade perante seu leitor. A forma como esse texto foi construído pretende agradar as elites dominantes, cujo desejo é o “desenvolvimento” do país. Com isso, o “problema”, o “entrave” ao “desenvolvimento” e ao “progresso” devem ser eliminados. Assim, tratar a resistência como crime é uma maneira de criminalizar e judicializar o protesto social (RODRIGUEZ, 2003).

5.3. Representação do Movimento dos Atingidos por Barragens pelo *frame* de visibilidade

Atores sociais

Trabalhadores rurais; os atingidos na região do Alto Rio Doce; Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens; os trabalhadores; eles; 200 famílias vivendo da agricultura familiar; uma caravana; os lavradores; uma comissão; os moradores; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); 300 pessoas; Antônio Claret Fernandes, um dos coordenadores do Movimento; os manifestantes; 350 famílias; atingidos por barragens; cerca de 200 pessoas; Maria Francisca Oliveira, secretária do MAB; a atingida de Fumaça, Marta Caetano do Espírito Santo; mais de 1 milhão de pessoas (30 mil em Minas Gerais); o João Caetano dos Santos; a comissão de atingidos; colonos de Marimbondo.

Legenda da foto: os manifestantes; 90% dos atingidos; representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o MAB; famílias do distrito de São Sebastião do Soberbo; os habitantes; os moradores de Candonga. Legenda da foto: a comunidade de Nova Soberbo; os atingidos pela Hidrelétrica de Candonga (Alcan/CVRD); o advogado do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, Leonardo Rezende; as crianças; pessoas injustiçadas pelo Consórcio; Sônia Loschi, do MAB; a atingida Janete Alcântara Pereira; meeiros e garimpeiros; cerca de 40 pessoas; a Comissão Pastoral da Terra (CPT); as famílias atingidas pela Hidrelétrica de Candonga; moradores urbanos.

Legenda da foto: os manifestantes; outros grupos de manifestantes.

Categorias

Inclusão, determinação, personalização, categorização, identificação, classificação, agregação, nomeação, exclusão, encobrimento, supressão, formalização, coletivização, impersonalização, indeterminação, genericização, especificação, semiformalização.

Textos

4, 5, 8, 11,12,13, 18.

Análise

Iniciaremos a análise dos textos em que o MAB tem visibilidade com o texto 4. Percebe-se, logo, que é uma matéria factual, ou seja, noticia o que aconteceu no dia anterior com os dados coletados no local. O MAB foi identificado pela primeira vez, relacionando o movimento com os atingidos do Alto Rio Doce. Os atingidos são categorizados como “trabalhadores”, “trabalhadores rurais” e “200 famílias vivendo da agricultura familiar”, indicando sua condição social de camponês. Agora não representados como aqueles que pedem e solicitam, mas reivindicam e protestam, pois são identificados como um movimento social, representados pela Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga, pelo Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens e pela Comissão Pastoral da Terra.

A nomeação só ocorre na representação do “secretário do Meio Ambiente, Tilden Santiago”, que promete “aos trabalhadores” “soluções técnicas”. As “200 famílias” são categorizadas por agregação, ou seja, são quantificadas. O texto não atribui voz aos representantes do MAB, embora o texto atribua voz ao manifesto entregue às autoridades, assinado pela Associação dos Pescadores do Rio Piranga, pelo MAB Nacional e pela Comissão Pastoral da Terra. A Hidrelétrica Candonga também não é citada, é excluída por encobrimento, já que os trabalhadores estão manifestando ali acerca da barragem.

O jornal Hoje em Dia faz a cobertura da manifestação, que era realizada em frente ao Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. O local é sede do governo estadual, e para não ir contra os interesses do Estado, que apóia a construção da hidrelétrica, o jornal dá voz ao secretário do Meio Ambiente, mas ele mostra preocupação com a questão ambiental. Essa é uma forma de manifestação do capital simbólico do campo político e do campo jornalístico, pois a imprensa dá voz às fontes oficiais, considerando-as mais confiáveis e assim consagrando quem tem o poder. A apresentação do secretário de Estado, como mediador do conflito, intenta fazer reconhecida, nesta autoridade, a pessoa e a instituição que podem tomar providências e resolver o problema dos manifestantes. Com isso, o texto minimiza a manifestação dos atingidos. Em entrevista para esta pesquisa, o assessor do MAB Alto Rio Doce destaca que uma das posturas da imprensa é evitar o fortalecimento do

movimento e preservar os interesses das empresas construtoras de hidrelétricas. Apesar disso, o MAB teve visibilidade no texto, mesmo não tendo suas propostas divulgadas.

Os textos 4 e 5, do jornal Estado de Minas e do jornal Hoje em Dia, foram veiculados no mesmo dia. No Hoje em Dia, eles “protestam”. No Estado de Minas, “pedem a paralisação das obras de construção de barragens do Alto Rio Doce”. Percebe-se a luta no interior do campo do jornalismo, pois cada jornal, orientado pelo seu *habitus* (BOURDIEU, 1996), constrói a notícia da forma que melhor atende aos interesses dos proprietários dos jornais, uma prática coletiva do campo do jornalismo. Através das entrevistas com os editores dos dois jornais, podemos perceber que o *habitus* do Hoje em Dia é dar visibilidade ao MAB em casos de protesto com “pancadaria”, e do Jornal Estado de Minas é noticiar o movimento desde que “não seja para fins políticos partidários”.

Como o capital simbólico do campo jornalístico é o prestígio e a fama, alcançados através da credibilidade, do fazer crer, o *Estado de Minas* quer associar os atingidos à festividade, coisa que o mineiro gosta de apreciar, pois segundo Thompson (2002), quando um leitor compra ou assina um jornal, quer compreender e se apropriar das notícias daquele jornal. Os atingidos são tratados como “uma caravana”⁷⁷ e como “trabalhadores” que “fizeram uma manifestação”, porém festiva, pois estão “carregando faixas, cartazes e embalados pela música de acordeons”. Ao representá-los em um tom festivo, o texto inverte a realidade e desvia nossa atenção, e permite que o leitor associe aos atingidos esse discurso de festividade, e não o discurso de reivindicação.

Vale ressaltar que não são caracterizados como MAB, ou seja, como manifestantes. Os atingidos aparecem de forma coletivizada como “uma comissão”, não como um movimento social. São representados ainda como “lavradores”, ou seja, trabalhadores camponeses que “temem ficar sem trabalho”, pois “as barragens vão inundar as áreas destinadas à agricultura de subsistência”. Tanto os atingidos quanto o MAB são excluídos, mais uma vez,

⁷⁷ Grupo de peregrinos, mercadores ou viajantes que se juntam para atravessar com segurança o deserto; reunião de pessoas que viajam ou passeiam juntas (Silveira Bueno. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000).

por encobrimento, e o mesmo ocorre com a Hidrelétrica Candonga. Mas fica visível que houve um “protesto contra barragens”, conforme o título.

Já no texto 8, percebemos as estratégias empregadas pelo jornal Estado de Minas para não ir de encontro ao governo do Estado, pois é notória na redação do jornal, a proximidade desse grupo de comunicação com o governo do Estado (FRANÇA, 1998), que apoiou a construção da hidrelétrica. Jornalistas já foram demitidos do jornal por pressão do atual governador Aécio Neves⁷⁸.

O título do texto 8 inicia com “movimento”, embora não identifique qual movimento, nem o MAB. Representa os atingidos como “os moradores”, mas não especifica que são da Hidrelétrica Candonga. Afirma que esses moradores que “ocupavam a área da usina”, “desocuparam a área”, mas não informa de que maneira e por que desocuparam. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os atingidos são incluídos no texto, mas representados como “manifestantes que decidiram deixar a portaria das barragens, depois de negociar a retirada com a PM”. Os atingidos são incluídos também como moradores e não como trabalhadores rurais, conforme vimos em textos anteriores.

Pela primeira vez foi dada voz ao Movimento, através do coordenador Antônio Claret Fernandes. Além de incluídos como “moradores”, os atingidos também foram representados como “300 pessoas” e “manifestantes”, através de uma ação reivindicatória. Ou seja, os atingidos, através do MAB, assumem uma postura de não se submeter às imposições dos empreendedores e são representados no texto noticioso principalmente quando há uma ação reivindicatória. Percebemos aqui a construção do *frame* de visibilidade, ou seja, as rotinas das redações já estão organizadas pelo *habitus* de construir uma notícia de um movimento social quando esse movimento realiza uma ação reivindicatória. De acordo com Gitlin (2003), agindo dessa forma, a mídia certifica o movimento social, excluindo suas propostas ou objetivos. Como disse, em entrevista, o editor do jornal Estado de Minas, o enfoque é “fato,

⁷⁸ O fato foi divulgado pelo jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e através de um vídeo produzido por Marcelo Baeta. Houve um único caso em que o jornal não apoiou o governo. Na época, o ex-governador Newton Cardoso, boicotado pelo jornal, acabou fundando seu próprio veículo, o Hoje em Dia.

desde que o movimento não seja usado como bandeira de política partidária”, ou seja, quando o movimento então promove protesto, manifestações e ocupações. Assim, as propostas do MAB não são divulgadas, quando o *frame* é de visibilidade, principalmente quando se trata de um texto factual em que não há o aprofundamento, mas apenas a notícia dos fatos.

A fala entre aspas do entrevistado do MAB, Antônio Claret, registra uma reclamação, ou seja, é a voz do movimento reivindicando, o que significa que “os moradores não ficaram satisfeitos”, conforme é dito pelo entrevistado. Entretanto os atingidos são representados como “moradores” e não como “manifestantes”. Como manifestantes, daria idéia de protesto. No entanto, no texto, a aparição dos atingidos como “famílias” e “moradores” minimiza a ação do movimento. Assim, o texto dá visibilidade, mas minimiza a ação do MAB.

Podemos observar que os textos selecionados para análise avançam no tempo. O texto 7 é de junho de 2001, em pleno período do "apagão". O próximo texto é de março de 2003. De acordo com o Quadro 1B, do Apêndice B, percebe-se que, em 2001, somente o Jornal Folha de Ponte Nova publicou reportagens sobre a usina Candonga. Os outros dois jornais analisados, Estado de Minas e Hoje em Dia, não publicaram reportagens sobre Candonga, nos anos de 2001 e 2002, fazendo-o somente em março de 2003, quando o "apagão" ainda estava na memória do brasileiro. Por serem jornais estaduais e terem um vínculo maior com o Estado, esses dois jornais reproduziram a política desenvolvimentista do governo, que defendia a construção de novas hidrelétricas como saída para a crise de energia.

Com isso, o texto do Estado de Minas representa o movimento e os atingidos como atores sociais que estariam protestando contra a construção de hidrelétricas e o sistema, em um período em que a demanda por energia elétrica levou o governo a defender a necessidade da construção de hidrelétricas, por causa do apagão de 2001. Conforme o assessor do MAB Alto Rio Doce, quando achavam que o MAB era uma ONG, a imprensa ouvia mais o movimento, mas quando o MAB “mostrou ao que veio, com uma proposta de mudança do modelo de sociedade, a resistência da imprensa (ao MAB) ficou maior”. Segundo Thompson (2002), analisar a estrutura social (a sociedade capitalista) é identificar as diferenças e divisões, é determinar que assimetrias são manifestações não apenas de diferenças individuais, mas diferenças

coletivas e duráveis em termos de distribuição e acesso a recursos, poder e oportunidades.

Então, quando o texto representa os atingidos como manifestantes, dá visibilidade ao MAB em função do protesto realizado. Mas não é interesse da imprensa discutir as propostas do MAB porque o movimento luta contra o atual modelo energético do país.

O texto 11 faz uma abordagem sobre uma caminhada dos atingidos, enunciando que eles fazem um apelo por justiça e paz. Embora seja uma caminhada pacífica, eles fazem um apelo por justiça e paz. No texto, os atingidos são representados como manifestantes. A nomeação de atores sociais, que não são os atingidos, ocorre de uma forma diferente no texto. O jornal utiliza-se de asteriscos e nomeia os atores fora do corpo do texto, mas não deixa de citá-los. Esses atores são: o prefeito, presidente da Câmara, juíza, promotor e comandante da Polícia Militar. Para essas autoridades, foi entregue uma proposta de alteração nos processos de construção de barragens, visando minimizar impactos sócio-ambientais. O texto não informa que o documento foi entregue pelos atingidos, que são excluídos por encobrimento. Os vereadores que apóiam os atingidos também são citados.

Embora a caminhada seja dos atingidos, por parte do movimento, são citados somente o deputado César Medeiros, que apóia o movimento, além da líder do MAB (o texto a coloca como secretária do MAB) e atingida, Marta Caetana do Espírito Santo. Os atingidos são representados, na maioria das vezes, de maneira indeterminada: “manifestantes, 200 pessoas, a comissão de atingidos, os colonos de Marimbondo, 40 atingidos e 40 pessoas da UHE Furquim”.

Segundo Van Leeuwen (1997), os atores sociais são categorizados por indeterminação quando são representados como indivíduos ou grupos não-especificados e “*anônimos*”, ou seja, a indeterminação anonimiza um ator social, representando-o como irrelevante. Percebe-se que o texto anonimiza os atingidos, embora a reportagem seja de uma caminhada cujo protagonista é o atingido. O texto é de 2003, primeiro ano do primeiro mandato do presidente Lula, que mesmo sendo um governo com propostas de esquerda, acabou mantendo a política energética de construção de barragens, ainda sob reflexo

do “apagão”. Assim, qualquer proposta contrária ao modelo não seria bem-vinda.

O texto faz um resumo de impasses de hidrelétricas da região do Alto Rio Doce. Porém, não cita nenhum ator social, apresenta que os relatos estão contidos nos boletins e nos discursos produzidos durante a manifestação. Da parte das hidrelétricas, exibe a resposta dos representantes das barragens com relação às reclamações dos atingidos, através dos discursos e boletins, só que nomeando cada um desses representantes de hidrelétricas. Os atingidos são representados por impersonalização por objetivação, ou seja, os atingidos são representados por meio de discursos e boletins, mesmo tendo o repórter participado da manifestação, o que possibilita encontrar e ouvir depoimentos dos atingidos. Como observa Van Leeuwen, é atribuída voz ao atingido, mas através dos discursos e boletins, de forma objetivada.

O texto assim dá voz aos representantes das hidrelétricas, sem deixar de ouvir representantes de todas as hidrelétricas citadas no texto. Lembra inclusive que, no fechamento da reportagem, três dias antes, o jornal não tinha conseguido ouvir representantes da Companhia Força e Luz Cataguases/Leopoldina (CFLCL), mas utiliza o depoimento dos representantes da empresa, no final do mês anterior, que “frisava o comprometimento de acompanhar os desdobramentos da barragem de Emboque”. Assim sendo, o jornal cita a CFLCL, mesmo não tendo ouvido ninguém da empresa naquele momento da produção da reportagem. O texto também apresenta as respostas às reivindicações dos atingidos de Candonga, através do gerente de Relações Institucionais, Maurício Martins. Percebe-se então que o texto não dá voz aos atingidos de Candonga, mas sim ao representante da Hidrelétrica Candonga. Isso reforça o compromisso dos veículos de comunicação com as elites dirigentes, dotadas de grande capital econômico. O jornal dá mais destaque à Hidrelétrica, reproduzindo o *frame* de exclusão, de acordo com Gitlin (2003). Mas podemos considerar que o texto também dá destaque à caminhada dos atingidos por barragens, embora não nomeie os atores sociais do campo dos movimentos sociais. Assim, observamos também a presença do *frame* de visibilidade.

Na seqüência, pela primeira vez entre os textos selecionados para esta pesquisa, tem-se um exemplo na editoria de Política no texto 12. Até agora, a

maioria dos textos foi publicado na editoria de Cidades, embora em alguns não conste a editoria. No Estado de Minas, as reportagens de cidades ficam no Caderno Gerais, e, no Hoje em Dia, no Caderno Minas. A Folha de Ponte Nova não tem caderno específico para Cidades, mas as reportagens aparecem com a chancela Cidade no alto da página. Até agora, todos os textos tiveram um tratamento de Editoria de Cidades, ou seja, eram textos voltados para os municípios e envolvendo as suas populações. O texto, publicado na Editoria de Política, com chamada na primeira página, pode ter sido pautado para a Política por se tratar de uma audiência pública na Assembléia Legislativa. Isso demonstra que o assunto passou a ter cunho político.

O texto informa sobre a audiência pública e relembra outras reuniões e visitas em Candonga, acontecidas em dias anteriores. Os atores sociais foram nomeados em termos de identidade e funções que partilham com outros (categorização). O que ocorreu no texto analisado foi justamente a nomeação de atores que não eram os atingidos. O jornal nomeia as autoridades e também o representante do MAB, além de deputados e o arcebispo de Mariana. No entanto, representa os atingidos como "90% dos atingidos; outros representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o MAB, e os atingidos". E ainda: "um desaparecimento e uma morte", não citando o nome da pessoa que desapareceu e nem do que morreu.

Percebe-se que o texto destaca, com ênfase, as autoridades e políticos, como forma de justificar a reportagem publicada na Editoria de Política. Os atingidos então são representados por genericização, ou seja, são tratados como atores distantes, enquanto que as autoridades são representadas por especificação, como indivíduos específicos e identificáveis. Isso vem confirmar que o atingido é tratado como aquele que está às margens da sociedade e distante do processo histórico e político (MARTINS, 1986). Para Thompson (2002), envolve a ofuscação do caráter sócio-histórico de um fenômeno, ou seja, os atingidos são tratados como atores sociais que não têm história. Mais uma vez, o movimento teve visibilidade, mas não houve uma abordagem mais aprofundada sobre as propostas do MAB.

Os atores sociais são categorizados por coletivização no texto 13, segundo Van Leeuwen (1997), quando são representados como indivíduos ou grupos não-especificados e "anônimos". São representados como "os

moradores", "comissão", "famílias", "os habitantes" quando o jornal se refere aos atingidos. Os verbos "querer", no título, e "reclamar", encontrados no corpo do texto, refletem um desejo, o que demonstra que não são sujeitos passivos.

Já as autoridades são representadas por indeterminação. Isso acontece quando se refere à "polícia civil" e aos "deputados". O texto nomeia apenas os prefeitos de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, pouco relevantes para a discussão que deveria ser enfocada. Outra vez mostra o comprometimento do jornal com as elites dominantes (HERMAN; CHOMSKY, 2003), ou seja, com as fontes oficiais, como os prefeitos, dotados de capital econômico e simbólico.

Mais uma vez, o protesto dos atingidos tem visibilidade, através do texto 18, principalmente no título e na legenda da foto, representando os atingidos por barragens como manifestantes, na legenda da foto ("Os manifestantes de Ponte Nova percorreram 120 km reunindo-se a outros grupos de manifestantes, como os de Ouro Preto e Mariana"), e que realizam "protesto", no título, uma ação que a imprensa representa como negativa. No decorrer do texto, trata como caminhada⁷⁹. Percebe-se que ao nomear o arcebispo Dom Luciano, surge uma categoria até então pouco presente nos textos analisados: a identificação. A identificação ocorre quando *"os atores sociais são definidos, não em termos daquilo que fazem, mas daquilo que, mais ou menos permanente, ou inevitavelmente, são"* (VAN LEEUWEN, 1997, p. 202).

Sabe-se que o arcebispo de Mariana, Dom Luciano⁸⁰, apoiava os atingidos e o MAB. O texto representa o arcebispo por nomeação, embora nomeação por semiformalização, ou seja, coloca apenas o nome sem sobrenome.

Outra categoria encontrada é a representação por coletivização. De acordo com Van Leeuwen (1997), os jornais dirigidos à classe média tendem a individualizar as pessoas pertencentes às elites e a assimilar *"pessoas comuns"*, que é o que acontece na maioria dos textos analisados. O autor distingue dois tipos de assimilação: agregação e coletivização. Ambas

⁷⁹ Caminhada: passeio longo, andança (Silveira Bueno. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000).

⁸⁰ Dom Luciano Mendes de Almeida foi arcebispo de Mariana (MG) e ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Morreu no dia 27 de agosto de 2006, aos 75 anos.

quantificam grupos de participantes, tratando-os como dados estatísticos. “Cerca de 40 pessoas, as famílias atingidas pela Hidrelétrica Candonga”, quantifica; “moradores urbanos, manifestantes e outros grupos de manifestantes” coletiviza.

O modo como os atores sociais são referidos presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem. O texto nomeia o arcebispo, mas apenas com o primeiro nome, e de uma forma disfarçada, não pretende relacionar uma autoridade religiosa com um movimento social, pois, ao final do texto diz que o arcebispo e outros padres presidiram missa. Desvia-se aqui a atenção para aquilo que é essencial no texto, ou seja, o protesto dos atingidos. O fato é que Dom Luciano já é um nome legitimado, cristalizado e institucionalizado⁸¹. Assim, o jornal dá visibilidade ao MAB, pois quando se diz “Dom Luciano”, resgata-se a memória discursiva da igreja. Dom Luciano foi um bispo que teve uma história de vida vinculada aos movimentos sociais, assim como diversos outros membros da igreja católica progressista que tiveram papel fundamental no fortalecimento dos movimentos sociais no campo.

⁸¹ Ver análise de Oliveira (2005).

5.4. Conclusão

Observando o corpus desta pesquisa, verificamos como a imprensa direciona os diferentes *frames* (de exclusão, inclusão com criminalização e inclusão com visibilidade). Constatamos assim, que durante os primeiros anos do empreendimento, era de interesse da imprensa representar o MAB pelo *frame* de exclusão, quando qualquer tipo de entrave que poderia impedir a execução da obra deveria ser eliminado. O mesmo acontece em determinados períodos cruciais para a obra, como a retiradas das famílias. Neste período, há o interesse ainda em omitir o conflito que ocorreu. Outro exemplo foi aproveitar o “apagão”, quando o discurso da necessidade de construção de novas usinas tornou-se obrigatório na imprensa, e finalmente no período da inauguração, quando o movimento foi completamente excluído.

Num primeiro momento, a imprensa não deu voz ao MAB, para que não se evidencie que existem movimentos que se contrapõem ao projeto. Os atingidos são representados como sujeitos passivos e que aceitam o empreendimento, sendo incapazes de se organizarem e lutarem por seus direitos, conforme Vainer (2004). Nesse contexto, a imprensa dá voz somente ao empreendedor e aos agentes que apóiam a construção do projeto. O Movimento dos Atingidos por Barragens, portanto, é ocultado.

Num outro momento, já no período do “apagão” principalmente, além de divulgar os empreendimentos hidrelétricos, a imprensa representa o MAB pelo *frame* de inclusão com criminalização, ou seja, o movimento é incluído, porém, criminalizado, pois promove “invasões”, como ocupação de canteiro de obras, escritórios e outros atos que são representados como atos criminosos pela imprensa. A palavra invasão tem a conotação de crime. A exemplo do que acontece com outros movimentos sociais, a imprensa utiliza algum ato de protesto, que inclui a ocupação de algum local, para usar a palavra “invasão” e criminalizar o movimento, representando essa ação como algo criminoso e ameaçador para a sociedade.

Além de o MAB aparecer na imprensa nos períodos em que o movimento é criminalizado, o movimento tem visibilidade também em outros momentos. Mesmo tendo as ações minimizadas e nem sempre tendo a voz dos

representantes do movimento, em alguns momentos dos textos em que tem visibilidade, o MAB aparece na imprensa como um movimento social, que se organiza, protesta, manifesta, apela, clama e luta por mudanças, embora não consiga expor suas propostas. Observamos que nos jornais estaduais, nestes momentos de visibilidade, o MAB é incluído principalmente nas notícias factuais, que apenas narram os fatos do dia, não oferecendo espaço para um desdobramento que pudesse incluir as propostas do movimento. Entretanto, a Folha de Ponte Nova, por ser um jornal semanal e local, aprofunda mais nos fatos, mas mesmo assim, também não faz reflexões sobre as idéias e propostas do MAB.

Assim, de modo geral, a imagem do MAB, no Caso Candonga, resultado das representações nos textos, é a de um movimento que incentiva atos ilegais e criminosos. Ou seja, quando tem visibilidade, as ações são minimizadas e criminalizadas, suas propostas são excluídas e sua imagem é denegrida perante os leitores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos textos noticiosos, pôde-se então, identificar as representações que levaram à exclusão ou inclusão do movimento, observando o contexto sócio-histórico e as relações históricas entre a imprensa e os movimentos sociais, que de acordo com Burawoy (1992) influenciou na representação do caso estudado.

Para explicar como os agentes sociais (atingidos) são representados utilizamos o conceito de *media frames*, de Gitlin (2003), para relacionar o jornalismo com os movimentos sociais, e as abordagens de *campo*, *habitus*, *capital e poder simbólico* de Bourdieu (1992,1996 e 2001), que nos fez compreender as relações entre os agentes envolvidos na produção dos textos noticiosos.

Quando incluído nos textos, o MAB é representado em alguns casos, realizando protestos acompanhados de ocupações, o que conforme as discussões de Baratta (2002) e Rodriguez (2003) levam à criminalização e despolitização do protesto social. Assim, o MAB é representado como inimigo, num conflito socioambiental entre duas lógicas distintas de percepção da questão energética, legitimando os agentes do campo político e ambiental (ZHOURI; CARNEIRO, 2005). Observa-se que prevalece muitas vezes a representação de barragens como símbolos de “desenvolvimento”, desde a década de 1970, levando-nos a concluir que o discurso da ditadura militar ainda se faz presente nos meios de comunicação.

Neste sentido, são apresentadas algumas considerações finais que possibilitam uma reflexão sobre as questões abordadas. Um aspecto pertinente é a criminalização dos atingidos e do MAB pela mídia. Criminalizando o movimento, é veiculada uma imagem que interessa ao capital, que denigre a imagem do MAB, ou seja, torna-o algo negativo. Conforme verificado, os meios de comunicação de massa reproduzem a ideologia hegemônica, tendo forte vínculo com o Estado e com as grandes empresas privadas, que têm grande interesse em denegrir o MAB, pois é considerado adversário delas, uma vez que o movimento apresenta uma forma alternativa de prover energia e projeto de sociedade contrário ao modelo hegemônico. Entretanto, a mídia de massa denegriu o movimento diante de uma parcela da população, pois a sociedade não é homogênea.

O movimento talvez não seja sempre visto como criminoso pelos setores da população que estruturam suas análises a partir de outras fontes de informação, quando realiza protestos e manifestações, embora admite-se que é cultural, no Brasil, buscar informação através da mídia de massa. Então, para o MAB, mostrar seu protesto é uma maneira importante de dar visibilidade ao movimento, pois é uma forma de fazer conhecida a sua luta diante do grande público. Por isso, é estratégia do movimento a realização de manifestações e protestos, pois protestar é queixar-se em voz alta, e assim ganha-se mais visibilidade e conquista-se uma imagem mais positiva no meio urbano, um dos objetivos implícitos da campanha para baixar a tarifa energética, que consegue criar novos simpatizantes e não necessariamente aqueles que têm visão crítica.

Ao mesmo tempo, é tática da assessoria de comunicação do MAB dar maior atenção na divulgação dessas ações de protesto, pois o protesto dá visibilidade ao movimento, embora o projeto mais amplo do MAB não esteja sendo divulgado pela imprensa. Mas essas ações estratégicas podem também ser uma maneira de encontrar uma brecha para a divulgação das propostas do movimento e despertar o cidadão mais crítico para as lutas dos atingidos por barragem.

Verificamos ainda que o caso Candonga e outras lutas isoladas talvez não ecoem tanto no meio jornalístico por acontecerem em áreas rurais distantes. A ocupação da Cemig, ocorrida em Belo Horizonte, em 2006, é mais lembrada. Então, quando cita-se o Movimento dos Atingidos por Barragens,

ocorre logo a vinculação do MAB à ocupação da Cemig. Conclui-se assim, que quando ocorreram ações na capital mineira, ainda mais envolvendo uma instituição de prestígio em Minas Gerais, como a Cemig, os jornais estaduais publicaram maior quantidade de notícias, com grande interesse em criminalizar o movimento, talvez até por pressões da empresa. Quando as lutas aconteceram no local da barragem, em áreas distantes, nem sempre os jornais estaduais apareceram e o movimento vê suas ações divulgadas principalmente nos jornais regionais.

Quando trabalhava como repórter de jornal e era incentivada pelos editores a fazer reportagens sobre o “drama humano”, as circunstâncias e o contexto eram distintos com relação aos da ocasião do Caso Candonga. Além disso, encaixavam-se nos *frames* os atingidos enquanto drama de uma parcela prejudicada que despertava interesse, mas quando se tratava do MAB enquanto movimento nacional com propostas de sociedade contrária ao modelo hegemônico, os textos criminalizavam as ações e ofuscavam essas idéias.

Percebe-se assim, com esta pesquisa, que o direito à comunicação não chega a ser exercido pelos segmentos mais vulneráveis da sociedade, como os atingidos por barragens. Deve-se esclarecer que o direito à informação é satisfeito com o acesso à informação, mas o direito à comunicação é bem mais amplo: é o direito que toda pessoa tem de dizer sua palavra, expressar seu pensamento, manifestar sua opinião. Esse direito poderia ser adquirido através da comunicação pública, uma luta que não é recente na história do Brasil e que pode ser implementada como política pública. A comunicação pública, a qual os meios de comunicação seriam gerenciados por grupos de vários segmentos da sociedade civil, pode garantir um jornalismo comprometido com grupos sociais mais vulneráveis, incluindo os movimentos sociais, que teriam assegurado o direito à comunicação.

Mas enquanto isso ainda não é possível, uma alternativa seria fortalecer as assessorias de comunicação das regionais do MAB e tentar encontrar nas redações dos jornais, profissionais menos comprometidos com o capital, pois segundo o assessor do MAB-ARD, os anos de 2000/2001 foram os que saíram “as melhores notícias das lutas do MAB” no Jornal Hoje em Dia, por causa de uma jornalista, que posteriormente saiu do jornal. De acordo com

Gitlin (2003), são os “*limites da rotina hegemônica*” e é a ocasião em que os jornalistas invertem seus *frames* numa luta interna no campo do jornalismo. Entendo assim, que a mídia de massa ainda é uma maneira do MAB expor suas idéias, embora as representações da mídia não reflitam as propostas do movimento.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A.N.; MULLER-PLANTENBERG, C. (Orgs.). **Previsão de impactos**: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- ACSELRAD, H. **Apresentação**. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 7-9.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- ALVAREZ, S.E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- APÓS a invasão de Candonga, mais protesto contra as hidrelétricas. **Folha de Ponte Nova – Editoria e Cidade**, Ponte Nova, 15 mar. 2003.
- ATINGIDOS por obra de barragem invadem escritório da Vale em BH. **Hoje em Dia – Caderno Minas**, Belo Horizonte, 15 mar. 2003.
- AVALIADA a barragem de Candonga. **Folha de Ponte Nova**, Ponte Nova, 19 de dezembro de 1998.
- BACALTCHUK, B. **Battle for land and landless farmers movements in Brazil**. Wisconsin (Madison), 1991. 38 p. (Mimeogr.).

BACZKO, B. **Imaginação social**. In: ROMANO, R. **Enciclopédia Einaudi: anthropos – homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARROS, J.N.; SYLVESTRE, M.E. **Atingidos e barrados: as violações de direitos humanos na hidrelétrica Candonga**. Rio de Janeiro: Justiça Global; Ponte Nova, MG: MAB, 2004. 110 p.

BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2,ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BORTONE, F. **Inundando para capitalizar: o caso da UHE Candonga/Zona da Mata/MG** (artigo apresentado no II Encontro de Ciências Sociais e Barragens, 19 a 22 de novembro de 2007).

BOURDIEU, P. Condição de classe e posição de classe: campo do poder e habitus de classe – estrutura, habitus de classe. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 3-25, 183-202, 337-361.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P. Linguagem e poder simbólico. In: _____. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996a. p. 81-128.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 322 p.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BURAWOY, M. et al. **Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1992.

CAMINHADA dos atingidos por barragens faz apelo por “justiça e paz”. **Folha de Ponte Nova – Editoria de Cidade/Região**, Ponte Nova, 12 abr. 2003.

CANDONGA vive nova fase de confronto. **Folha de Ponte Nova – Caderno Especial**, Ponte Nova, 7 maio 2004.

CARNEIRO, E.J. A oligarquização da “política ambiental” mineira. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Orgs.). **A insustentável leveza da**

política ambiental: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 65-86.

CARNEIRO, E.J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27-47.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 2: O poder da identidade.

CHOMSKY, N. **A manipulação dos media:** os efeitos extraordinários da propaganda. Portugal: Editorial Inquérito, 2002.

COM a obra de Candonga, reforçado o debate sobre hidrelétricas na região. **Folha de Ponte Nova – Suplemento Especial,** Ponte Nova, 30 jun. 2001.

COMISSÃO quer paralisar obras. **Estado de Minas – Caderno Gerais,** Belo Horizonte, 20 maio 2003.

COMUNIDADES na contramão das barragens. **Hoje em Dia – Caderno Minas,** Belo Horizonte, 15 mar. 1998.

COPAM/FEAM pode definir em 26/3 a Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Candonga. **Folha de Ponte Nova,** Ponte Nova, 12 mar. 2004.

COSTA, L.M. **Comunicação e meio ambiente:** a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

DE PN a Congonhas, 120 km com protesto dos atingidos por barragens. **Folha de Ponte Nova – Editoria de Cidade,** Ponte Nova, 10 set. 2004.

DINES, A. **O papel do jornal:** uma releitura. São Paulo: Summus, 1986.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

ERBOLATO, M. **Técnicas de codificação em jornalismo.** São Paulo: Ática, 2001.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 293 p.

FAMÍLIAS abandonam terra a ser inundada. **Estado de Minas – Caderno Gerais**, Belo Horizonte, 4 maio 2004.

FICO, C. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 169 p.

FIORIN, J.L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1995.

FIORIN, J.L. **O regime de 1964**: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.

FRANÇA, V.V. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

FREITAG, B. **Itinerários de Antígona**: a questão da moralidade. São Paulo: Papyrus, 1992.

GERMANI, G.I. **Expropriados terra e água**: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

GITLIN, T. **Mídias sem limite**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. 349 p.

GITLIN, T. **The whole world is watching**: mass media in making e unmaking of the new left. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2003.

GOHN, M.G. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época, 123).

GOHN, M.G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1990.

GUARESCHI, P.A. (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARESCHI, P.A.; MAYA, P.V.; POSSAMAI, H. “Essa gentinha infeliz”: a representação social dos sem terra segundo Mendelski. In: GUARESCHI, P.A. (Org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 199-231.

HERMAN, E.S.; CHOMSKY, N. **A manipulação do público**. São Paulo: Futura, 2003. 470 p.

HIDRELÉTRICA Risoleta Neves é inaugurada. **Hoje em Dia – Editoria de Política**, Belo Horizonte, 31 ago. 2005.

ĨNIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

IOKOI, Z.M.G. **Igreja e camponeses**: teologia da libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 11-147.

JONES, A.S. **O mito da legalidade do latifúndio** – legalidade e grilagem no processo de ocupação das terras brasileiras (do instituto de sesmarias ao estatuto da terra). 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

LICITAÇÃO pára barragem de Candonga. **Folha de Ponte Nova**, Ponte Nova, 30 out. 1999.

LINS RIBEIRO, G. **Developing the Moonland Yacyretá Hydroelectric High Dam and economic expansion in Argentina**. 1998. Tese (Doctoral) – City University of New York, New York.

MAGALHÃES, I. **Eu e tu**: a constituição do sujeito no discurso médico. Brasília: Thesaurus, 2000. p. 75-108.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. São Paulo, Petrópolis: Polis, Vozes, 1984.

MARÇOLLA, A.Z. **O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra no contexto discursivo do Jornal Nacional**: a palavra e a imagem. 2000. 209 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 177 p.

McADAM, D. et al. (Orgs.). **Comparative perspectives on social movements**: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. (Cambridge Studies in Comparative Politics).

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 387 p.

McCULLY, P. **Ríos silenciados**: ecología y política de las grandes represas. Proteger Ediciones, 2004. p. 283-338.

McMICHAEL, P. **Development and social change**. 2.ed. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press, 2000. 364 p.

MEDEIROS, L.S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988. 183 p.

MELUCCI, A. **Challenging codes**: collective actions in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 68-86.

MONOSOWSKI, E. O sertão vai virar mar... Avaliação e gestão ambiental na barragem de Tucuruí, Amazônia. In: AB'SABER, A.N.; MULLER-PLANTENBERG, C. (Org.). **Previsão de impactos**: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 123-141.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. **A crise do modelo energético**. São Paulo. (Caderno, 6).

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. **História do MAB**. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: abr. 2007.

MOVIMENTO faz manifestação contra barragem. **Estado de Minas – Caderno Gerais**, Belo Horizonte, 13 mar. 2003.

OLIVEIRA, F.R.C. **Religião e mobilização social na Arquidiocese de Mariana-MG**. 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

PEREIRA, J.R. et al. **“Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE”**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2004 (realizado entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2004).

PEREIRA, O.D. **Itaipu prós e contras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PESAVENTO, S. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PINGUELLI ROSA, L. **O apagão**: Por que veio? Como sair dele? Rio de Janeiro: Revan, 2001.

PINGUELLI ROSA, L.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Coords.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais.** São Paulo: 1988. p.7-166.

POLÊMICA dos impactos sociais da UHE de Candonga vai para audiência em BH. **Folha de Ponte Nova – Editoria de Política**, Ponte Nova, 19 abr. 2003.

PREFEITURAS obtiveram suspensão da liminar que impedia formação do lago de Candonga. **Folha de Ponte Nova**, Ponte Nova, 2 jul. 2004.

PROJETO de usina muda vida. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 9 abr. 1999.

PROTESTO contra barragens. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 24 jul. 1999.

PROTESTO. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 jul. 1999.

RAMALHO, V.C.V.S. **O discurso da imprensa brasileira sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque.** 2005. 151 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

RESENDE, V.M. **Análise do discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

REZENDE, L.P. **Participação e estruturas de oportunidades políticas no licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas: um estudo comparativo dos casos da UHE Cachoeira da Providência e UHE Fumaça-MG.** 2003. 220 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

RIBEIRO, R.F. **Campesinato: resistência e mudança – o caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha.** 1993. 2 v. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

RODRIGUEZ, E. et al. **La criminalización de la protesta social.** La Plata: La Grieta, 2003.

ROTHMAN, F.D. A comparative study of dam-resistance campaigns and environmental policy in Brazil. **Journal of Environment and Development: A Review of International Policy**, San Diego, v. 10, n. 4, p. 317-344, 2001.

ROTHMAN, F.D. **A construção de rede transnacional de advocacia e defesa de direitos humanos: o caso da Hidrelétrica Candonga em Minas Gerais.** Caxambu: ANPOCS, 2005. (Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu, de 25 a 29 de outubro de 2005).

ROTHMAN, F.D. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983. In: NAVARRO, Z. **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 106-136.

ROTHMAN, F.D. **O estudo de caso como método científico de pesquisa**. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1994, Vinosa. **Anais...** Viçosa: UFV, 1994. p. 246-254.

ROTHMAN, F.D. O movimento dos sem terra e as ocupações: agravamento ou resolução do problema? **Economia Rural**, Viçosa, ano 6, n. 1/2, jan./mar.-abr./jun. 1995.

ROTHMAN, F.D. **Political process and peasant opposition to large hydroelectric dams: the case of the rio Uruguai movement in southern Brazil, 1979 to 1992**. 1993. 439 f. Tese (Ph.D. em Sociologia). University of Wisconsin, Madison, Wisconsin.

ROTHMAN, F.D. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008.

ROTHMAN, F.D.; OLIVER, P.E. From local to global: the Anti-Dam Movement in Southern Brazil, 1979-1992. In: SMITH, J.; JOHNSTON, H. (Eds). **Globalizations and resistance**: transnational dimensions of social movements. Lanham, Boulder, New York, Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, 2002. p. 115-132.

ROUANET, S.P.; FREITAG, B. Entrevista com Jürgen Habermas. In: SCHWARTZ, A. (Org.). **Memórias do presente**: 100 entrevistas do mais. São Paulo: Publifolha, 2003. p. 94-124.

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L.C.; SILVEIRA, R.L.L. (Orgs.). **Redes, sociedade e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 29-50.

SCHERER-WARREN, I.; REIS, M.J.; BLOEMER, N.M. Alto Uruguai: migração forçada e reatualização da identidade camponesa. **Travessia**, p. 29-32, jan./abr. 1990.

SCHWADE, E. Nas terras Waimiri-Atroari projetos de morte. **Travessia**, p. 39-43, jan.-abr. 1990.

SETOR elétrico, uma história de descaminhos. **Jornal Correio da Cidadania** (on line), São Paulo, edição 452, 18 jun. 2005.

SEVÁ, O. Intervenções e armadilhas de grande porte. **Travessia**, p. 5-11, jan.-abr. 1990.

SHIVA, V. **Water wars: privatization, pollution and profit**. Cambridge, 2005.

SIGAUD, L. **Implicações políticas e sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. (Coleção Documentos).

TARROW, S. **Power in movement social movement, collective action and mass politics in the modern state**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 2-25.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001. 220 p.

TRINDADE, L.; LAPLANTINE, F. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997. 82 p.

VAINER, C.B. Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

VAINER, C.B. O conceito de "atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F.D. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: UFV, 2008.

VAINER, C.B. **População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas**. In: MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, s.d. p. 183-201.

VAINER, C.B.; ARAÚJO, F.G. Implantação de grandes hidrelétricas. **Travessia**, p. 18-24, jan.-abr. 1990.

VALE reavalia hidrelétricas. **Estado de Minas – Economia**, Belo Horizonte, 31 ago. 2005.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: RIBEIRO PEDRO, E. **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 169-220.

WAINER, S. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1988. 282 p.

WORLD COMISSION ON DAMS – WCD. **Dams and development**: a new framework for decision-making. London: Earthscan Publications, 2000.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-62.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas de Minas Gerais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 89-113.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. **Introdução**: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-22.

ZHOURI, A.; ROTHMAN, F.D. A assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais. Desafios, limites e potenciais. In: ROTHMAN, F.D. (Org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: UFV, 2008.

ZUCARELLI, M. **Estratégias de viabilização política da Usina de Irapé**: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ENTREVISTAS

COM OS EDITORES DOS JORNAIS

Entrevistado 1: Secretário de Redação do Jornal Hoje em Dia. Entrevista realizada via *e-mail*, em 23 de agosto de 2007.

Entrevistado 2: Editor do Caderno Gerais do Jornal Estado de Minas. Entrevista realizada via *e-mail*, em 22 de outubro de 2007.

Entrevistado 3: Diretor e editor da Folha de Ponte Nova. Entrevista realizada via *e-mail*, em 30 de novembro de 2007.

Perguntas

1) Os acontecimentos envolvendo a construção de hidrelétricas e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) são dignos de se tornarem notícia?

Entrevistado 1: Sim, com certeza. A verdade, porém, é que não cumprimos uma agenda formal direcionada para esta área. Assumo - e creio que isso vale para a imprensa de uma forma geral - que os jornais, rádios e tevês têm um papel reativo nas abordagens. Em resumo, cuidam da informação quando o próprio movimento organiza algum tipo de manifestação, ato público ou protesto. É preciso lembrar, também, que o movimento tem

articulação e representatividade pontuais, e que, de uma forma geral, capilaridade pouco significativa na sociedade, compreende?

Entrevistado 2: Sim, desde que não usem o movimento para fins políticos partidários. Não só o MAB, mas qualquer outro.

Entrevistado 3: Sim. O MAB surge no cenário regional como ferramenta de fomento da resistência a megaprojetos de barragens. Via de regra, as estruturas municipais de negociação com os empreendedores têm uma visão institucional do embate: Eles vêm para cá e podemos “ganhar “ isso ou aquilo. O MAB tem postura radical: eles vêm para cá e, se conseguirem se estabelecer será após se sobreporem à vontade dos atingidos que, em princípio – e por princípio – são contra os barramentos. Há uma visão simplista dos críticos do MAB que apontam postura “xiita” dos militantes, acenam com manobra deles (dos militantes de movimentos organizados nacionalmente) e da Igreja sobre os atingidos, mas tenho um exemplo emblemático da questão. Há cerca de cinco anos, a Feam rejeitou o projeto da Hidrelétrica de Pilar (projetada pelo Consórcio Fiat/Alcan no Rio Piranga, entre Ponte Nova e Guaraciaba), após resistência conjunta das autoridades, do MAB e dos atingidos e, numa audiência pública, uma moradora de área a ser inundada deu este depoimento: “O homem foi lá em casa e falou que, com a hidrelétrica, eu vou ter um lago bem perto do meu quintal. Só que eu não quero um lago e perguntei pra ele: e quem vai trazer de volta o barulho do rio?”. Ora, esta mulher não fez discurso de militante e sensibilizou o pessoal da Feam que já tinha razões (técnicas e ambientais) de sobra para vetar o projeto, indeferiu a licença e, em seguida, sepultou a proposta da Hidrelétrica de Pilar.

2) Os atos do Movimento dos Atingidos por Barragens (manifestações, marchas e caminhadas, ocupação de barragens e interdição de estradas) devem ser noticiados?

Entrevistado 1: Devem, sim, ser noticiados. E são. Posso dizer, sem errar, que no HOJE EM DIA há um acompanhamento pontual (cito uma situação, há coisa de dois meses, agora me falta se em Valadares ou Montes Claros, com dois ou três dias de matérias consecutivas). E, de peso, o acompanhamento dos protestos que resultaram em pancadaria, com a invasão

da Cemig. Veja que, neste caso, a situação fugiu ao tradicional. Daí mereceu um tratamento melhor hierarquizado, incluindo fotos na capa.

Entrevistado 2: Está respondido na questão 1.

Entrevistado 3: Sim. Na nossa FOLHA, o MAB tem espaço cativo. Cuidamos, contudo, de filtrar o discurso panfletário de alguns documentos e, tanto quanto possível, tentamos encontrar fontes/pessoas que assumam as acusações, pois, do modo que elas (as acusações) são divulgadas, corremos o risco de encampá-las como se fossem do jornal. Entendemos que o MAB merece espaço porque ele cumpre o papel político de forçar o debate, de expor as personagens dos embates, dificultando as reuniões a portas fechadas, os acordos longe da opinião pública. Outro exemplo: há alguns anos, quando a Cat-Leo projetou a hidrelétrica de Emboque, no rio Matipó, na divisa de Raul Soares com Abre Campo, não havia, ainda, articulação do MAB e, tanto quanto apuramos, nem houve audiência pública efetiva, com debates e embates. O acordo empresa/autoridades municipais resultou na implantação de um projeto que até hoje merece críticas da comunidade raulsoarense.

3) Qual enfoque o jornal dá às notícias desses atos do Movimento dos Atingidos por Barragens?

Entrevistado 1: O enfoque, tradicionalmente, é o reivindicatório. Mas, como lhe disse, nós da imprensa temos agido de forma muito reativa. Reconheço que falta um mergulho mais aprofundado para mostrar a realidade e o dia-a-dia dessa gente. Embora eu reafirme aquele traço de pouca capilaridade do segmento de atingidos por barragens na sociedade.

Entrevistado 2: O enfoque é fato, como já disse, desde que o movimento não seja usado como bandeira de política partidária.

Entrevistado 3: Como já informamos acima, damos enfoque noticioso, cobrimos as manifestações (que quase sempre resultam em foto de capa). Nossa preocupação principal é a de não ter postura passional. Tentamos (e nem sempre conseguimos) estar no meio de campo da discussão MAB x empreendedores e, por diversas vezes, posicionamo-nos, em editorial, contra algum aspecto dos barramentos, embora não nos furtemos, por exemplo, de divulgar resumos de estudos de impactos ambientais liberados pelas empresas.

COM REPRESENTANTES DO MAB

Entrevistado 4: Jornalista responsável pelo Setor de Comunicação do MAB Nacional (assessoria de imprensa e produção de conteúdo). Entrevista realizada via *e-mail*, no dia 8 de outubro de 2007.

1) Qual a Política de Comunicação do MAB Nacional no âmbito externo, ou seja, na divulgação junto à imprensa das ações e conquistas do movimento em nível nacional?

Quando acontecem atos a divulgação é feita, principalmente por meio de *releases* e pelo *site* do movimento. Muitos veículos que nos conhecem buscam informações em nosso *site*, muitos procuram diretamente os contatos nas regiões e a imprensa nacional também procura falar com a jornalista, na secretaria nacional, em Brasília.

Também temos como aliados as agências de notícias que produzem matérias para disponibilizar em seus *sites*, além disso, encaminham via *e-mail* para as rádios cadastradas. É o caso da Agência Notícias do Planalto e a Agência Chasque.

Em algumas situações em que há maiores conflitos, como as que aconteceram no sul do Brasil em 2005, foram organizadas entrevistas coletivas em Brasília, onde os dirigentes do movimento se pronunciaram com relação aos atos.

Por fim, contamos também com a ajuda dos jornalistas dos outros movimentos que também acabam divulgando em seus *sites* e em outros veículos o que se passa no MAB.

2) Quais são as práticas dessa Política de Comunicação do MAB Nacional para as regionais, como por exemplo, para o MAB Alto Rio Doce, em Minas Gerais?

A secretaria nacional procura dar atenção a todas as suas regiões e em situações de conflito, todos os esforços são direcionados à região, como foi o caso da Marcha que o MAB organizou em 2006 da região do Alto Rio Doce até a capital mineira, quando a polícia atacou violentamente os manifestantes. Outra situação foi quando da destruição da Comunidade atingida por Candonga, em 2004. Na oportunidade, foi dado muito destaque ao caso, com

divulgação de fotografias no *site*, entrevista em profundidade com morador da região e disponibilizada no *site* até agora e notas expondo a situação.

Em outras regiões também são organizados panfletos para distribuição massiva. Além disso, procuramos orientar os dirigentes regionais sobre a atuação frente aos veículos de comunicação da região.

Entrevistado 5: Assessor do MAB Alto Rio Doce. Entrevista realizada via *e-mail*, no dia 2 de janeiro de 2008.

1) Como o MAB Alto Rio Doce vê o trabalho da imprensa nas reportagens sobre a construção de barragens? E na cobertura dos atos do movimento, como manifestações, marchas e caminhadas, ocupação de barragens e interdição de estradas?

Durante a construção da barragem, geralmente não existe cobertura da imprensa. As empresas construtoras e concessionárias das barragens procuram esconder a obra e o local da barragem ao máximo. Quando a imprensa faz algum trabalho, é a pedido das empresas. Em geral, em forma de propaganda, de forma indireta, mostrando, por exemplo, o risco de apagão, justificando assim a necessidade da construção da hidrelétrica; às vezes de forma direta, mostrando os 'benefícios' da barragem, destacando principalmente a geração de emprego e possibilidade de implantação de indústria na região com a disponibilização de energia. As empresas donas de barragens procuram sempre 'esconder' a barragem em si quando em fase de construção.

Quanto à cobertura do Movimento, a imprensa costuma adotar duas posturas distintas, porém com o mesmo objetivo: evitar o fortalecimento do movimento e preservar os interesses das empresas. Uma das táticas usadas por elas é desconhecer as ações. Eles até aparecem, filmam, mas não divulgam. Além de esconder o movimento, a imprensa pode funcionar, nesse caso, como informante dos interessados na barragem.

A segunda postura da imprensa, quando não consegue mais esconder os fatos, é divulgar, mas de forma deturpada, caracterizando a luta como corporativa, radical ou mesmo como coisa de baderneiros, dando ênfase a um fato isolado (que possa ter acontecido durante o ato) em detrimento do conjunto da luta e da pauta do movimento.

No início, quando achavam que o MAB era uma espécie de ONG, a imprensa ouvia mais o Movimento. Depois que o MAB foi mostrando ao que veio, com uma proposta de mudança do modelo de sociedade, a resistência da imprensa ficou maior.

2) Como é o contato do MAB Alto Rio Doce com a imprensa?

Quanto ao contato com a imprensa, o MAB MG, através de sua secretaria em Ponte Nova, tem um conjunto de *e-mails* e contatos telefônicos de diversos órgãos de imprensa e, as notícias que saem, são enviadas indistintamente para todos. Não temos uma política de comunicação, uma intencionalidade, selecionando esse ou aquele órgão ou tal aspecto da notícia, que fosse mais chamativo. Temos contato com jornalistas de Ponte Nova, alguns de nossa confiança, que costumam fazer matérias mais favoráveis ao movimento. Já tivemos, por volta de 2000/2001, uma jornalista conhecida que trabalhava no Jornal Hoje em Dia, essa foi a época que saíram melhores notícias sobre as lutas do Movimento.

APÊNDICE B

QUADROS

Quadro 1B – Publicações em jornal impresso

Jornais	Anterior a 1999	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Estado de Minas		24/07				13 e 14/03 e 20/05	04/05	10/01 e 31/08	7
Hoje em Dia	15/03/96, 13/05/96 e 30/11/96	09/04, 24/07 e 15/10	24/02, 11/04 e 31/05			15/03 e 21/08		31/08	12
O Tempo							21/05		1
Diário da Tarde		24/07							1
Jornal Listão						01/02, 05/03, 12, 15 e 19/04, 24/05, 12/07, 02/08, 18/10 e 08/11	20/03, 26/06, 09/07, 17/12 e 2ª quinzena de dezembro	07/01	16
Folha de Ponte Nova	02/05/98 e 19/12/98	27/02 e 30/10	27/05, 22/07 e 25/11	20/01, 17 e 31/03, 02 e 30/06 e 14/07		01/02, 15 e 22/03, 12, 19 e 26/04, 11 e 25/07, 01/08 (duas notícias), 08/08, 14/11 e 05/12	20/02, 05 e 12/03, 07 e 14/05, 02 e 09/07, 13/08, 10/09 e 29/10	07/01	37
Jornal Cidade							16/07		1
Jornal Brasil de Fato (SP)							15 a 21/07		1
Pastoral		Maio					Dezembro		2
O Município							14/03 e 18/04		2
Total	5	8	6	6	0	28	22	5	80

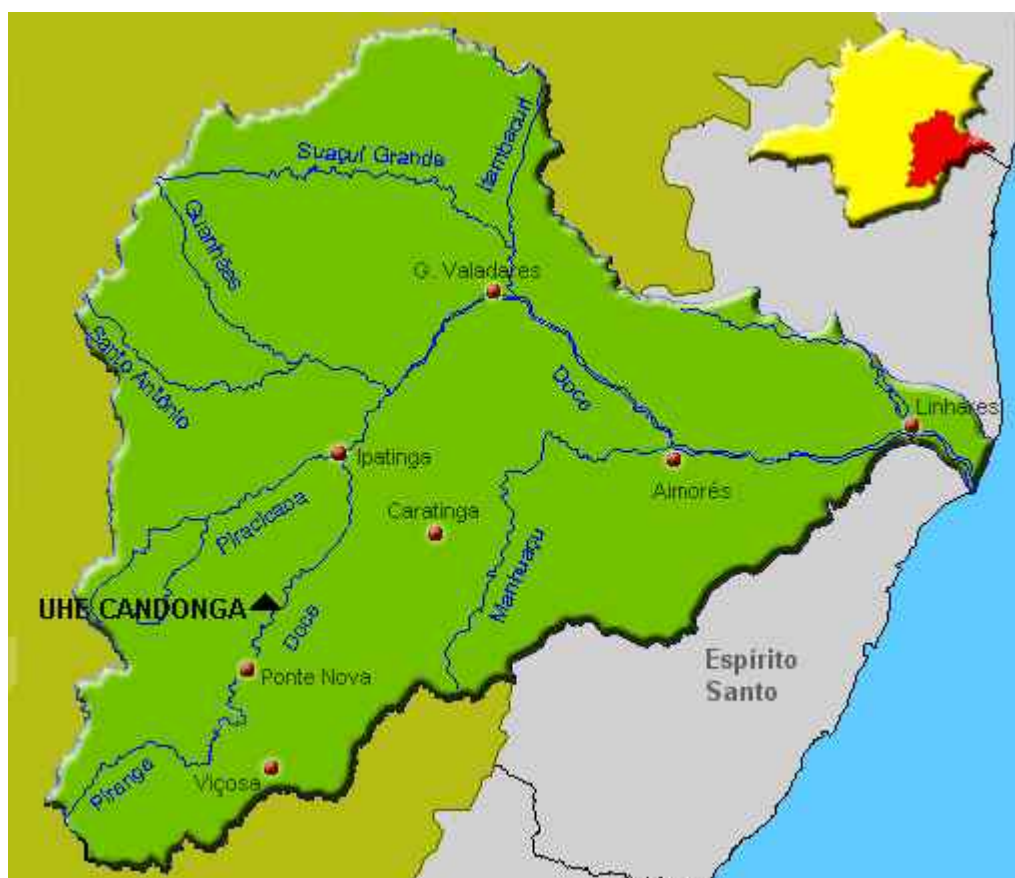
Fonte: Clipping do MAB Ponte Nova/arquivo pessoal da autora.

Quadro 2B – *Releases* enviados pelo MAB Ponte Nova

Ano	Releases enviados
2003	7
2004	23
2005 (somente janeiro)	2
Sem data	15

APÊNDICE C

BACIA DO RIO DOCE



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 3 – Mapa da Bacia do Rio Doce.